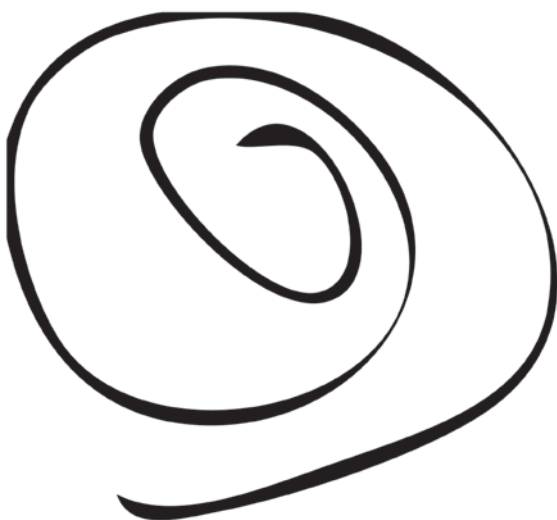


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

# SOMOS TODOS ARQUI TETOS

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO  
GRADUANDO GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES  
ORIENTADOR PROF. DR. EULER SANDEVILLE JR.  
SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 2012



Trabalho Final de Graduação apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em março de 2012 como requisito parcial para obtenção do título de ARQUITETO E URBANISTA.

membros da banca

**Prof. Dr. Euler Sandeville Jr. (orientador)**

Departamento de Projeto — FAUUSP

**Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira**

Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto — FAUUSP

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Christina Rizzi**

Departamento de Artes Plásticas — ECAUSP

A seguinte manifestação foi acordada entre os estudantes da FAUUSP que, aderindo à greve iniciada em novembro de 2011, concordaram em adiar a apresentação de seus trabalhos de graduação em apoio às pautas do movimento estudantil e em solidariedade aos estudantes que foram vítimas de repressão e de violência policial e institucional.

*Os trabalhos finais de graduação (TFGS) do segundo semestre de 2011 tiveram seus prazos interrompidos pela invasão da polícia militar na USP com 400 homens. Tal fato culminou, entre outros abusos, na prisão de 73 estudantes em novembro. No final de dezembro, 6 estudantes foram expulsos por terem se manifestado politicamente em anos anteriores.*

*Em defesa da universidade da livre produção de conhecimento, espaço de livre pensamento e crítica, os estudantes da USP estão em greve até 2012. Nesse contexto, não apresentamos nossos TFGS em período de normalidade. Como estudantes lutamos contra o cerceamento das liberdades no campus, para como futuros arquitetos lutarmos contra a fragmentação, loteamentos, proibições de uso e repressão. Que cidade construiremos se permitirmos que a repressão política domine esta universidade?*

*Por isto, declaramos que estamos em greve. Apresentamos nossos TFGS na calourada de 2012 com a mensagem: calouros, entrem na luta!*

*Fora PM da USP!*

*Pelas liberdades democráticas!*

*Abaixo o reitor João Grandino Rodas.*

Agradeço a meus pais, antes de tudo, pelo apoio incondicional que me foi dado durante oito longos anos de faculdade.

Agradeço ainda;

ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cuja política de ensino gratuito a todos os seus estudantes permitiu que eu pudesse, mais tarde, ser aprovado no concorrido e excludente exame vestibular da FAUUSP;

aos meus colegas de percurso pela FAUUSP e especialmente a todos que participaram do coletivo de estudantes EPA! — *espaço, projeto, ação* — sem os quais muitas das reflexões deste trabalho nunca teriam sido elaboradas, seja pelas leituras coletivas de Paulo Freire, seja pelas discussões sobre a prática da arquitetura. Em particular, agradeço ao coletivo de ação universitária ENFF-FAU:Diálogos, que integrei até setembro de 2011 e do qual me ausentei desde então para concluir este trabalho. Não cito nomes pois fatalmente esqueceria de alguém, mas todos foram fundamentais para que este trabalho fosse elaborado;

aos membros do Núcleo de Estudos da Paisagem do Laboratório do Espaço Público e do Direito à Cidade (NEP-LabCidade). Ao professor Euler Sandeville Jr, pela orientação atenta, sensível, provocativa e, como diria Paulo Freire, gentil, amorosa e profundamente dialógica.

E sobretudo pela cumplicidade, apoio e carinho, sem os quais eu não teria chegado até aqui, agradeço a Natália.



## **resumo**

Entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1980 uma certa atitude perante a prática da arquitetura passou a ser recorrente entre um conjunto relevante de arquitetos, seja na esfera da prática profissional, seja na esfera da produção acadêmica. Trata-se da participação — no caso, o da participação dos sujeitos envolvidos com a arquitetura, a ser produzida por profissionais, na sua elaboração e discussão. O tema da “participação do usuário” ganhou certo protagonismo neste período por um conjunto variado de fatores: desde uma insatisfação com a forma tradicional — considerada eventualmente autoritária em excesso — de se produzirem projetos de arquitetura como vinha sendo praticada pela arquitetura moderna até relações estabelecidas entre jovens arquitetos e movimentos de ordem contracultural e anarquista que questionavam os processos normativos que condicionavam a configuração do espaço construído, passando por tentativas de dotar a arquitetura de ferramentas e métodos mais rigorosos, racionais e científicos, baseados na consulta aos atores envolvidos e em contato com pesquisas de outras disciplinas como a psicologia social, a teoria dos sistemas e a antropologia. Independentemente das razões, havia no ar uma cultura participativa que nos períodos posteriores, de algum modo, se perdeu ou passou a ser ignorada. Este trabalho busca averiguar este quadro discursivo, avaliando a produção teórica e prática do período a partir de um olhar freireano a fim de contribuir à discussão sobre a construção do que temos chamado de uma “pedagogia crítica da arquitetura”, ou seja, de uma produção dialógica do conhecimento arquitetônico. Traçamos assim nesta monografia um breve panorama das experiências e dos discursos ligados ao tema da participação no período a fim de pensar eventuais armadilhas discursivas de ordem ideológica ou conceitual e assim avançarmos no debate. Por meio da identificação de algumas tendências, ênfases e ideias-força neste conjunto de elementos destacados em nosso recorte, produzimos uma reflexão que entendemos ser relevante como contribuição ao melhor entendimento desta problemática.

Palavras-chave: participação; dialogicidade; história da arquitetura.

## ***abstract***

*Between the end of the 1960s and the beginning of the 1980s a peculiar stance on the architectural practice started to be somewhat recurrent among a relevant group of architects, both in the professional and in the academic spheres. We are talking about participation — on that case, the participation of individuals on the discussion about the architecture which they are subject to use and which is to be produced by the those professionals. The theme of the “user participation” gained some prominence in this period because of a varied number of reasons: from the dissatisfaction of the architectural class with the traditional modernist design practices — which were eventually deemed authoritarian — to relationships that were stablished between young professionals and countercultural or anarchist movements that challenged the normative ways space was produced and appropriated, including also attempts on making the architecture as a discipline a more scientific or methodical one, based on rational design methods and tools which could benefit from the user's opinions on the spaces designed and by the influence of akin subjects like behavioral studies, systems theory and anthropology. Regardless of the reason, however, there was indeed in the air during the 70s a kind of participatory culture among the architectural circles, which would be ignored or neglected in the ulterior periods. This paper aims to investigate this discursive framework by assessing the theoretical and practical production of that historical period from a “freirean” point of view in order to make contributions to the construction of what we have been calling a “critical pedagogy of architecture”, i.e. the dialogical production of the architectural knowledge between different agents. We therefore drew in this work a brief prospect of the participatory experiences and discourses from those times in order to recognize the eventual holes and ideological or conceptual traps found on those discourses and so keep on the debate. By means of the identification of some tendencies, emphases and major forces among that group of elements that we set out, we produced a reflexion that we believe to be relevant to the advancement of the discussion of these problems.*

*Keywords: participation; dialogicity; architectural history.*



## **sumário**

- 1 INTRODUÇÃO, 13**  
escopo do trabalho e questões de método, 18  
por uma pedagogia crítica da arquitetura, 22
  - 2 DA PARTICIPAÇÃO À DIALOGICIDADE, 25**  
participação e ideologia, 30  
participação, política e “melhores práticas”, 42  
sherry arnstein e a escada da participação, 44  
pensamento freireano e dialogicidade, 46  
breve trajetória de paulo freire, 52  
dialogicidade, produção do conhecimento, arquitetura, 62
  - 3 “TODO PODER AO USUÁRIO”: PANORAMA DOS ANOS 1970, 67**  
panorama das experiências, 69  
a produção teórica do período: do debate conceitual à produção de manuais, 91
  - 4 TENDÊNCIAS E TRANSVERSALIDADES, 97**  
progressismo, culturalismo, contraculturalismo, 108  
autonomia, usuário e ambiente, 113  
ambiente, 115  
usuário, 130
  - 5 INQUIETAÇÕES: À GUIA DE CONCLUSÃO, 145**  
o universo do trabalho e da arte, 147  
agenciamento espacial: a nova retórica do arquiteto como ator, 150  
christiania hoje, 151
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 155**



O meu conceito de arquitetura está na união e colaboração das artes, de modo que cada coisa esteja subordinada às outras e com essas em plena harmonia e, quando uso essa palavra, esse será o significado, não um mais restrito. É uma concepção ampla, porque abraça o inteiro ambiente da vida humana: não podemos nos subtrair da arquitetura enquanto somos parte da civilização, pois que representa o conjunto de modificações sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas. Nem podemos confiar nossos interesses a uma elite de homens preparados, pedindo a eles que investiguem, descubram e criem o ambiente destinado a nos hospedar, para depois nos admirarmos perante a obra pronta, apreendendo-a como coisa acabada. Isso cabe a nós mesmos; a cada um de nós cabe empenhar-se no controle e na proteção da orientação justa da paisagem terrestre, cada um com seu espírito e suas mãos, na parte que lhe cabe, para evitar que deixemos a nossos filhos um tesouro menor do que aquele que nos foi deixado por nossos pais.

William Morris (1880) apud Magnolli apud Sandeville Jr. (2010). Texto original disponível em <http://bit.ly/wmorris1880>



# 1 introdução

Neste passado outubro de 2011 o filósofo esloveno Slavoj Žižek esteve em Nova Iorque e discursou aos indignados que encontravam-se acampados no centro do mercado financeiro global, reunidos no movimento que ficou conhecido como Ocupe a Wall Street (*Occupy Wall Street*). Vestindo calças jeans e uma camiseta estampada com uma charge de Karl Marx, o pensador esloveno que tem ocupado de forma bastante ágil os veículos de comunicação da indústria cultural de massas — já foi até mesmo tema de um filme-documentário em longa-metragem — procurou alertar aos jovens estadunidenses ali reunidos (muitos deles calouros em tomar parte de uma manifestação política) a respeito de como sua causa poderia facilmente ser incorporada e deturpada pelo capital e pelo poder hegemônico.

Os ocupantes reunidos na Praça da Liberdade — nome dado pelos manifestantes ao logradouro que foi usado como epicentro do movimento, originalmente chamado “Praça Zucotti” — chegaram a declarar em um dado momento: “esta ocupação é antes de tudo a respeito de participação.”<sup>1</sup> A

---

<sup>1</sup> Conferir, por exemplo, “Leaderless, consensus-based participatory democracy and its discontents”, *The Economist*, 2010, entre outros.

afirmação aparece em um editorial da publicação produzida pelos próprios manifestantes, o *Occupied Wall Street Journal*.

Recordemos, pois, algumas das palavras de Žižek em seu discurso<sup>2</sup>:

[...] Tudo o que digo é — e peço desculpas caso isto venha a machucar alguns de vocês — que este sonho de democracia participativa local não é a resposta universal. [...]

Não permitam que o inimigo defina a agenda de vocês. Caso eles digam “sacrifício, trabalho”, digamos “Não: liberdade, alegria.” Devemos tirar do inimigo as ferramentas dele. Pensem em valores familiares. Muitos radicais de esquerda reagem àqueles que defendem valores criticando a família como uma instituição conservadora, etc. Mas não deveríamos dizer, “A economia neoliberal não fez mais pela destruição de valores familiares do que todas as culturas alternativas juntas?” É o mesmo com a propriedade privada. Devemos tornar claro às pessoas que não temos um sistema que funciona bem, o qual, por algum motivo irracional, tentamos destruir. O sistema está destruindo a si mesmo. Portanto não somos contrários à democracia. Observamos como a democracia, na sua forma política presente, está destruindo-se a si mesma pouco a pouco. Trata-se de uma tarefa muito difícil mas há esperança. Vocês são a esperança aqui pois conhecem Herbert Marcuse, o velho esquerdista, que disse algo muito interessante: “Liberdade é uma condição da libertação.” O que quer dizer: para engajar-se na luta por liberdade, é preciso antes libertar-se das correntes da ideologia dominante.

Um dos supostos responsáveis pela germinação da ideia de uma ocupação politizada do espaço público, que resultaria no enorme movimento que ocorreu em Nova Iorque em 2011, alega de fato ter se inspirado em leituras acadêmicas sobre o anarquismo e em seu trabalho etnográfico junto a comunidades autogeridas na ilha de Madagascar. O antropólogo David Graeber, um dos idealizadores do movimento, apresenta-se como um anarquista e mostra-se inspirado por uma cultura de orientação participativa e de ação direta, autogestionária, caracterizada por um processo descentralizado de tomadas de decisão e de produção de consensos e marcada pela autonomia dos sujeitos que delas fazem parte. Embora o movimento Ocupe Wall Street como um todo seja, no fundo, caracterizado por uma multiplicidade de anseios, aspirações de mundo e de orientações político-partidárias, fica claro,

---

<sup>2</sup> Transcrições deste discurso com variações diversas encontram-se espalhadas pela internet. Conferir, por exemplo, Sarahana, 2010 (<http://bit.ly/zizek2011>).



1.1. Slavoj Žižek em *Occupy Wall Street*. Fonte: <http://carlygsdrafts.wordpress.com/2011/10/10/slavoj-zizeks-speech-at-liberty-square/>

pela forma como ele se organizou, que aquela cultura amparada em noções como participação e autonomia estivesse efetivamente moldando o clima que o envolvia.

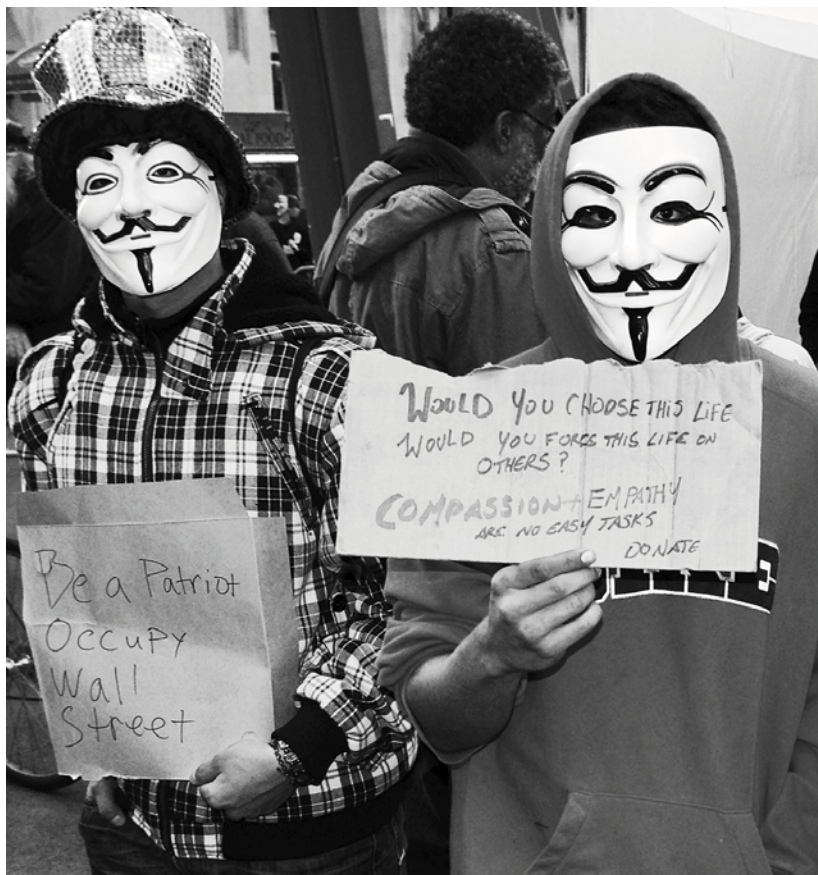
Não se trata de algo inédito. Houve um período na história em que, apesar da indefinição de uma orientação política única e clara para o conjunto de acontecimentos e movimentos em curso, estas mesmas palavras e referências compunham o clima e o horizonte de seu tempo. Tratam-se de momentos e episódios ao redor do legendário Maio de 1968 francês: de socialistas a anarquistas, dos mais libertários aos mais sectários, naqueles últimos anos da década de 1960 até meados dos anos 1970 falava-se todo o tempo em autonomia, ação direta, autogestão, controle operário, etc.

A trajetória é conhecida: nos subseqüentes anos de queda do Estado de Bem-Estar Social, o capital apropriou-se deste discurso libertário e o incorporou sabiamente à sua própria agenda, aproveitando-se das oportunidades que a ideia de sujeitos mais autônomos — “pró-ativos” — parece sugerir superficialmente. Empresas passaram a exigir de seus funcionários que fossem mais autônomos — que passassem a produzir mais, afinal, recebendo menos. Mais autonomia, ora, era uma exigência já antiga do agora definhante movimento sindical dos países centrais. Estratégias e métodos de planejamento participativo eram incorporados a rotinas de trabalho e de gestão como ferramenta de dissolução de conflitos e de imposição de consensos. Não contratavam-se mais “empregados”, reuniam-se “colaboradores” em um trabalho pretensamente coletivo. Todo o conteúdo transformador daquele discurso originalmente libertário fora evidentemente apagado: nas análises que são feitas deste processo, porém, costuma-se perguntar se este conteúdo estava lá de fato, em primeiro lugar, ou se tratava-se apenas de uma armadilha ideológica a que movimentos de resistência estavam fatal e ingenuamente se submetendo.

Passadas algumas décadas, este conjunto de palavras e este clima de colaboração, autonomia e autogestão parece ressurgir nos mais variados campos. Fala-se, por exemplo, em uma “cultura livre” baseada no compartilhamento de informação e na livre produção de conhecimento, ultrapassando as barreiras da propriedade intelectual e dos direitos autorais — um mundo em que todos seriam potencialmente autores, editores e leitores. O autor deixa de ser autoridade e passa a ser mais um ator, pois atua em um universo em que todos os outros são igualmente autores e atores. O chamado “movimento” pelo *software* livre, por exemplo, curiosamente evoca muitas daquelas palavras que frequentavam as mentes dos mais libertários nos anos 1960 e 70, como colaboração, descentralização, etc. Não por acaso, trata-se mesmo de uma forma de produção de *software* incorporada e mesmo celebrada pelo grande capital do setor, como veremos, ainda que sinalize e potencialize espaços de resistência introjetados neste mesmo campo da indústria, ocupando suas estruturas e transformando-o de dentro — o que por si só já configura uma estratégia de ação que muito tem a ver com a cultura contestatória daqueles anos libertários.

No universo da arte, por outro lado, já existe toda uma literatura sobre os vários movimentos de “ativismo” que surgiram nos últimos anos, em grande medida inspirados pela ideia de produção de uma arte no espaço público





1.2. Manifestantes do movimento *Occupy Wall Street*. Fonte: *Wikimedia Commons* <[http://commons.wikimedia.org/wiki/Occupy\\_Wall\\_Street](http://commons.wikimedia.org/wiki/Occupy_Wall_Street)>

que articule o fazer artístico dos sujeitos nela envolvidos com o potencial fazer artístico do “público” em geral. Embora o uso da palavra “participação” seja feito de forma bastante cuidadosa neste cenário, trata-se de um interessante contexto em que, pelo menos desde meados dos anos 1960, está constantemente na ordem do dia romper com os limites tradicionais entre público e obra.<sup>3</sup>

Entre arquitetos, porém, notamos um quadro bastante diferente. A palavra “participação” é comumente responsável por se fazerem levantar entre os representantes desta profissão uma série de preconceitos. Não raro, verificam-se mesmo sentimentos de aversão a tal ideia: ora ela é apresentada como anacrônica, ultrapassada, ingênua; ora é apresentada mesmo como uma afronta à própria essência da profissão, uma forma de promover uma “arquitetura ruim”, genérica, sem autor e portanto sem qualquer caráter e qualidade, oposta à tradição da “boa arquitetura” dos arquitetos; ora é lida, ainda, criticamente e tomada como ilusória e ineficaz no enfrentamento daqueles que seriam os efetivos problemas presentes na produção da arquitetura, visto que as práticas participativas não conseguiriam superar a esfera superestrutural a que ela está associada, sendo portanto impedida de questionar ou propor outras formas de produção. Se as primeiras críticas à participação que expusemos são claramente de ordem corporativista — entendem que a participação seja uma ameaça à própria existência da profissão e, portanto, de suas estruturas de poder —, estas últimas são relevantes, ainda que talvez imobilistas. Trata-se, portanto, de um contexto complexo. Há nele, no entanto, algo certo: hoje a participação, enquanto temática arquitetônica, ocupa posição marginal, usualmente desprezada na maior parte das escolas de arquitetura e ignorada pela prática profissional hegemônica.

## **escopo do trabalho e questões de método**

Em um período anterior da história, porém, é possível verificar uma outra abordagem sobre o papel da participação na arquitetura. Ainda que ela pudesse compor posições igualmente marginais em certos círculos, em outros ela chegou a assumir mesmo uma certa relevância na circulação de ideias no meio profissional. Tratam-se justamente dos anos 1960–70 que citamos

---

3 Cf, por exemplo, o volume *Participation*, coletânea de artigos recentes e textos históricos organizada por Claire Bishop, 2006.



1.3. Manifestantes do movimento *Occupy Wall Street*. Fonte: *Wikimedia Commons* <[http://commons.wikimedia.org/wiki/Occupy\\_Wall\\_Street](http://commons.wikimedia.org/wiki/Occupy_Wall_Street)>

acima, os quais estavam envoltos por uma cultura participativa mais ampla e cujos reflexos arquitetônicos eram evidentes (seja na esfera da discussão teórica, seja na esfera da produção acadêmica, seja na da prática profissional). Mais até do que na década de 1960, em que algumas experiências importantes ocorreram, a cultura participativa na arquitetura foi mais forte após 1968 e ao longo da década seguinte.

Interessa-nos, pois, verificar em que medida se constituiu este quadro discursivo participativo na arquitetura do período, assim como identificar seus principais elementos e suas principais armadilhas e contradições. Nosso objeto de trabalho é o conjunto de experiências e textos relevantes no período relacionados a esta temática, de modo a que consigamos construir uma trajetória deste debate que tanto interessou a um conjunto relevante de arquitetos naquele momento.

Trabalhamos essencialmente com fontes secundárias a fim de nos aproximarmos desta temática. O que mais próximo temos de fontes primárias são os textos do período que reunimos e os periódicos a que tivemos acesso, os quais identificamos como meios privilegiados de circulação das ideias ligadas a esta problemática. Não foi nossa intenção, desde o início do trabalho, fazer uma análise propriamente dos projetos participativos do período, visto que não teríamos acesso às fontes e a qualquer possibilidade de pesquisa empírica e material a respeito deles, mas, ao contrário, propusemo-nos a construir um quadro conceitual e discursivo que pudesse amparar uma reflexão crítica mais ampla sobre o tema da participação. Com isto, não pretendemos transformar a pesquisa historiográfica em um instrumento, nem tomá-la de forma operativa, mas apenas dialogar criticamente com a história a partir de um conjunto de problemas que dizem respeito a ela.

Entre os autores que destacamos como importantes para compor este quadro discursivo estão Christopher Alexander, Henry Sanoff e John Turner (assim como, em menor medida, John Habraken, Colin Ward e Yona Friedman). Tratam-se de personagens-chave para compreender o período: sua produção teórica é tomada como objeto a ser bem posicionado na história. Uma abordagem panorâmica dos periódicos mais relevantes do período analisado também nos foi útil para mergulhar em seu clima, embora não tenhamos de fato optado por uma operação de análise atenta e sistemática dos discursos presentes nestes materiais — seja pelo escopo reduzido deste trabalho de graduação, seja pelo tempo limitado.

Para nos auxiliar a contextualizar o período, destacamos os seguintes autores: Anthony Ward e Thomas Dutton — cujos trabalhos ajudaram-nos a posicionar a maneira como o tema da participação tem sido debatido nas últimas décadas e o modo como aqueles autores do período (Alexander, Turner, etc) constituíram uma base conceitual que tem sido aplicada até os dias de hoje — e em menor medida, Jeremy Till. Tratam-se de pesquisadores, porém, que trabalham a história de uma forma um tanto quanto operativa, o que nos levou a tomar certos cuidados ao aplicá-los na construção de nosso texto.

Para melhor compreender a arquitetura dos anos 70 e os temas que a envolviam e que eram recorrentes nos debates travados naquele momento, utilizamo-nos da análise feita por autores como Reinhold Martin e Felicity Scott, cujos trabalhos recentes são relevantes no entendimento de certa arquite-

tura dita “pós-moderna”, visto que ambos trabalham com um entendimento crítico da forma como a própria ideia de pós-modernidade na arquitetura foi sendo forjada ao longo da história. Alguns textos de Adrian Forty também nos foram úteis para compreender parte do vocabulário e do imaginário manifestados no período histórico estudado. Estes autores foram fundamentais para elaborar as reflexões presentes no capítulo 4, coração deste trabalho. Autores como Kenneth Frampton, Diane Ghirardo, Otilia Arantes, entre outros, foram relevantes para uma contextualização mais ampla da história da arquitetura da segunda metade do século xx.

Pelo nosso domínio limitado de idiomas que não o inglês, acabamos por restringir muitas de nossas fontes (sejam aquelas dos anos 1970, sejam as contemporâneas que versam sobre o período) a esta língua. Isto se reflete na forma com que certos personagens aparecem em maior ou menor grau ao longo deste trabalho. Embora não entendamos este fato propriamente como uma “falha” do processo, parece-nos que, caso este trabalho venha a ser ampliado em estudos futuros, esta característica talvez tenha de ser corrigida. Desta forma, reconhecemos um certo anglocentrismo na condução das escolhas que tomamos e dos recortes que fizemos. Apesar de não ter sido propriamente proposital, indica lacunas em nosso trabalho que terão de, em algum momento, ser avaliadas de algum modo. Duas fundamentais lacunas que destacamos referem-se aos episódios ligados aos contextos italiano (como a arquitetura radical dos anos 1960 e a influência do operismo) e francês (como a influência do situacionismo, entre outros, assim como uma análise mais atenta do legado de Yona Friedman, um personagem central do enredo que traçamos mas que acabou por assumir uma posição marginal em nosso trabalho).

Um terceiro autor que nos foi fundamental (e cuja escolha fará mais sentido na próxima seção desta Introdução, “Por uma pedagogia crítica da arquitetura”), cuja presença é por vezes invisível, mas constante ao longo de todo nosso texto, é o educador brasileiro Paulo Freire. A forma como Freire trabalha o conceito de dialogicidade e sua aplicação nos foi a referência básica para avaliar a própria ideia de participação ao longo de todo este trabalho. Nossas inquietações iniciais, inclusive, partiam de questionamentos de práticas ditas “participativas” com que tínhamos contato em que parecia-nos faltar elementos fundamentais da dialogicidade freireana. Por este motivo, entendemos este ser um trabalho cuja premissa seja o da leitura de um conjunto de experiências e discursos participativos em países centrais, nos

anos 1970, a partir de referências críticas freireanas. Não é nossa intenção “mensurar” o quão dialógicas teriam sido as experiências e os discursos do período — isto seria desastroso do ponto de vista historiográfico — mas de construir um entendimento deste objeto a partir de um ponto de referência que tem na obra freireana sua base conceitual mais sólida. Isto acabou condicionando algumas das escolhas que fizemos na estruturação do trabalho e no direcionamento dado às interpretações do quadro que traçamos.

## **por uma pedagogia crítica da arquitetura**

Pretendemos com este trabalho contribuir ao debate sobre a formulação do que temos chamado de uma “pedagogia crítica” da arquitetura. Não queremos com isto nos referir à formação restrita de profissionais arquitetos — muito menos debater a forma como é feito hoje o ensino de arquitetura nas faculdades e universidades — mas, ao contrário, referimo-nos à construção de processos amplos, democráticos e dialógicos de construção coletiva do próprio conhecimento arquitetônico, seja ele materializado na forma do espaço construído ou não, por meio, portanto, do diálogo franco e respeitoso entre sujeitos diversos. Tomamos, portanto, emprestada da obra de Paulo Freire e de seus continuadores a expressão “pedagogia crítica”: entendendo que a produção da arquitetura envolva um saber específico, um conhecimento acumulado e a acumular, e entendendo ainda que este conhecimento não deva ficar restrito a uma estrutura de poder limitada e a uma concepção arrogante e alienante de como ele deva ser transmitido, buscamos sua contínua e crítica elaboração coletiva por meio do diálogo. Para tanto, o tema da participação e a forma como ele aparece na história da arquitetura parecem-nos uma oportunidade privilegiada para avançar sobre o problema — feitas, está claro, as ressalvas que indicamos alguns parágrafos acima a respeito dos perigos da instrumentalização da história.

Neste sentido, este trabalho articula-se aos objetivos e aos princípios mais amplos daquilo que temos entendido como Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento<sup>4</sup>, pois, na medida em que buscamos constituir historicamente subsídios para o debate sobre tais “pedagogias críticas da arquitetura”,

---

4 A qual ampara os trabalhos do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do Laboratório do Espaço Público e do Direito à Cidade (LabCidade), sediado nesta Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

estamos em última instância investigando processos que envolvem pedagogias dialógicas, partilhadas, sensíveis e amorosas — e enfrentando todos os perigos conceituais e práticos que isto pode sugerir ao longo do caminho. Em outras palavras, estamos verificando como, em diferentes momentos da história, se deu o diálogo entre saberes e culturas diversas que procuram convergir para a construção (e portanto para a experimentação) do mesmo espaço e dos mesmos objetos que articulam tal espaço. Desta forma, estabelecemos ainda um diálogo rico e relevante com a ideia de *paisagem partilhada*, como trabalhada por Sandeville Jr (2005, 2010).

Entender a experiencição partilhada entre sujeitos viventes em seu espaço vivido como paisagem nos coloca o problema da produção conjunta de conhecimento e a sua comunicação entre os seres. Como veremos no capítulo 2, para Paulo Freire só existe um “pensamos”, nunca um “penso”, pois o “penso” revela fatalmente não apenas a inutilidade do pensamento “pensado” como também sua impraticabilidade enquanto tal. Se o espaço vivido é também forma de pensamento — não apenas sua cognição racional, ocidental, linear, lógica, não apenas sua descrição cartesiana, geométrica, planificada, mas também sua apreensão subjetiva, analógica, cíclica, tudo aquilo a que associamos à palavra sensibilidade — então sua experiência é sempre coletiva (*partilhada*). Se partilhada, é sempre, portanto, sujeita ao conflito e ao diálogo: sua síntese racional demanda o confronto de apropriações e sentidos.





## 2 da participação à dialogicidade

O *Dicionário Paulo Freire* (Streck; Redin; Zitkoski; 2008:302–303), obra que reúne os principais conceitos trabalhados por este educador pernambucano ao longo de sua trajetória, de forma ampla e introdutória, voltada sobretudo a um público leigo no assunto ou que inicia seu percurso no estudo de tal pensador, apresenta, entre seus muitos verbetes, a palavra participação.

Este curioso verbete é aí desenvolvido pelo educador Cênio Weyh. Qual seria, no entanto, o motivo do destaque que atribuímos a sua presença em tal dicionário? O simples fato dele existir entre as várias outras expressões altamente significativas encontradas na obra freireana (como “círculo de cultura”, “dialogicidade”, “saber de experiência feito”, “inédito viável”) torna-o objeto de nossa “curiosidade epistemológica” (para abusarmos de uma expressão que é própria de Freire) e indica-nos um aspecto revelador da sua relativa importância na interpretação daquela obra, visto que o dicionário foi organizado por autores reconhecidos na difusão e no estudo do pensamento de Paulo Freire. Weyh procura não incorrer no erro de conceituar de fato a palavra “participação” segundo a ótica freireana, mas trata de bem posicioná-la na história de seus textos e de seu pensamento: destaca sobretudo o papel que a palavra tem nos documentos que Paulo Freire produziu no

contexto de sua atuação na gestão democrática e popular de Luiza Erundina no município de São Paulo entre 1989 e 1991, na qual a palavra reunia forte significado político e afetivo. De fato, em tal contexto, a palavra assume alguma importância nos textos que ele escreve: Freire alerta para os perigos de uma cultura falsamente participativa e evoca uma sociedade em que as populações tradicionalmente oprimidas sintam-se efetivamente como sujeitos da História, atuando politicamente e não sendo ou apenas consultadas, ou apenas solicitadas a colaborar em determinados trabalhos pontuais.

No entanto, a própria palavra “participação” é encontrada de forma não frequente na obra de Freire como um todo: trata-se mais de uma palavra que assume (como o próprio verbete procura esclarecer) uma grande força semântica associada fortemente a movimentos de mobilização e de democratização social, aos quais a obra de Paulo Freire sempre serviu de apoio e referencial crítico. Se, de um lado, não se trata mesmo de uma categoria expressiva no conjunto da obra freireana, por outro lado, sua força semântica e pragmática é altamente relevante para ser ignorada quando em diálogo com aquela obra — de tal modo que ela acabou sendo incorporada ao dicionário do autor. Cabe citar mesmo a passagem de um texto de Paulo Freire que é usada no respectivo verbete daquele dicionário (1991:75 apud Weyh in Streck et alii; 2008: 302–303):

Para nós, a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. [...] Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na história e não simplesmente nela estar representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. [...] Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho da realização democrática da cidade.

A passagem acima de Freire fornece bons parâmetros para referenciar a discussão sobre o tema da participação a que nos propomos adentrar. Nele já é possível verificar uma certa ambiguidade que ronda o problema da participação: trata-se de uma tentativa de promover o mero *envolvimento* das pessoas (quando elas “participam”, por exemplo, de atividades pasteurizadas e sem qualquer poder de decisão) ou mesmo de uma mera *consulta* a elas (quando elas “participam” de pesquisas de opinião cosméticas e providenciais) em processos de tomada de decisão e ação, ou trata-se mesmo de uma postura crítica em que os sujeitos *tomam parte* (“participam”) dos processos

políticos, sociais, estéticos, culturais, econômicos, entre outros, como forma de se ver garantido um exercício de direitos e não de favores?

Embora tal questionamento pareça, de certo modo, refletir alguma obviedade sobre o tema, ele envolve uma profundidade invisível a uma primeira mirada: o que significam de fato as experiências “participativas” no seio de uma sociedade e em sua estrutura? Em princípio, a resposta a esta pergunta seria muito simples: tomando a “participação” como um recurso discursivo das sociedades capitalistas (ou mesmo das democracias liberais) que facilmente se transmuta em um instrumento de sua sobrevivência e transformação, o fenômeno da participação poderia ser entendido meramente como um elemento superestrutural e de reprodução — uma forma do capitalismo continuar a justificar sua existência — mais do que uma tentativa de emancipação política. Mais: instrumentos participativos nas democracias capitalistas não teriam o impacto de alterar as bases estruturais destas sociedades, de modo que eles revelariam no fundo seu caráter meramente ideológico.

Como nos lembra Marilena Chauí (2006:145–146), quando ela escreve sobre a política que adotou enquanto atuara como Secretária de Cultura da já citada gestão da Prefeita Luíza Erundina:

O conceito de participação tem, na modernidade, uma origem muito precisa que, se esquecida, leva a apropriações que o alteram profundamente. A prática moderna da participação tem origem nas sociedades revolucionárias — as revoluções burguesas e populares dos séculos xvii e xviii, as revoluções proletárias do século xix (a Comuna de Paris) e as revoluções comunistas do século xx. Em uma sociedade revolucionária, todos os seus membros, excluídos os inimigos, são sujeitos da revolução e da história; cada ação, cada prática, desde uma lei e uma nova instituição política até a construção de uma casa ou de uma escola, uma irrigação ou uma colheita, da fabricação de qualquer objeto até uma pesquisa científica e uma atividade pedagógica, todos os atos participam da criação da nova sociedade. A participação é o dado constitutivo dessa sociedade porque é uma sociedade em construção pela ação de todos os seus sujeitos. Eis por que muitos pensadores, perante as experiências revolucionárias, têm indagado: em que momento uma revolução se transforma em regime? Ou seja, em que momento a ação participativa instituinte do novo se estiola e se petrifica em práticas instituídas?

Quando está ausente a sociedade revolucionária, dá-se uma apropriação do conceito de participação que o modifica. No Brasil, conhecemos duas

apropriações não-revolucionárias da participação: a socialdemocrata e liberal, de um lado, e a democracia-cristã, de outro.

Apesar de ser um texto menos acadêmico e mais político (visto que o contexto em que se insere é o da defesa de um dado conjunto de escolhas realizadas no âmbito da administração municipal<sup>5</sup>), e apesar ainda de certa idealização de uma revolução por demais abstrata, Chauí alerta para a forma como discursos de cunho participativo têm sido tradicionalmente usados como forma de apropriação, por parte das estruturas de poder e das elites, de um trabalho popular (tomado como uma espécie de “esforço” ou “sacrifício” coletivo a fim de se ver realizada ou respondida uma determinada necessidade do momento) ou de como eles são usados a fim de se buscar a legitimação de ações de cunho eventualmente populista (como acontece quando ocorre a transformação de direitos em favores, etc). A autora prossegue (idem, grifos nossos):

Na linguagem da socialdemocracia e do liberalismo, a participação torna-se sinônimo de *lobby* (quando se trata da classe dominante) e reivindicação ou demanda (quando se trata da classe trabalhadora). A participação é vista como pressão sobre os órgãos públicos de poder. **Na versão da democracia cristã, não se trata de reivindicação nem de demanda, mas da realização de uma ação que suprima uma carência. A participação é o mutirão.** Temos, assim, duas apropriações do conceito de participação e da sua prática: **ou fica reduzida a formas variadas de pressão ou se reduz ao trabalho popular coletivo e voluntário.**

De onde vêm essas concepções de participação? Do lado liberal e socialdemocrata, da ênfase dada à ideia de representação — a participação é uma pressão ou um jogo de influências sobre representantes eleitos; refere-se a interesses. Do lado da democracia cristã, da ênfase dada à ideia da pobreza — a participação é a luta do povo de Deus contra a miséria; refere-se a carências. Essas concepções e práticas encontram justificativa na afirmação de que, nas sociedades de massa modernas, a democracia participativa é impossível, pois é impossível a participação política de todos nas deliberações e decisões. **Ou seja, a participação é tomada nos sentido numérico, demográfico, quantitativo e não em**

---

5 Cabe ainda ressaltar tratar-se de uma excepcional gestão municipal — tendo contado com Paulo Freire na Secretaria de Educação — e que recebeu forte reação negativa por parte da população mais conservadora, tendo sido eleita com cerca de 35% dos votos. Com efeito, a gestão e suas práticas se caracterizam como uma espécie de “mito fundador” para muitos arquitetos envolvidos com trabalhos comunitários e com habitação para população de baixa renda.

seu significado propriamente político. Mas não só isso. Vistas da perspectiva democrática, tais práticas não concebem a participação como direito do cidadão; e vistas da perspectiva socialista elas se tornam compreensíveis, uma vez que essas formas de participação não contestam, mas reforçam, a estrutura econômica, ou seja, a propriedade privada dos meios sociais de produção e apropriação privada da riqueza social.

Trata-se, portanto, de um discurso responsável pela despolitização mesma das práticas que se pretendam participativas. Além disso, não devemos ainda esquecer da possibilidade de uso dos discursos sobre a participação como forma de doutrinação e cooptação de sujeitos por parte de agentes “progressistas”, afim de promover não transformações sociais mas um engrossamento de estruturas de poder como partidos e sindicatos.

Como ressaltamos acima, a despolitização dos processos participativos interessou enormemente ao desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas, na medida em que se configura como estratégia ideológica (legitimando consensos impostos, tornando em presentes as obras, serviços e benefícios que deveriam ser considerados direitos, etc). Parece, portanto, óbvio afirmarmos que tratamos de uma ilusão: a participação deveria ser evitada ao invés de estimulada? Há um fatalismo nesta análise que parece criar um beco-sem-saída na definição de estratégias de resistência às práticas hegemônicas. Pode indicar, ainda, um caminho com uma única saída possível, a qual se identifica com a via revolucionária.

Contudo, apesar da força inegável de argumentos como os supracitados (visto que, de fato, ao longo da história, o vocabulário ligado à participação é mesmo incorporado pelo capital), ele esconde algumas potencialidades invisíveis a uma leitura tão estrutural e distanciada do mundo. É aí que sua ambiguidade fica evidente: para combater estas estruturas perversas de mascaramento, seria necessário mesmo abdicar de princípios de participação e colaboração? A passagem a seguir parece-nos oportuna como indicativo de um caminho a ser traçado, de modo que o problema não fique insolúvel e não impeça que continuemos a nos debruçar sobre ele (Reich, 2007 apud Sandeville Jr., 2010:70):

Você acha que os fins justificam os meios, por mais abjetos que sejam. Eu lhe digo: o fim é o meio pelo qual você o atinge. O passo de hoje é a vida de amanhã. Fins grandiosos não podem ser alcançados por meios torpes.

Mais: em que medida este quadro discursivo (inegavelmente ideológico, fri-se-se), relaciona-se com a forma como a participação é efetivamente apropriada pelas pessoas, levando em conta sua subjetividade e sensibilidade? Parece-nos oportuno para avançar sobre tais questões aprofundarmo-nos sobre a obra do educador Paulo Freire, que estabelece brilhantes reflexões a respeito de problemáticas como “revolução x reformismo” ou “ética dos fins x ética dos meios.” Antes, porém, pacere-nos ainda necessário averiguar mais algumas questões próprias do tema da participação.

## **participação e ideologia**

Entre os famosos documentos gráficos produzidos no contexto da mobilização de estudantes e da classe trabalhadora em maio-junho de 1968, existe um de especial expressividade e significativa força conceitual. Trata-se de uma cuidadosamente bem-traçada mão escrevendo com um pincel a conjugação do verbo “participar”. Para compor tão interessante cena o ilustrador não se esquecera de desenhar as mangas da camisa que envolvem tal mão disciplinadamente abotoadas e o gesto do retratado bastante rígido. Como pode-se ver na imagem, o retratado assim escreve: “eu participo; tu participas; ele participa; nós participamos; vós participais; *eles lucram.*”

Por se tratar de imagem envolvida em contexto histórico tão singular, cabem alguns comentários sobre ela e tudo que a envolve. Tratamos de um momento limiar da história: o capitalismo que alguns chamam de “tardio”, outros chamam de “neoliberal” ou mesmo de “pós-moderno” é tradicionalmente associado a um período dito “pós-68”. Sabemos que por trás das transformações no mundo ocidental exacerbadas por Thatcher na Inglaterra e por Reagan nos EUA nos anos 1980 e prenunciadas pela crise do petróleo de início dos anos 1970 está uma tentativa de maximizar os lucros do capital por meio do desmonte do Estado de Bem-Estar Social, agora não mais essencial à reprodução daquele como este fora nas três décadas anteriores. No entanto, os protestos de 1968 são tidos como reveladores de um momento crítico do capitalismo de bases fordistas: massas gigantescas de trabalhadores e estudantes tomando as ruas de uma das capitais do mundo ocidental bradando os já famosos lemas libertários como “seja realista: exija o impossível”, “a imaginação toma o poder” ou ainda “a apatia é anti-revolucionária.” Tais insurgentes falavam, entre outras coisas, em participação, autonomia e autogestão.

je participe  
tu participes  
il participe  
nous participons  
vous participerez  
ils profitent



2.1. Autor desconhecido. *Eu participo; ...; eles lucram*. Serigrafia, 1968.

*da participação à dialogicidade*



2.2. Galiano. "O que fazer" in *Passapalavra*, 2011, <<http://passapalavra.info/?p=44639>>.



A imagem da mão de mangas bem abotoadas pintando a conjugação do verbo “participação” que acabamos de descrever demonstra ainda a clareza crítica daquele movimento. Mais: se de um lado ela nos coloca a necessidade de permanecermos alertas às armadilhas do capital, por outro, ela nos indica que estava no ar naquele momento, em meio aos muitos movimentos contestatórios e de esquerda espalhados pelo mundo, de *hippies* a sindicalistas, uma certa “cultura da participação.” Viva-se um momento de desconfiança com todas as estruturas de poder estabelecidas e institucionalizadas, fossem elas aquelas tradicionalmente associadas ao Estado e às classes dominantes, fossem aquelas associadas aos tradicionais partidos de oposição e àquilo que passou a ficar conhecido como “velha esquerda” (lembremos da curiosa frase “Sou marxista! Da tendência Groucho” que encontrava-se entre os lemas do movimento) e evocava-se uma sociedade menos centralizada, menos autoritária, na qual indivíduos fosse efetivamente livres e emancipados.

Apesar de toda esta euforia libertária e promotora de um mundo mais gentil, mais humano, mais descentralizado e com sujeitos dotados de mais autonomia, a história, porém, demonstrou que a triste profecia introjetada na forma como o verbo “participar” foi conjugado naquela interessante imagem realizou-se de fato plenamente: enquanto as pessoas “participavam” (seja na esfera mais ampla da política, seja mesmo na nossa esfera mais restrita da produção e da circulação da arquitetura), o capital reinventou-se e tratou de criar novas ferramentas de exploração, desta vez aproveitando da forma que melhor lhe apetecia o discurso que aquelas massas descontentes e perigosas bradavam.

O cartum *O que fazer?*, desenhado e redigido pelo artista portenho Galiano, parece-nos bastante oportuno neste momento<sup>6</sup>. Brincando com as ideias mais difundidas de algumas figuras importantes da história do pensamento de esquerda e com a famosa frase de Lênin (“o que fazer?”), o artista constrói uma inteligente crítica a uma certa ingenuidade da esquerda ao longo do século xx que, não tendo percebido que ao invés de contestar as práticas hegemônicas do capital, ela estava mesmo alimentando tais práticas e ajudando o sistema a se reconstruir a partir das suas falhas conjunturais.

---

6 O original encontra-se na página <http://qu-miras.blogspot.com/2011/03/que-hacer.html>. Utilizamos-nos da tradução feita pelo sítio *Passapalavra*: <http://passapalavra.info/?p=44639>.

Segundo o pesquisador Pedro Arantes (2002:120–124, grifos nossos), comentando a obra de Sérgio Ferro:

A figuração desse novo canteiro *[refere-se aqui à proposta de relações de produção da arquitetura baseada no trabalho livre e na autonomia e colaboração entre os sujeitos, como formulado por Sérgio Ferro ao longo de sua obra teórica desde os anos 60]* descrito por Sérgio [Ferro] precisa, entretanto, ser vista hoje diante das transformações pelas quais passou o capitalismo nos últimos trinta anos, com o aparecimento de novas formas de produção. Se, por um lado, a produção da arquitetura segundo as novas relações de trabalho sugeridas por Ferro tem como pressuposto transformações sociais radicais, por outro, possui semelhanças inesperadas com as formas pós-fordistas de organização técnica do trabalho. A proximidade não é casual, pois a crítica de Sérgio estrutura-se sobre o modelo de organização “fordista”, onde o trabalho é realizado de forma mecânica e idiotizada. Na produção flexível, em sua forma industrial (o “toyotismo”), ao contrário, espera-se a colaboração inteligente de cada operário, que ele conheça toda a linha de produção e participe na descoberta de novas técnicas de produção. O trabalho não sofre mais as mesmas cisões, pois valoriza-se o *team work*, a cooperação e a identidade com a empresa. **O vocabulário da criatividade, autonomia, iniciativa e participação substitui o das palavras carregadas de opressão do fordismo e embaralhou os termos da luta política e sindical.**

Esta nova organização estabelecida pelo capital, por sua vez, não tem nada de emancipatória, ao contrário, representa um aumento vertiginoso da dominação. Não se trata de uma autonomia conquistada, mas imposta, juntamente com a diminuição dos direitos e proteções sociais. A diferença é que a dominação tornou-se menos explícita, não sendo mais identificável na figura do capataz e nas repressões físicas — **houve uma espécie de interiorização em cada indivíduo das normas e coerções da própria lógica do capital.**

[...] É como se a crítica de esquerda ao fordismo acabasse sendo adotada pelo capital nas suas formas de organização técnica do trabalho, só que com o sentido inverso: a seu favor. Essa é a tese, por exemplo, de Jean-Pierre Le Gof, segundo a qual a ruptura antiautoritária de maio de 68 deu origem às formas contemporâneas de *management*.

Avançando sobre o problema, o mesmo autor coloca as seguintes questões em sua tese de doutorado (2010:143):

Durante os trinta anos gloriosos (1945–75), os anos do *welfare*, os trabalhadores obtiveram várias vantagens — e os lucros do capital foram

limitados ao aumento da mais-valia relativa. Isso se deve a diversos fatores, e entre eles há um que nos interessa de perto: a estruturação produtiva nos termos de grandes indústrias — e seu correlato, o trabalho coletivo. Este último sai de sua abstração enquanto criação do capital e toma corpo concreto na consciência operária. A sua maior manifestação foram as greves operárias na França, em 1968, as maiores de todos os tempos na Europa — quando os trabalhadores reclamavam outras relações de produção e autogestão.

Nesta obra o autor está interessado em investigar a problemática relacionada às transformações nas relações de produção presentes nas obras espetaculares da arquitetura contemporânea (aquelas de “forma difícil”, supostamente dotadas de alto teor de industrialização em seus processos produtivos). Procurando argumentar que em tais obras predominam de fato processos semi-artesanais e de alta exploração do trabalhador — usualmente imigrante e precarizado —, identifica nas últimas décadas a forma como o vocabulário libertário de que temos falado (que reúne expressões como “autogestão”, “controle operário” e “participação”) foi incorporado pelo capital a fim de aumentar suas margens de lucro por meio do aumento da extração de mais-valia absoluta (“ludibriando” os trabalhadores a aumentarem sua produtividade, visto que agora eles passariam a ser “colaboradores” e não mais empregados, “participando” da rotina das empresas nas quais trabalham).

O autor continua (id.: 143–144), citando o caso de uma empresa francesa que momentaneamente passou por um processo de autogestão por parte de seus trabalhadores durante a década de 1970:

Em 1973, por exemplo, uma das principais fábricas francesas de relógios, a Lip, em Besançon, foi tomada pelos trabalhadores e submetida a um regime libertário de autogestão. Eles haviam participado do movimento de 1968 e, em 1973, quando foram anunciadas demissões e o possível fechamento da fábrica, os trabalhadores sequestraram alguns dos diretores para pedir esclarecimentos sobre a reestruturação em curso. Sabendo que a fábrica seria liquidada, assumiram o seu comando e o controle dos estoques, fortaleceram as comissões de fábrica, organizam comitês de ação, assembleias gerais, um jornal (o UnitéLip), abriram os portões da fábrica para visita, tornaram o refeitório público, aceitaram o trabalho voluntário de apoiadores e realizaram um mutirão de venda de relógios, uma vez que as lojas se recusavam a vendê-los. Quando a polícia retomou a fábrica, os trabalhadores, sem terem para onde ir, estenderam a autogestão para toda a cidade — “ocuparemos

Besançon” —, fazendo atividades nas praças, teatros, cinemas, escolas e levando a produção para dentro das casas — “a fábrica é o coletivo de trabalhadores e não suas paredes”. Fato que culmina na enorme marcha dos 100 mil. Em 1975, contudo, com a eleição do conservador Giscard, o “exemplo LRP” é derrotado economicamente, com o corte das linhas contratadas de financiamento e da compra de seus relógios de precisão por empresas estatais, como a Renault.

Na coletânea de artigos *Infoproletários*, organizada pelos cientistas sociais marxistas Ricardo Antunes e Ruy Braga, há uma série de análises desta conjuntura contemporânea em que capitalismo e participação social convivem, esta relacionando-se estruturalmente com aquele. Seguem algumas passagens do artigo de Ricardo Antunes que encerra o volume (grifos nossos, 2009:233–237).

Sabemos que, a partir dos anos 1970, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto à recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960 onde, particularmente na Europa ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais.

[...]

Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., dentre os mais diversos modos alternativos de trabalho precarizado. E os capitais utilizaram-se de expressões que, de certo modo, estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como controle operário e participação social, para dar-lhes outras configurações, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso proletário, porém, sob clara concepção burguesa. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, elas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e do desemprego.

Segue o trecho mais interessante e revelador:

[...] Através da telemática e das tecnologias de informação (além do avanço das formas de flexibilização e precarização do trabalho que estamos indicando), com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. Desse modo, o trabalho produtivo a domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino.

[...] Esses contingentes [*refere-se a trabalhadores de setores como do telemarketing e call centers*] são partes constitutivas das forças sociais do trabalho que Ursula Huws sugestivamente denominou como cibertariado — o novo proletariado da era da cibernética que vivencia um trabalho (quase) virtual em um mundo (muito) real, para lembrar o sugestivo título de seu livro que discorre sobre as configurações do trabalho na era digital, informática e da telemática —, novos trabalhadores e trabalhadoras que oscilam entre a enorme heterogeneidade (de gênero, etnia, geração, espaço, nacionalidade, qualificação, etc) de sua forma de ser e a impulsão tendencial para uma forte homogeneização que resulta da condição de precariedade dos distintos trabalhos.

A passagem final nos é particularmente interessante. Como apontamos na Introdução, um dos fenômenos econômicos contemporâneos que mais relação estabelece com o vocabulário associado ao tema da participação com o qual temos trabalhado e com o discurso libertador dos anos 1960 e 70 é o do assim chamado “movimento do *software* livre.” Encontrando sua origem em um conjunto de velhos “hippies” e jovens estudantes envoltos na cultura *hacker*<sup>7</sup> e fascinados por ciência e tecnologia que desafiavam as normas de propriedade intelectual do então nascente mercado de tecnologia da informação, este movimento foi responsável pela produção — de forma usualmente colaborativa, descentralizada e voluntária — de um impressionante conjunto de programas de computador cuja gestão de direitos autorais responde aos princípios de uma assim chamada “cultura livre”, segundo a qual qualquer indivíduo teria o direito de aceder, executar, transformar e redistribuir os códigos com os quais trabalha. Entre este invejável conjunto de programas, encontram-se por exemplo o navegador de internet Mozilla Firefox, o conjunto de aplicativos de escritório OpenOffice.org/LibreOffice (em que este trabalho é parcialmente redigido), partes do sistema de telefonia celular Android e (provavelmente o mais famoso entre eles) o sistema operacional GNU/Linux — o qual virtualmente permite a seu utilizador, entre outras coisas, tornar funcional um computador sem adquirir qualquer *software* pago.

---

7 A palavra se refere a um conjunto de estudantes, pesquisadores e técnicos que durante os anos 1970 e 80 apresentavam um excêntrico interesse exagerado por assuntos tecnológicos, expresso sobretudo pela sua curiosidade em desvendar equipamentos como circuitos eletrônicos e pelo interesse na então nascente tecnologia da informação. Entre eles se desenvolveu um conjunto próprio de hábitos e costumes — e um conjunto de princípios que eles chamam de “ética hacker” — que guarda uma vaga relação com o anarquismo e a contracultura.



2.3. Fundação Lama (Turner, 2006).

2.4. Conferência de *software* em 1984. Steve Wozniak e colegas colaboram na lavagem da louça (id., *ibid.*).



Este modelo de desenvolvimento configura uma afronta clara à prática que a partir dos anos 1980 se tornou usual no setor de mercado no qual tais “ativistas da informação” trabalham: enquanto as grandes empresas de *software* promovem seus produtos por meio da venda de “licenças de uso” de programas cujo código-fonte permanece secreto (sendo, portanto, inacessível aos usuários que o adquirem, os quais só podem executar o programa alienados da forma como ele de fato funciona nos bastidores de sua interface), tais programadores e técnicos não só permitem a livre utilização dos programas cujos códigos são por eles escritos como também incentivam que novos programadores os modifiquem e os repassem a novos usuários — eventualmente perdendo até o controle sobre suas criações e incentivando o desenvolvimento autônomo de produtos derivados. Nada disso é muito distante daquela cultura contestatória e libertária que encontramos ao redor de 1968: sujeitos autônomos trabalhando voluntária e coletivamente, ainda que de maneira descentralizada, interessados ao mesmo tempo em um bem comum e no seu crescimento como indivíduos e como grupo.

De fato, esta relação aparentemente estranha entre certa “cibercultura” contemporânea e a contracultura dos anos 1960 já fora estabelecida: o acadêmico Fred Turner, professor de Comunicação na Universidade de Stanford, construiu em seu livro *From Counterculture to Cyberculture* (2006) uma linha evolutiva de movimentos de contestação nos EUA que inicia com grupos e ideias ligadas à contracultura dos anos 60 e conclui com o que ele chama de uma “cibercultura” ampla e contemporânea que, entre outras coisas, possui relação com o que tem sido chamado de “movimento pelo *software* livre.” Desta forma, o pesquisador elabora um engenhoso esquema interpretativo de tais movimentos que coloca as ideias de autonomia e colaboração do *software* livre tendo como base direta e como raiz histórica inegável o discurso libertador e a cultura participativa dos anos 1960 e 70: para Turner um personagem central desta trajetória teria sido o ativista Stewart Brand (com formação na área de biologia pela Universidade de Stanford), principal responsável na década de 1960 pela edição dos famosos *Whole Earth Catalogs*, periódicos em que eram anunciados produtos vendidos à distância voltados a um “estilo de vida alternativo” ou “ambientalmente” correto. O periódico existiu durante 20 anos, tendo sido publicado entre 1968 e 1988 e, segundo Turner, teria exercido um papel central em influenciar o imaginário de uma toda geração. Voltaremos a este catálogo quando tratarmos no capítulo 4 da forma como a arquitetura dos anos 1970 lidava com a temática relacionada

com a palavra “ambiente”, pois tal era a influência desta publicação que ela atingia mesmo uma geração de arquitetos que buscava uma orientação “alternativa” e contracultural para seu trabalho — os catálogos incluíam, por exemplo, matérias sobre a construção autônoma de domos geodésicos e estruturas similares.

Turner apresenta interessantes elementos e personagens da trama que ele entrelaça, todos em geral cruzando em algum momento com o ativista Stewart Brand: desde uma curiosa entidade *hippie*-místico-tecnológica chamada Fundação Lama (cuja identidade arquitetônica é marcada pela expressividade da arquitetura da “cúpula geodésica” com raízes em Buckminster Fuller edificada colaborativamente e de toda a cultura arquitetônica a ela associada, assim como pela arquitetura de terra marcada pelas construções em adobe feitas em uma espécie de mutirão interno) até uma também curiosa conferência sobre *software* ocorrida em 1984 e coordenada pelo mesmo Brand na qual ele teria proferido a famosa expressão “a informação quer ser livre” e em que jovens futuros milionários da indústria de tecnologia da informação como Steve Wozniak (co-fundador da Apple juntamente a Steve Jobs) e ativistas do *software* livre como Richard Stallman (fundador da *Free Software Foundation* — FSF — e criador do sistema GNU, usado mais tarde como uma das bases do GNU/Linux), no melhor espírito contracultural de colaboração e participação, discutiam avanços tecnológicos ao mesmo tempo em que compartilhavam a manutenção do espaço e, por exemplo, a lavagem da louça do refeitório. Curiosamente, o mesmo Stewart Brand, anos mais tarde, publicaria um livro chamado *How Buildings Learn: What Happens After They're Built*, no qual ele defenderia uma arquitetura mais ligada ao cotidiano e menos associada à cultura dos arquitetos, cuja flexibilidade e possibilidade de alteração pelos usuários estivesse nela introjetada desde sua concepção.

A “cultura livre” associada ao movimento do *software* livre (e aos eventos e fenômenos que lhe são herdeiros, como o conjunto de licenças Creative Commons produzidas pelo professor de Harvard e jurista Lawrence Lessig e toda a produção de cultura de massas “independente” dos grandes estúdios e das grandes editoras que o orbita) é, no entanto, um elemento bastante importante para o grande capital do setor de tecnologia da informação — ou para o capitalismo contemporâneo, como um todo, dado o peso econômico deste setor específico. Trata-se de um modelo de produção de *software* que, na prática, gera lucros a esta indústria por meio do trabalho não remunera-



do, precário e voluntário de um sem número de programadores e técnicos bem intencionados cujos produtos são facilmente apropriados pelo capital. Grandes e conhecidos projetos de software livre são coordenados e conduzidos por setores específicos de grandes empresas de tecnologia (como a IBM e a Apple), os quais os lideram de forma não tão descentralizada quanto o discurso da “cultura livre” pode fazer crer. Por trás disso pode haver, no entanto, uma tentativa de alterar as estruturas hegemônicas do setor de dentro, por meio da introjeção nelas de práticas e valores que lhe são estranhos. A apropriação do discurso pelo capital, porém, ocorre de várias maneiras.

Apenas para ficarmos em um caso conhecido, tomemos o exemplo da citada Apple. Os computadores vendidos por esta empresa utilizam-se de um sistema operacional cuja propriedade intelectual é da própria Apple (cujo nome comercial é *Mac OS X*): a empresa preza tanto seu latifúndio tecnológico que possui uma política agressiva de imposição de medidas judiciais contra concorrentes que ousem simplesmente simular aspectos visuais ou de funcionamento de seu sistema. Este latifúndio, no entanto, tem bases “livres.” Enquanto a interface gráfica é fechada e desenvolvida exclusivamente pela Apple, o núcleo do *Mac OS X* (seu “kernel”, ou seja, aquilo que o faz efetivamente funcionar) é um sistema chamado *Darwin*, cuja base está em um outro sistema chamado *FreeBSD*. Este último, assim como o *Darwin*, é considerado plenamente um *software* livre (ou seja, ele pode ser livremente distribuído, modificado, usado sem custo e redistribuído). O *FreeBSD* é um projeto comunitário (desenvolvido parcialmente por voluntários, segundo os princípios da “cultura livre” que citamos acima) baseado por sua vez em um sistema do tipo Unix originalmente desenvolvido pela Universidade da Califórnia em Berkeley (*Berkeley Software Distribution — BSD*). Trata-se de um caso paradigmático de um projeto aparentemente livre das amarras do capital — desenvolvido autonomamente para fins não lucrativos e de pesquisa, segundo toda uma cultura participativa que, como sugere a linha evolutiva traçada por Fred Turner, estaria na raiz do movimento do *software* livre — apropriado e utilizado justamente para fortalecer o fechamento intelectual e o caráter privado de uma marca. Não sejamos, porém, ingênuos: claro está que grande parte dos lucros destas empresas provém obviamente da intensa exploração da força-de-trabalho por elas utilizadas em países de fraca ou nula proteção aos direitos trabalhistas (como a China e demais países do Sudeste Asiático). No entanto, a forma como elas se utilizam do dis-

curso de colaboração e descentralização ligado à cultura do *software* livre é significativo (a IBM chegou a produzir comerciais de televisão sobre o Linux nos quais destacava justamente estes valores aparentemente “libertários”).

O exemplo da apropriação dos produtos e do embaralhamento de discursos presentes no movimento do *software* livre parece-nos interessante justamente por resumir as variadas e complexas dimensões envolvidas em discursos participativistas: de um lado há uma clara tentativa de produzir uma plataforma criativa e de resistência às práticas hegemônicas cujos resultados são fascinantes, de outro, uma apropriação e deturpação desta plataforma por parte dos agentes promotores daquelas mesmas práticas.

### **participação, política e “melhores práticas”**

Se na esfera da economia encontramos este processo histórico de institucionalização e incorporação pelo capital das práticas participativas e colaborativas, o mesmo ocorre de forma não muito diferente na esfera da política. A arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, ex-Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo durante a gestão Luiza Erundina, em texto de 2007 oportunamente intitulado “Nunca fomos tão participativos” e bastante difundido e lido entre movimentos sociais, estudantes e pesquisadores, alerta para a total ineficácia prática de que a luta pela institucionalização de instrumentos e instâncias de participação social no seio da democracia representativa brasileira, que se deu desde o fim dos anos 1970, resultou.

Mais: denuncia a institucionalização da própria luta social, visto que a prática da participação, da forma como ela se burocratizou nos milhares de conselhos participativos espalhados pelo país, acabou levando mesmo aos vários processos de cooptação de lideranças e de imposição de consensos que se verificaram nos últimos anos — cooptação que se dá seja por parte da ordem estabelecida, do Estado e do capital, seja por parte das microestruturas de poder espalhadas nos partidos e nas instâncias de liderança dos movimentos sociais. De certo modo, vaticina: talvez este triste resultado de total esvaziamento político das práticas de participação estivesse já introyetado desde o início no processo de luta pela instituição das instâncias oficiais, visto que os sujeitos que dele participaram não perceberam a armadilha estrutural em que caíam e acabaram mesmo contribuindo para ela

— ou mesmo sentiram-se fisgados pelas benesses próprias das estruturas do poder instituído, procurando-se agarrar-se a elas, deturpando o sentido original da luta política e social. Neste sentido, chega mesmo a provocar uma esquerda que já foi outrora intocável. Apesar de se tratar de texto claramente configurado como análise conjuntural, portanto pontual e associado ao momento em que foi escrito, ele de algum modo cumpre o papel de apontar para problemas estruturais sobre a forma como o capitalismo tem capturado o tema da participação na esfera da política.

Segundo a autora (grifos nossos):

No World Urban Fórum, que teve lugar em Vancouver, em 2006, a representante do Banco Mundial foi uma das mais fervorosas defensoras da participação democrática em uma mesa redonda denominada *Poverty Alliviation and Participation*. Certamente, a diretora do Bird se referia à participação dos moradores na busca de soluções para aplicar de forma eficiente, e sem corrupção, os poucos recursos destinados a melhorar a rua, a casa ou o bairro, local de moradia da comunidade. Não passava pela sua cabeça incentivar a participação dos pobres urbanos no debate sobre a gigantesca transferência de recursos públicos para a esfera financeira por meio do pagamento de juros da dívida pública, como acontece em países periféricos como o nosso. Ela não deve ter pensado, tampouco, quando teceu tantos elogios aos processos participativos, que eles pudessem tratar dos recuos nos investimentos em políticas sociais levados a efeito em tantos países pobres do mundo, durante 27 anos, por inspiração do próprio Bird ou do FMI.

Mas essa possibilidade, de debater temas estruturais, é longínqua não apenas para a diretora do Bird, mas também para a maior parte dos movimentos sociais e ONGs que se multiplicam no Brasil e no mundo, guiados pela hegemonia do “participativismo”. É evidente que esses movimentos estão ocupados com problemas importantes como gênero, raça, meio ambiente, saneamento, habitação etc, mas, aparentemente, nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Desistimos de fazê-lo.

[...]

Essas poucas referências sobre a mudança por que passamos não estão na ordem do dia dos movimentos sociais, ou dos milhares de pontos que compõem esse universo participativo, com exceção do MST. Apesar de

todas as dificuldades, o MST não deixa de estar na ofensiva, cuidar da renovação de quadros e lideranças, discutir democraticamente seus passos e, acima de tudo, conservar-se independente ainda que apoiado, em parte, em recursos públicos e doações internacionais. O MST é alimentado pela forte prioridade que é dada à formação política ou educação. A importância dada à informação, que contraria o que parece ser o senso comum, revela o lugar essencial ocupado pela comunicação. Observá-lo nos ajuda a perceber que há grandes diferenças entre os processos participativos e também entre os grandes movimentos sociais no Brasil.

Muitos desses cuidados não estão sendo observados em todos os chamados movimentos urbanos. A renovação ou ampliação de lideranças poderia ser mais valorizada, assim como o surgimento de novos movimentos. Os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos. **Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si.**

## sherry arnstein e a escada da participação

Se verificamos que hoje o tema da participação já se encontra introjetado nos discursos oficiais e presente nas práticas hegemônicas, é relevante notar que já na década de 1960 a temática da participação enfrentava um certo processo de burocratização, expresso sobretudo pela tentativa de quantificar o quanto as estruturas e as práticas sociais seriam de fato “participativas”, por meio de critérios claros e mensuráveis. Este fenômeno se verifica sobretudo nos estudos sobre participação da pesquisadora e assistente social estadunidense Sherry Arnstein, em cujo famoso artigo “A ladder of citizen participation” (“Uma escala para a participação cidadã” ou “Uma escada da participação do cidadão”, publicado originalmente em 1969 no *Journal of the American Institute of Planners*<sup>8</sup>) procurou construir uma gradação sobre os processos participativos, de forma a compará-los e averiguar sua eficácia na construção de uma cultura participativa. Este artigo foi, provavelmente, um dos principais responsáveis pela difusão da famosa imagem de maio de 1968 citada em parágrafos anteriores (“Eu participo; ...; eles lucram”).

Arnstein define três graus de envolvimento da população na definição de

---

8 Disponível em versão eletrônica, com alterações, no seguinte endereço: <http://li-thgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html>.

políticas públicas e no espaço em que vive: “não-participação”; “quotismo”; “poder cidadão”. Cada um destes graus é dividido em dois ou três degraus (em ordem ascendente): a “não-participação” é definida pelos níveis “manipulação” e “terapia”; o “quotismo” é dividido entre “informação”; “consulta” e “mediação de conflitos”<sup>9</sup>; finalmente, o “poder cidadão” é dividido em “parceria”, “poder delegado” e “controle cidadão”. Com o tempo, outras escalas para medir o nível de participação nos diferentes processos de tomada de decisão foram sendo desenvolvidos por autores diversos, normalmente evoluindo em um ou outro aspecto da escada original de Arnstein ou questionando um ou outro de seus postulados. Esta original, porém, permanece como uma referência relevante para estudos sobre a participação até hoje.

Embora o artigo de Arnstein tenha sido bastante influente na denúncia de processos que se utilizam de uma fachada de participação para se pretendem democráticos, não é possível deixar de imaginá-lo como uma espécie de tentativa de quantificação — e, por que não dizer?, de uma mercantilização — dos processos de participação. Em última instância, permite-se a classificação destes processos segundo uma lógica quase matemática, altamente linear (e, portanto, negociável). O problema não está, obviamente, em evidenciar o fato de que alguns processos sejam “menos participativos” que outros, de modo a tornar clara a máscara que muitos assumem. No entanto, esta quantificação pode acabar por tornar invisíveis problemas de outra natureza (como aqueles relacionados à subjetividade das pessoas envolvidas em tais processos) assim como a própria condição estrutural dos problemas que são encarados com processos participativos, tornando sua leitura algo superficial.

O artigo frequentou com alguma força alguns círculos ligados ao planejamento e desenho urbano ao longo dos anos. No entanto, fez o mesmo com menos expressão entre arquitetos. No meio do planejamento e desenho urbanos, talvez pela trajetória própria com que lidaram com tema da participação (tendo já passado, por exemplo, pela experiência do *advocacy planning* nos países anglófonos), o artigo foi mais bem absorvido, tornando-se já uma referência histórica sobre o tema — entre várias outras, como os textos de Paul Davidoff sobre o próprio *advocacy planning*, etc. No entanto, é até os dias atuais retomado como uma das principais referências críticas

---

9 No original, *tokenism*.

10 No original, *placation*.

a respeito de uma arquitetura que se pretenda participativa. Isto pode ser observado, por exemplo, nos artigos de Jeremy Till (“The Negotiation of Hope”) e Jon Broome (“Mass Housing cannot be sustained”) presentes na coletânea *Architecture & Participation* (Blundell-Jones; Till; Petrescu; 2005), nos quais a presença de Arnstein é fundamental na construção do raciocínio por eles desenvolvido.

Esta abordagem um tanto quanto “mercantil” do tema da participação (visto que estabelece mecanismos para negociar o quanto um determinado processo deve abrir-se à participação dos sujeitos com quem ele se articulará), porém, parece-nos razoavelmente distante daquilo que Paulo Freire entende por essencial na definição de uma prática dialógica de ação social. Portanto, adentremos brevemente em sua obra a fim de avançarmos neste debate.

## **pensamento freireano e dialogicidade**

A obra de Paulo Freire é reconhecidamente, em diversos locais do mundo, um referencial altamente relevante para a atuação dos mais diversos movimentos sociais e políticos. Mais que um autor importante para o campo restrito dos estudos da educação, Paulo Freire é referência para o próprio pensamento político e social, tendo mesmo produzido reflexões sobre os processos de produção do conhecimento por parte de sujeitos autônomos em colaboração.

A relação entre a obra de Paulo Freire e o universo da arquitetura não é de modo algum inédito — buscamos em nosso trabalho recuperar algumas das possíveis leituras do universo da produção arquitetônica a partir de Paulo Freire que já foram elaboradas no passado. Como forma de enquadrar tais leituras, é preciso estabelecer um recorte entre aquelas realizadas em países periféricos — como o próprio Brasil de Freire — e os países centrais: há profundas diferenças na forma como tal pensamento se insere em um contexto de luta política e de transformação. Enquanto naqueles a percepção de Freire como um referencial teórico relevante para a discussão da arquitetura já tenha sido de algum modo incorporado em diversas frentes, nos países centrais esta conexão é ainda marginal e apenas eventual.

Tome-se o caso brasileiro. A obra freireana já encontra considerável penetração nas práticas e no pensamento de um conjunto relevante de assessorias técnicas que trabalham com movimentos populares por habitação e

reforma urbana. Mais: considerando que Freire encontra-se já no imaginário de luta política dos próprios movimentos, a tentativa de produzir uma arquitetura baseada no diálogo entre os sujeitos é de alguma forma uma tarefa que vem sendo construída e buscada por arquitetos e membros de movimentos sociais e populares há algum tempo. Possivelmente o primeiro grande registro desta tentativa de conexão entre o pensamento de Freire e o fazer arquitetura se deu na dissertação de mestrado do arquiteto Rodrigo Lefèvre (intitulada *Projeto de um acampamento de obra*, de 1981). Segundo Pedro Arantes (2002:140–141), sobre Lefèvre:

Além da Revolução Cubana, outra referência fundamental para Rodrigo será Paulo Freire. A menção ao educador pernambucano, mesmo que poucas vezes feita diretamente, irá definir a vontade do encontro com o povo e a preocupação “pedagógica” do canteiro-escola. Rodrigo imagina uma arquitetura que cumpra tarefas semelhantes às da pedagogia de Paulo Freire, tais como: responder às contradições da fase de transição [para o socialismo], inserir a participação popular no desenvolvimento econômico, levar o povo a uma compreensão crítica da realidade, resistir ao desenraizamento promovido pela civilização industrial, criar uma “nova postura popular diante de seu tempo e de seu espaço.”

Rodrigo utiliza a terminologia “situação-problema”, adotada por Paulo Freire no processo de alfabetização dos adultos. No caso do educador, ele recomenda que seja descoberta a situação-problema de cada comunidade, dando origem aos temas geradores utilizados na alfabetização. No caso do canteiro-escola, é adotada a situação-problema da população migrante recém-chegada à cidade: “Os problemas de conhecimento da cidade, das relações que aí se dão [...], os problemas de prioridades de equipamentos urbanos, de localização na cidade, de construção de suas casas e bairros, todos os problemas de saúde relacionados etc.”. Rodrigo explica que “será com base nesta situação-problema que todo o processo de trabalho irá se desenvolver”.

A leitura que faz de *Educação como prática de liberdade* é fundamental para a transformação do canteiro em momento superior de “conscientização” e “libertação”. Mais do que construir casas, Rodrigo pretende “construir” sujeitos e transformar o canteiro numa escola de libertação. Dessa maneira, “a autoconstrução da casa e do bairro” passa a ser a condição para o processo educativo, este sim, o objetivo final do canteiro proposto. A invenção de uma “nova práxis” (repensar e refazer a cidade) é o momento da conscientização e do “desabrochamento integral do indivíduo na sociedade, e portanto, da sua libertação”.

Cabem algumas observações antes de passarmos a nosso objeto. Rodrigo Lefèvre busca uma relação dialógica entre os sujeitos da arquitetura que ele sugere que se dá diretamente nas relações de produção desta arquitetura (e para além dela). Enxerga no canteiro uma enorme potencialidade dialógica (e portanto emancipadora e libertadora), transformando-o efetivamente em “canteiro-escola.” Esta relação direta entre saber e fazer, entre aprender e produzir, esta dialogicidade do trabalho constitui um quadro discursivo que será bastante comum a toda uma gama de práticas de arquitetura “participativa” inspirada em Paulo Freire no Brasil.

A presença de Paulo Freire no grupo Arquitetura Nova (Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império), anteriormente a este trabalho de Lefèvre, porém, é talvez quase inexistente.<sup>11</sup> Um dos objetivos deste citado livro de Pedro Arantes era mesmo o de estabelecer uma linha evolutiva entre as propostas de um canteiro livre de Lefèvre e seus colegas do grupo Arquitetura Nova e os projetos relacionados aos canteiros autogeridos que multiplicar-se-iam a partir dos anos 1980 e sobretudo ao redor da gestão de Luiza Erundina em São Paulo — linha evolutiva talvez artificial, talvez factual, a depender do caso. Independente disto, trata-se mesmo de uma espécie de escola de pensamento: haveria uma certa afinidade quase natural entre a dialogicidade freireana e a proposta de uma produção livre de um habitat popular, autogerido pelos seus sujeitos. Sobre esta trajetória, conferir o trabalho de José Eduardo Baravelli (2007) sobre o cooperativismo uruguaio e as assessorias técnicas brasileiras. Como Pedro Arantes reconhece, porém (id.:203–204):

Apesar dos paralelos aqui traçados, os arquitetos dos mutirões não foram diretamente influenciados pela arquitetura de Sérgio, Flávio e Rodrigo e menos ainda por Artigas. Não estão filiados a nenhuma escola e combinam referências que vão do vernacular ao *high-tech*: a arquitetura de abóbadas e cúpulas núbias de Nova Gurna, do arquiteto egípcio Hassan Fathy, descritos no livro *Architecture for the poor* [Construindo com o povo]; a arquitetura de Gaudí e seus artesãos, como o ladrilhador Jujol, e seu “canteiro participativo”; John Turner, com os livros *Freedom to build* [Liberdade para construir] e *Housing by people* [Todo poder aos usuários]; Rudofsky e a descoberta do mediterrâneo vernacular em

---

11 Conferir entrevista de Sérgio Ferro em *Vitruvius*, julho de 2006, <http://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/07.027/3301?page=3>, “[...] o Rodrigo utilizou o Paulo [Freire] muito mais do que eu.”



*Architecture without architects*; Gil Borsoi e a arquitetura de taipa; Johan van Lengen com os Arquitetos de pés-descalços no Tibá; e por fim, Frei Otto e Buckminster Fuller, do Instituto de Estruturas Leves de Stuttgart.

Nos demais países latino-americanos, nos quais o tema da participação é bastante mais desenvolvido na academia e na prática profissional (sobretudo pela influência direta e ainda mais forte do que no Brasil dos autores estrangeiros que estudaremos no próximo capítulo, sobretudo Christopher Alexander, Henry Sanoff e John Habraken), porém, esta relação entre dialogicidade freireana e participação não é tão clara, mas ainda eventualmente presente. Nestes países há já uma certa tradição em promover métodos e processos bem sintetizados e bem registrados de arquitetura participativa. Cabe destacar o trabalho do argentino Rodolfo Livingston e sua clínica de arquitetura e as pesquisas realizadas por acadêmicos mexicanos ou ainda o programa de Arquitetos da Comunidade adotado como política pública de habitação em Cuba (baseado no “método Livingston”). Freire soma-se às referências estrangeiras sobre participação em arquitetura em casos como estes, diferente da posição mais privilegiada que tem entre arquitetos no Brasil.

Se esta relação mais orgânica entre o pensamento e as práticas freireanas e o trabalho de arquitetos envolvidos com projetos comunitários se dá de forma mais consolidada no Brasil e em outros países periféricos, por outro lado, ela é quase inexistente nos países centrais. De todo modo, mesmo nestes, nos quais o tema do “trabalho comunitário” ou da “arquitetura comunitária” é muitas vezes destituído de certa densidade política — e como procuraremos demonstrar, chega mesmo a ser enquadrado eventualmente como um mero capricho a fim de produzir uma arquitetura apenas aparentemente mais “humana” — ainda assim já se estabeleceram algumas conexões entre Paulo Freire e as arquiteturas ditas “alternativas”. Ao longo dos anos 1990 existiu o início de um debate sobre o tema que, por motivos diversos, acabou não se ampliando, mantendo-se marginalizado e, na década seguinte, praticamente ignorado e apenas eventualmente lembrado por um ou outro acadêmico mais progressista ou desconfortável com o universo da arquitetura estelar e espetacular que passou a dominar o cenário. O debate se deu justamente entre arquitetos que encontraram na obra freireana possibilidades de um encaminhamento ao mesmo tempo crítico e transformador dos debates sobre uma arquitetura considerada “social” — ainda que tal adjetivo seja altamente ambíguo e de pouca implicação prática.

O acadêmico estadunidense Thomas Dutton<sup>12</sup> e o neozelandês Anthony Ward<sup>13</sup> estão entre os poucos arquitetos fora de terras latino-americanas que não só estabeleceram ligações entre o debate arquitetônico e a obra freireana como também utilizaram-se de Paulo Freire em textos nos quais analisam ou comentam os arquitetos que são objeto de nosso estudo particular (particularmente Lucien Kroll).

Dutton, entre outros aspectos, atenta para o fato de existir por vezes uma oposição entre uma cultura de projeto centrada nos processos e não nos produtos e uma cultura centrada nos resultados: citando Richard Hatch<sup>14</sup>, critica a noção de que “o propósito definitivo da participação não são bons edifícios, mas bons cidadãos em uma boa sociedade.” (Hatch apud Dutton, 1996:19) No entanto, desenvolve pouco o tema e certas conclusões ficam a desejar: atribui excessivo valor a uma prática arquitetônica fragilmente definida como “social”, mas tal análise não resiste a uma crítica ideológica mais profunda sobre a produção dos projetos. Reconhece, contudo, a importância de Freire como base conceitual para avançar sobre o tema: Dutton revela-se também um crítico do marxismo ortodoxo mas dialoga com ele, sendo altamente influenciado pela linha de pesquisa conhecida como “estudos culturais” (mesmo que ainda crítico de seu desenvolvimento despolitizado nos EUA). Segundo Dutton (1996:177):

[...] existe uma necessidade de desafiar os significados privilegiados, normalmente naturalizados pela sociedade, para que as oportunidades sejam estendidas aos sem-voz e sem-poder a fim de construir processos anti-hegemônicos de avanço social. É por este motivo que trabalhadores culturais como Paul Willis e Paulo Freire alinham-se junto aos oprimidos e porque arquitetos deveriam seguir seu exemplo. [...]

Promover interesses diversos (jogar a realidade contra a corrente) significa construir outros modos de conhecer que possam potencialmente romper com os métodos cognitivos pelos quais os donos do poder veem

---

12 Professor e pesquisador da Universidade Miami de Ohio e coordenador de projetos de extensão universitária em arquitetura e defesa de populações sujeitas a processos de gentrificação.

13 Arquiteto e educador, trabalhou em projetos de renovação urbanística que envolveram a população local da região em que atuava. Docente na Universidade de Auckland (Nova Zelândia).

14 Autor de um estudo e exposição em Nova Iorque nos anos 1980 sobre a arquitetura dita “social”: *The Scope of Social in Architecture*.

a si mesmos. É neste sentido que os projetos [...] *[como os de Lucien] Kroll [...]* oferecem lições a respeito de construtos transformadores dos significados sociais, motivados pelo desejo de encorajar a ação pela organização dos processos de projeto de um modo etnográfico não diverso dos “círculos de cultura” de Freire [...].

Dutton produz uma teoria e uma análise historiográfica nitidamente instrumental, na medida em que seleciona os autores para ele importantes na construção de seu discurso histórico, mas apresenta o inegável mérito de romper com a historiografia tradicional e com os mitos arquitetônicos tradicionalmente presentes nela. Interessa-nos nele, no entanto, não só seu interesse pela obra freireana, mas a forma como ele se apropria dela para construir este discurso — e a forma como o contexto arquitetônico dos anos 70 se revela para ele importante neste momento mais atual do debate arquitetônico. Dutton analisa a obra de um conjunto de arquitetos considerados “alternativos” às práticas hegemônicas (entre eles encontram-se até mesmo os irmãos Krier) e vê neles efetivas possibilidades de produção de um espaço e de práticas transformadoras. Lucien Kroll aparece, por exemplo, em posição privilegiada na construção de seu argumento.

Anthony Ward, por outro lado, é um arquiteto radicado educador que atuou nos anos 1970 e militou nos meios profissionais em prol da “metodologia de projeto” — baseada em critérios supostamente científicos — ante as culturas arquitetônicas consideradas por ele não-científicas ou subjetivas do processo criativo. Em artigo publicado em livro organizado por Dutton, constrói uma narrativa bastante pessoal — igualmente operativa — do percurso da arquitetura “social” ao longo do século xx e do papel relevante da participação. É de nosso interesse a oposição que Ward faz de uma arquitetura “baseada na ciência” e de outra “baseada na arte”. Embora faça uma auto-crítica, denunciando o caráter despolitizado dos estudos que desenvolvera nas décadas anteriores, insiste em tal oposição: a “arte” na arquitetura seria mistificadora, a “ciência” responderia às necessidades sociais. Mesmo denunciando o caráter pretensamente objetivo das disciplinas de metodologia de projeto (apontando contradições nos textos de Alexander, que em outros círculos da arquitetura participativa seria quase inquestionável) e da avaliação pós-ocupação (da qual Henry Sanoff é um dos representantes pioneiros e até hoje mais relevantes), parece ignorar as implicações estéticas do debate ideológico da arquitetura.

Este pequeno conjunto de referências, porém, que sinalizam um diálogo en-

tre uma arquitetura menos autoritária (e mais pedagógica) e a obra de Paulo Freire é, contudo, limitado frente à enorme quantidade de experiências e processos participativos de que falaremos no próximo capítulo. Trata-se de uma relação que, ainda que já estabelecida por um pequeno grupo de autores, é ainda incipiente e portanto sujeita a armadilhas (sobretudo quando estabelecemos uma ligação quase natural entre a dialogicidade freireana e a ideia própria de participação — o que gera claros problemas, como vimos na introdução deste capítulo). Desta forma, parece-nos que o encaminhamento que demos ao nosso trabalho seja revelante e oportuno. Para tanto, estabeleceremos a seguir uma rápida revisão da trajetória do autor e da sua obra.

### **breve trajetória de paulo freire**

Cabe uma breve apresentação da trajetória do autor. Paulo Freire (1921–1997) ocupa papel de destaque na história da educação no século XX, mas sua importância transcende este campo disciplinar específico e alcança uma série de outras áreas da prática e da teoria, sendo nome importante nas discussões a respeito da definição de uma práxis transformadora e de uma ação política crítica e popular. Formado advogado, decidiu-se cedo por abandonar a profissão: segundo relato próprio (2008:17), o golpe fulminante que o levou à decisão foi ter de conduzir uma ação de despejo. Passou a atuar como professor de Língua Portuguesa, entre outras disciplinas, em uma unidade do Senai em Recife: nos anos que aí conviveu entrou em contato com os filhos (e, portanto, também os pais) da classe proletária daquela cidade e das suas práticas e cotidiano, sendo obrigado a refletir sobre o problema do contato entre culturas distantes (erudita e popular) e das contradições ligadas a práticas por ele consideradas atrasadas. Posteriormente atuou na universidade: seu livro *Educação e atualidade brasileira* é baseado em sua arguição para aceder ao posto de professor, tendo sido publicado em 1959 — a qual, aliás, foi reprovada de início. Nesta obra já se verifica uma necessidade de repensar as leituras tradicionais a respeito do papel da educação no desenvolvimento nacional utilizando-se de um vocabulário que contém palavras como “dialogação”, além de expressar já uma síntese crítica das ideias dos intelectuais ligados à Escola Nova (Fonseca, 2004).

Atua na burocracia estatal e a transforma, implantando durante o governo de João Goulart um amplo e ambicioso plano de erradicação do analfabetismo baseado em processos pedagógicos de educação de jovens e adultos que depois passou a ser chamado “Método Paulo Freire” (rótulo que sempre desa-

gradou o próprio Freire, dado que passou-se a vestir os processos e reflexões fruto de sua proposta de uma roupagem de receituário, transformando-o em algo formular e supostamente aplicável acriticamente a qualquer contexto). Neste momento o analfabetismo atingia quase metade da população brasileira e sua superação constituía problema estrutural de desenvolvimento: a questão poderia ser tratada meramente como um tópico a ser alcançado de forma tecnocrática em um plano de metas, mas Freire procurou adotar um processo pedagógico sensível à problemática própria de cada localidade e de cada sujeito — o que ofereceria anos mais tarde subsídios à formulação dos conceitos e das ideias sintetizadas na *Pedagogia do oprimido* (publicado no exílio em 1968). Note-se que durante o período autoritário que se seguiu, os governos militares produziram uma política de alfabetização de adultos que em tudo contrariava a concepção freireana de dialogicidade e respeito pela cultura local: as cartilhas do regime militar eram padronizadas, produzidas de cima para baixo e impostas a qualquer localidade independentemente de suas características peculiares.

Exilado durante o período autoritário, Freire trabalhou no governo democrata-cristão de Eduardo Frei Montalva no Chile pré-Allende/Pinochet, caracterizado pela tentativa de implantação de medidas progressistas, apesar de não se tratar de um governo de esquerda. Aí concluiu a redação e a publicação da *Pedagogia do oprimido*, provavelmente sua obra mais importante e difundida. No Chile também participa de trabalhos de extensão rural: da constatação de uma atitude antidialógica por parte dos técnicos agrônomos em relação aos camponeses que participavam do processo de reforma agrária, elabora um importante ensaio (*Extensão ou comunicação?*, publicado em 1971) em que enfatiza as questões esboçadas na *Pedagogia do oprimido* relativamente ao diálogo entre culturas e saberes diversos — e sobretudo neste ensaio desenvolve algo que, já embrionado no texto anterior, constitui contribuição de tal forma original e incisiva à teoria do conhecimento que nos interessa particularmente, na medida em que, como ressaltaremos adiante, condiciona a produção do conhecimento à sua comunicação e posiciona a gênese de tal conhecimento no processo de diálogo.

Enfrentando outro golpe militar, é obrigado a deixar o Chile. Instala-se em Genebra e passa a trabalhar para o Conselho Mundial de Igrejas, além de participar de projetos de educação popular em diversos locais do mundo, articulando-se a movimentos políticos e sociais vários. Já é razoavelmente reconhecido como autoridade no campo da educação popular e naquilo

que já começa a ser chamado de “pedagogia crítica”. Retorna ao Brasil em 1979 e atua como professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), assim como na Universidade de Campinas (Unicamp), e em 1989 é nomeado Secretário de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo (compõe um governo marcado por secretariado de alta qualidade técnica e política durante a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, a convite de Luiza Erundina). Ao longo da década de 1990 publica *Pedagogia da esperança* e *Pedagogia da autonomia*, os outros dois textos que temos usado como referência para este trabalho. O primeiro se caracteriza como uma espécie de autobiografia, centrado na reflexão sobre elementos da *Pedagogia do oprimido* que sofreram críticas relevantes ao longo dos anos, constituindo-se de um autoproclamado reencontro com a obra anterior. Já o segundo representa um esforço de síntese de sua obra construído quase como uma espécie de esforço militante, direcionado aos profissionais docentes e com a intenção de problematizar uma pedagogia humilde, pois respeitadora dos educandos, e transformadora, pois centrada na conscientização dos sujeitos.

A escrita de Freire é peculiar, pouco acadêmica, bem ritmada. Rigorosa, apesar de leve, um tanto quanto oralizada, repleta de neologismos criados pelo autor para facilitar o fluxo de seu raciocínio. O autor apresenta intensa influência do cristianismo, do socialismo cristão e da teologia da libertação — chega a ser mesmo um marxista heterodoxo, na medida em que procura deixar claro que não entende a luta de classes como motor único da história (2008:89–91). Fala a todo momento da necessidade não só de um mundo mais justo, mas especialmente de um mundo mais humano, “onde seja menos difícil amar” (2005:213).

Trata-se de uma redação com dupla função. A primeira é similar a de qualquer trabalho acadêmico, contribuindo à produção do conhecimento na disciplina em que se insere. A segunda envolve o espírito militante de Freire: procura dialogar com o leitor a fim de atuar na conscientização dele frente a problemática que descreve. Mais do que um esforço de convencimento, trata-se de um esforço político: recusa a domesticação, sugere ao contrário um diálogo franco e crítico. Este diálogo franco materializa-se no texto por meio até mesmo de construções fráscas que em outros contextos pareceriam demasiadamente piegas, deslocadas, forçadas. No texto de Freire, porém, constituem-se de genuína expressão de um intelecto politicamente ativo mas não adepto da frieza que costuma caracterizar os textos cien-

tíficos: Freire incorpora a subjetividade e a sensibilidade como elementos fundamentais na construção do conhecimento. A emoção eventual que surge da leitura de suas palavras é ela própria estruturante do texto e serve à construção de pausas e momentos de reflexão em meio ao turbilhão de ideias que apresenta.

Freire revela-se algo socrático em seu texto: desenvolve perguntas sucessivas a fim de se aproximar da forma mais polida do problema que enfrenta. O processo ajuda a estabelecer o diálogo. Não se limita a esta operação: toma do materialismo dialético a necessidade de partir do mais concreto, do mais objetivo, do material em seu estado mais superficial para só então desenvolver abstrações que auxiliem seu pensamento. Uma vez concluídas, retorna à realidade objetiva com o fim de transformá-la. A forma de construir seus textos reflete-se nos processos de educação popular que sugere neles ao leitor. Além disso, incorpora um elemento que costuma estar alienado dos textos acadêmicos e científicos tradicionais mas que demonstra ser gnosiologicamente fundamental: a subjetividade. Trabalha-a de tal forma que chega mesmo a contrariar certos pressupostos do marxismo que veem na sensibilidade dos sujeitos um elemento meramente superestrutural, nunca relacionado com as bases materiais que possam promover a transformação da realidade objetiva. Paulo Freire não pretende construir um sujeito histórico a partir de um indivíduo supostamente alienado de sua realidade imediata, mas colaborar em sua conscientização (expressão que cunhou para designar a tomada de consciência das tramas visíveis e invisíveis presentes no mundo ao redor dos sujeitos, que só é possível em uma operação de afastamento e posterior admiração) a partir do diálogo.

De toda a obra de Freire selecionamos alguns textos específicos para trabalhar ao longo deste texto: tratam-se justamente daqueles citados nos parágrafos anteriores. São eles: *Educação e atualidade brasileira*, *Pedagogia do oprimido*, *Extensão ou comunicação?*, *Pedagogia da esperança* e *Pedagogia da autonomia*. As demais obras do autor (que publicou cerca de três dezenas de livros sozinho e em conjunto com outros intelectuais) são eventualmente consultadas em situações pontuais. Destas obras, a primeira (*Educação e atualidade brasileira*, de 1959) e a quarta (*Pedagogia da esperança*, de 1993) possuem caráter contextual: ajudam-nos a situar o autor na história e a colher elementos para melhor identificar sua visão de mundo, sua relação com demais agentes políticos e sociais (aquela por estar intimamente ligada ao contexto desenvolvimentista do período em que foi produzida, esta pelo

caráter autobiográfico). As demais três, ao contrário, são tomadas menos pela sua historicidade e mais pelo papel referencial que elas possuem na construção de nosso quadro conceitual para conduzir o trabalho e para enfrentar nosso objeto de estudo.

Em *Pedagogia do oprimido* Freire parte de uma situação concreta para então construir o que chama de “tese da ação dialógica”: ele parte daquilo que apelida de “concepção bancária” da educação. Declara o autor (2005:67):

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão — a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra no outro.

O educador que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca.

Freire apresenta as estruturas institucionais de educação como ferramentas de dominação de classe e reprodução, instrumentos de manutenção de uma cultura de opressores e oprimidos. Sua pedagogia é dita “do oprimido” pois é *dele*, não é feita *para* ele mas *com* ele. O processo de conscientização que Freire propõe, de tomada de consciência do mundo por meio de sua admiração, demanda a superação do opressor que se encontra introjetado no oprimido: a libertação do oprimido se dá pela negação do opressor que se encontra na consciência daquele oprimido, em um processo dialético. Ainda segundo o autor (id.: 59–61):

[...] Pretender a libertação deles [*os oprimidos*] sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra.

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica de ser mais. [...]

Não se pode realizar com os homens pela “metade”. E quando o tentamos, realizamos a sua deformação. Mas, deformados já estando, enquanto oprimidos, não pode a ação de sua libertação usar o mesmo procedimento para sua deformação.

À concepção “bancária” Freire propõe uma pedagogia dialógica, proble-



matizadora da realidade em que vivem os sujeitos com quem se trabalha. Esta concepção “bancária” criticada pelo autor leva não ao “ser mais” dos educandos que “estão sendo”, mas à sua objetificação, como se não fossem sujeitos pertencentes à história.

Em *Pedagogia do oprimido* sintetizam-se operações de ação cultural que foram experimentadas pelo próprio autor em suas experiências de alfabetização de adultos. Freire sugere o uso de temas geradores como forma de fomentar o processo pedagógico (necessariamente baseado no diálogo). À medida em que o educando aprende a escrever a palavra, ele aprende também a escrever o seu mundo, em um processo coletivo de tomada de consciência da realidade objetiva. As “palavras geradoras” surgem do entorno, das práticas e do cotidiano do ambiente em que o educando vive e nascem de um convívio (igualmente dialógico) do educador com o lugar. Identificadas as palavras enquanto totalidades isoladas parte-se à sua decodificação, desconstruindo-as em seus elementos. Do contato do educando com a estrutura que dá base à língua, surge a necessidade de escrever novas palavras. A escrita da palavra, para Freire, representa a escrita do mundo. Não se trata, porém, de um trabalho de indução nos educandos da tomada de consciência da estrutura das palavras: ninguém educa ninguém e ninguém educa-se sozinho, as pessoas educam-se mutuamente. É, portanto, uma postura epistemológica ousada e inovadora: a palavra não é isolada e depende do lugar onde ela é dita e como é dita, seu significado e sua própria estrutura mudam de círculo de cultura para círculo de cultura. O processo todo recusa a domesticação e a submissão tanto à ideologia dominante quanto a qualquer postura sectária de cooptação: a palavra emancipa pois sua decodificação e reconstrução é subjetiva, ainda que coletiva.

Parte-se, portanto, sempre de um dado concreto e objetivo, de um tema com o qual se possui alguma tal familiaridade que ele parece não suscetível de promover novas descobertas. O processo dialógico do “círculo de leitura”, em que educadores-educandos e educandos-educadores provocam-se uns aos outros, permite a potencialização da superação da cegueira frente à realidade que nos é cotidiana. Afastamo-nos dela e, tendo a possibilidade de admirá-la criticamente, vislumbrá-la de longe, em uma escala nova para nós, enxergamos relações e significados que antes nos eram invisíveis. Ao nos reaproximarmos, conseguimos reescrever a realidade. Para Paulo Freire, esta condição do sujeito de assumir seu papel histórico significa ser mais.

É esta operação de distanciamento e reaproximação da realidade mais *tan-*  
*da participação à dialogicidade*

gível que permite a libertação do opressor que há no oprimido: trata-se de uma tomada de consciência que não é simplesmente o velho dogma esquerdista de assumir uma “consciência de classe” por meio da imposição sectária de lemas, mas configura-se de fato como a percepção das estruturas que movem o mundo, da busca da raiz dos acontecimentos — de ser radical, portanto.

Segundo Freire (id.:127–128):

Como a descodificação é, no fundo, um ato cognoscente, realizado pelos sujeitos descodificadores, e como este ato recai sobre a representação de uma situação concreta, abarca igualmente o ato anterior com o qual os mesmos indivíduos haviam apreendido a mesma realidade, agora representada na codificação.

Promovendo a percepção da percepção anterior e o conhecimento do conhecimento anterior, a descodificação, desta forma, promove o surgimento de nova percepção e o desenvolvimento de novo conhecimento.

A nova percepção e o novo conhecimento, cuja formação já começa nesta etapa de investigação, se prolongam, sistematicamente, na implantação do plano educativo, transformando o “inédito viável” na “ação editanda”, com a superação da “consciência real” pela “consciência máxima possível”.

Freire parece conseguir superar a dicotomia reformismo-revolução: sua proposta é revolucionária pois não trata os sujeitos como objetos. Não é reformista: tratar das questões da realidade objetiva parece ser redutor, à primeira vista. Mas é justamente a partir da realidade objetiva que se vislumbram as possibilidades de superar as engrenagens que a mantém.

Em *Extensão ou comunicação?*, obra produzida no Chile pouco depois da publicação da *Pedagogia do oprimido*, Freire comenta trabalhos de extensão rural à luz das reflexões sintetizadas neste último. Interessa-nos sobretudo pela semelhança com o universo da arquitetura: técnicos trabalhando diretamente com uma população cuja base de conhecimentos opera em esfera distinta. Freire identifica três esferas: o conhecimento no nível da doxa (“achismo” superficial baseado na repetição acrítica de sofismas), o conhecimento em um nível mágico e o conhecimento moderno científico. Freire está preocupado com a construção de um conhecimento comprometido com a busca da verdade: é um autor rigorosamente moderno, apesar de gostar de se autodenominar pós-moderno. Em nenhum momento defende

a manutenção de práticas no nível da mágica. Atenta, no entanto, para o risco do choque entre diferentes saberes (o erudito e o popular, o científico e o mágico) resultar em um processo de invasão cultural: o conhecimento em um nível mágico não possui estrutura fundamentalmente distinta do científico, pois não é ilógico nem pré-lógico, visto que responde a regras e relações de causa e efeito que lhes são internas e geram fortes significâncias nas pessoas que o operam.

Segundo o autor (2002:31):

Sobrepor a ele [*ao pensamento mágico*] outra forma de pensar, que implica noutra linguagem, noutra estrutura e noutra forma de atuar lhe desperta uma reação natural. Uma reação de defesa ante o “invasor” que ameaça romper seu equilíbrio interno.

Ainda quando — e isto sempre ocorre — uma comunidade de pensar preponderadamente mágico é vencida pelos elementos culturais que a invadem, revela sua resistência à transformação que operam estes elementos. A defesa natural de sua forma típica de estar sendo se concretiza em expressões sincréticas.

Em princípio, o simples fato de que a imposição “bancária” de técnicas e processos modernos de produção agrícola (ou de qualquer outra prática que envolva a relação humano-meio) por si só seja inefetiva, visto que gera uma “reação natural” por parte da forma de pensamento mágica, que atribui novos valores e significados às expressões supostamente científicas, já inviabilizaria o esforço extensionista. Freire atenta para o equívoco gnosiológico do termo “expressão” e sugere um outro termo e uma outra prática fundadas em princípios dialógicos: o da comunicação (entre sujeitos, entre saberes). A extensão rural seria, segundo Freire, necessariamente uma forma de invasão cultural, visto que ignora a trama de saberes dos sujeitos, tratando-os como meros objetos, máquinas de produção agrícola que poderiam ser apenas calibradas ao invés de camponeses.

A invasão cultural se caracterizaria da seguinte forma (id.:41–42):

Toda invasão cultural sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores.

O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação.

*da participação à dialogicidade*

[...]

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são “pensados” por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição.

O livro tem o mérito de esclarecer que a abordagem dialógica de comunicação (e, portanto, de produção) do conhecimento entre sujeitos diferentes (e não a tentativa de “persuasão” ou “propaganda” de um conhecimento considerado superior e portanto “ininteligível” pelos indivíduos “inferiores”) não necessariamente depende da reconstrução histórica de todo o processo que levou à constatação de um determinado fato ou dado pelo ser humano. Em outras palavras: não é necessário repassar toda a história da agronomia ou todos os processos físicos e químicos que a agronomia envolve para que um sujeito entenda como desenvolver uma determinada técnica de forma não alienada. O fundamental, segundo Freire, é a problematização da realidade objetiva, dos problemas concretos de um determinado lugar, para que daí seja possível efetuar uma operação de afastamento e contextualização que inclua os conhecimentos avançados sobre o assunto. Portanto (2002:52):

O que se pretende com o diálogo não é que o educando reconstitua todos os passos dados até hoje na elaboração do saber científico e técnico. Não é que o educando faça adivinhações ou que se entretenha num jogo puramente intelectualista de palavras vazias.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e teórico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la.

A forma como conclui o livro é emblemática de seu pensamento — de que todo revolucionário seja um radical, nunca um sectário, pois busca a raiz dos problemas da realidade junto aos demais sujeitos, não a imposição da suposta “verdade revolucionária” aos demais (id.:93):

Se não for capaz de crer nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente um tecnocrata; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais.

A *Pedagogia da autonomia*, último livro publicado em vida, um ano antes de sua morte, constitui-se de um trabalho especialmente dedicado aos profissionais docentes. Possui linguagem mais direta quando comparado com os demais livros, a começar pela organização de todo o volume em tópicos numerados, cada um correspondente a um saber necessário ao professor. Na obra Freire ressalta mais uma vez a necessidade de respeito por parte do educador aos saberes e à autonomia do sujeito educando, atentando para o fato de o “saber da experiência feita”, um conhecimento não erudito mas essencial para a construção do diálogo e de novos conhecimentos, dever ser incorporado ao contexto pedagógico. Freire escreveu o livro em formato quase de manifesto (embora não seja, de forma alguma, um panfleto propagandístico): fez questão de publicá-lo de modo a que seu preço final fosse o menor possível. Neste sentido, apresenta menos reflexões conceituais e teóricas que a *Pedagogia do oprimido*, constituindo-se mesmo em um esforço de síntese. Isto não o faz, contudo, uma obra menor, visto que dele extraem-se questões relevantes.

Freire destaca o duplo papel da escola enquanto instituição presente na sociedade capitalista: é ao mesmo tempo instrumento de reprodução e de transgressão. Exige, portanto, dos educadores a consciência de tal fato e um comprometimento com uma educação que não seja neutra.

Trata-se de uma obra em que Freire alerta para uma ética de ensino em que fins e meios se confundem: os fins são os meios para atingi-los, pois uma sociedade democrática, justa, amorosa depende de processos de transformação e conscientização que sejam eles próprios democráticos, justos e amorosos. Conclui Freire (2010:145-146):

[...] Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse o rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual.

Estou convencido, porém, de que a rigorosidade, a séria disciplina intelectual, o exercício da curiosidade epistemológica não me fazem necessariamente um ser mal-amado, arrogante, cheio de mim mesmo. Ou, em outras palavras, não é a minha arrogância intelectual a que fala de minha rigorosidade científica. Nem a arrogância é sinal de competência nem a competência é causa de arrogância. Não nego a competência, por

outro lado, de certos arrogantes, mas lamento neles a ausência de simplicidade que, não diminuindo em nada seu saber, os faria gente melhor. Gente mais gente.

## **dialogicidade, produção do conhecimento, arquitetura**

Ressaltamos a seguir alguns aspectos da obra freireana que nos parecem relevantes à reflexão que conduzimos. São duplamente relevantes: se de um lado constituem um ferramental metodológico apto a conduzir a reflexão que produzimos a seguir, por outro também são relevantes a nós enquanto arquitetos, relevantes para desafiar algumas das práticas que são consideradas usualmente inquestionáveis na profissão.

Central na matriz de pensamento freireana está a concepção de dialogicidade. Segundo o autor (2002:43, grifos nossos):

[...] ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para o outro” por homens que são falsos “seres para si”. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica.

**O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.**

Mais do que mero acontecimento em um processo em que educandos-educadores e educadores-educandos ensinam-se mutuamente uns aos outros, para Freire o diálogo está na própria essência da produção de conhecimento, não pelo seu papel multiplicador de ideias, mas pela própria comunicação do ato cognoscente em relação ao objeto cognoscível. É como se o objeto cognoscível, segundo a interpretação freireana, simplesmente não existisse fora do diálogo. Ele avança sobre o assunto (id.:66):

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário.

Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunica-

ção. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação.

Esta radical concepção de conhecimento como algo inerente ao desenvolvimento do diálogo apresenta possíveis implicações no campo do conhecimento arquitetônico: o que significa o “pensamos” na produção da arquitetura (portanto, na produção de um conhecimento peculiar, de um conhecimento arquitetônico, naturalmente afeito à coletividade), em que sentido se dá o diálogo na produção deste conhecimento arquitetônico? Não cabe, neste momento, avançar sobre as particularidades do conhecimento arquitetônico (teríamos de adentrar o universo da relação entre ideia e materialização, projeto e construção, das contradições entre a esfera da tectônica, das relações de trabalho, e a esfera da especulação projetual, da presença da ideologia mascarando as decisões construtivas<sup>15</sup>), mas o pensamento freireano certamente indica uma série de provocações à condição estabelecida da profissão e do próprio campo de conhecimento dos arquitetos na academia. Em última instância, questiona não só as bases da prática da arquitetura em sua vertente tradicional, mediatizada pelo capital segundo a ideologia do autor demiúrgico, como as bases do próprio campo de conhecimento da arquitetura, denunciando nele mesmo seu caráter ideológico.

Talvez a base conceitual mais profunda desta denúncia esteja no ato aparentemente simples de *saber escutar*. Paulo Freire, sobretudo na *Pedagogia da autonomia*, atenta para a necessidade do educador construir esta singela mas poderosa ferramenta: saber escutar. Não se trata apenas de estar aberto à fala do outro, mas de humildemente incorporar seus argumentos, responder a ele, não ignorar seus anseios e seu passado. Mais: à recusa ao respeito à fala alheia relaciona-se a imobilidade e a tendência ao conformismo, pois ignora-se em última instância a possibilidade de alterar a história e a realidade (tarefa necessariamente coletiva), significa tomar a história como dado e não como possibilidade. Alerta ainda para a necessidade do silêncio ativo quando da escuta: uma disciplina imprescindível à produção do conhecimento (arquitetônico?) é silenciar-se atentamente quando da contribuição alheia para então incorporá-la criticamente. Silêncio que não é sinônimo de passividade, mas de estabelecimento de um processo em que após cada fala parte-se à provocação da resposta. A provocação da curiosidade crítica considera que são os educandos os sujeitos de sua prática cognitiva: *ninguém é*

*sujeito da autonomia de ninguém.*

Na *Pedagogia do oprimido* a disciplina do silêncio respeitoso e crítico ao outro é expresso no excerto abaixo, quando da apresentação do diálogo como ferramenta cognitivo-pedagógica essencial (2005:93, grifos nossos).

O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus pólos (ou um deles) perdem a humildade.

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?

Como posso dialogar, **se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante de outros, meros “isto”, em quem não reconheço outros eu?**

Como posso dialogar, **se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”?**

Como posso dialogar, se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar?

Como posso dialogar, **se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela?**

Finalmente, cabe destacar as observações de Freire sobre o que seja um “humanismo” verdadeiro, implicado de dialogicidade e naturalmente distante da retórica humanista que tradicionalmente circula em meios arquitetônicos. (2002:73–74, grifos nossos)

[...] parecem-nos indispensáveis algumas considerações [...], a propósito do aspecto humanista em que deve estar inspirado o trabalho de comunicação entre técnicos, num processo de reforma agrária, e camponeses.

Aspecto humanista de caráter concreto, rigorosamente científico, e não abstrato.

**Humanismo que não se nutra de visões de um homem ideal, fora do mundo; de um perfil de homem fabricado pela imaginação, por melhor intencionado que seja quem o imagine.**

Humanismo que não leve à procura de concretização de um modelo intemporal, uma espécie de ideia ou mito, ao qual o homem concreto se aliene.



[...]

É um humanismo que, pretendendo verdadeiramente a humanização dos homens, rejeita toda forma de manipulação, na medida em que esta contradiz sua libertação.

[...]

**Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isto, esperançosamente crítico.** E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais.



# 3

## “todo poder ao usuário” panorama dos anos 1970

A arquitetura produzida nos países centrais na década de 1970, apesar de altamente heterogênea e repleta de correntes e movimentações de caráter diversificado, costuma ser associada a uma certa tensão enfrentada pelos seus sujeitos ante uma sensação de possível crise dos postulados modernos e dos cânones que foram se firmando nas cinco décadas anteriores. A reação à modernidade se dava em diferentes frentes: desde a incorporação do discurso *pop* e de uma reviravolta sobre a forma como a cidade capitalista contemporânea era lida nos EUA conduzida por Scot Brown e Venturi à busca de um conhecimento arquitetônico específico na discussão tipológica na Itália de Rossi, passando pelos muitos regionalismos, pelas propostas de inovação tecnológica do que foi apelidado de “high-tech” (desde a tecnoutopia herdada de metabolistas e megaestruturalistas de anos anteriores como Cedric Price à produção de arquitetos como os do *Team 4*), e, por outro lado pelas propostas neovanguardistas dos *New York Five*, que procuraram retirar da arquitetura moderna todo resquício de influências externas ao universo da linguagem. A comumente recordada demolição do complexo residencial Pruitt-Igoe entre 1972 e 1976 foi tomada pelos críticos como paradigmática

de um novo momento na história da arquitetura e na década seguinte ela seria considerada representativa, segundo o sempre citado Charles Jencks, daquilo que ele proclamaria “a morte da arquitetura moderna”.

Esta tradicional leitura da “morte da arquitetura moderna” tomada para embasar a análise do período, apesar de esquemática, costuma funcionar, pelo menos no plano mais superficial: toda esta tensão frente a modernidade costuma ser apontada como indicativa de transformações mais profundas que viriam nos anos seguintes, por meio de propostas como as da desconstrução, dos vários historicismos, entre outras. Esta chave de leitura, no entanto, é frágil e limitada quando procuramos entender de fato o que ocorria nos anos 1970: aproximando-se mesmo dos conflitos do período, notam-se contradições e surge mesmo uma necessidade de qualificar este mal-estar dos arquitetos ante a modernidade legada.

Não custa lembrar a leitura produzida por Otilia Arantes: o colapso da arquitetura moderna não se deu pela bem-intencionada ação de arquitetos que teriam buscado denunciar o que ela tinha de autoritária e inumana, nem por um certo “desvio de rumo” que associaria a decadência moderna à transformação de uma “causa” nobre e transformadora em um “estilo” banalizado. Ao contrário, tal colapso se dá pelo esgotamento da função histórica mesma da arquitetura moderna e de sua plena relação com um capitalismo que se desvencilhava de suas bases fordistas e tayloristas. O processo de flexibilização da acumulação e as alterações estruturais na circulação do capital globalizado associadas à cada vez mais intensa financeirização da economia são tomados como elementos fundamentais no entendimento de tal colapso: o papel ideológico da arquitetura moderna estava esgotado e o capitalismo necessitaria agora de uma arquitetura com outro caráter — que nos anos 1980, 90 e sobretudo nos atuais se configura a partir do consumo cultural e na espetacularização dos lugares públicos. Para além desta leitura mais estrutural das transformações arquitetônicas, cabe no entanto atentarmos para os pormenores do processo e para todo um outro conjunto de forças que eram mobilizadas ao longo de sua trajetória.

## **panorama das experiências**

O tema da participação não surgiu no momento histórico estudado de forma espontânea, mas compõe um processo que vem de algumas décadas anterior-

res. Destaquem-se sobretudo as experiências de *advocacy planning* em algumas comunidades de países anglófonos. O termo foi cunhado por Paul Davidoff, que passou a defender processos de planejamento urbano comunitário baseados na participação dos moradores. Segundo Peter Hall (2006:394):

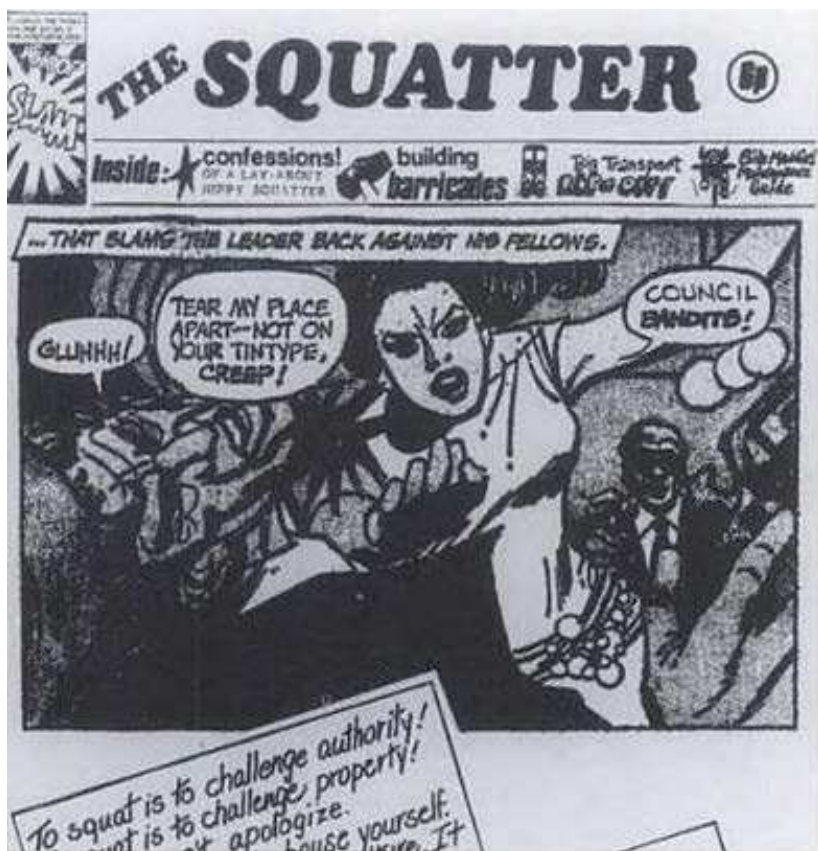
Os *advocacy planners* interviriam das mais variadas maneiras, nos mais diferentes grupos; diversidade deveria ser a tônica. Eles ajudariam a informar o público sobre as alternativas; forçariam as secretarias de planejamento a competirem pelo subsídio; ajudariam os críticos a elaborarem planos que fossem superiores aos oficiais; compeliriam à consideração dos valores subjacentes. Resultou daí uma estrutura essencialmente norte-americana: democrática, localmente alicerçada, pluralista mas também legalista, visto que fundamentada no conflito institucionalizado.

São no entanto os arquitetos associados ao grupo europeu que ficou conhecido como Team X que costumam ser apontados como pioneiros na definição de práticas de projeto em maior ou menor grau participativas, especialmente Giancarlo de Carlo, Ralph Erskine e Aldo van Eyck. Este suposto pioneirismo pode ser questionado, mas havia de fato no ar um espírito de contestação do funcionalismo rígido do modernismo paradigmático, ainda que tais práticas pudessem não ser em todos os casos efetivamente “participativas” ou meramente caracterizadas pela coleta de opiniões sobre o programa e a construção. Buscava-se uma certa humanização — ou reumanização — do ambiente de vida das pessoas.

A assepsia da arquitetura moderna heroica de algumas décadas anteriores já parecia a arquitetos do período não mais a materialização de uma nova sociedade ou o caminho para a construção do homem novo, mas a instituição de uma cultura espacial de algum modo autoritária, distante das pessoas e do seu cotidiano. Não se trata porém de um momento de oposição ferrenha ao ideário da modernidade arquitetônica, mas de uma tentativa de problematizá-la segundo os anseios de pessoas reais e não ideais e de um certo afastamento da atitude própria das vanguardas dos anos 1920. Os arquitetos deste período (que vai de meados dos anos 1950 a meados da década de 1960), por outro lado, também não se viam — nem procuravam construir uma imagem pública de si mesmos — como uma geração de ruptura com aqueles que ainda consideravam como seus mestres modernos: os discursos baseavam-se ao contrário em certo argumento de continuidade ou de ajuste de rumos.

Com efeito, tratamos de um grupo de arquitetos ainda confiantes no papel

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*



3.1. Material de divulgação *squatter*. (Hughes; Sadler. 2007).

transformador da arquitetura e na função histórica a ser desempenhada por uma modernidade cuja realização plena era por eles vista como de sua responsabilidade. As possíveis rupturas surgirão nas duas décadas seguintes, nas quais ainda não será possível esboçar um comportamento possivelmente apelidado “pós-moderno”, mas em que já se configura uma tensão bastante clara com os vários aspectos legados pela modernidade, assim como um claro questionamento de valores antes invioláveis, como o funcionalismo.

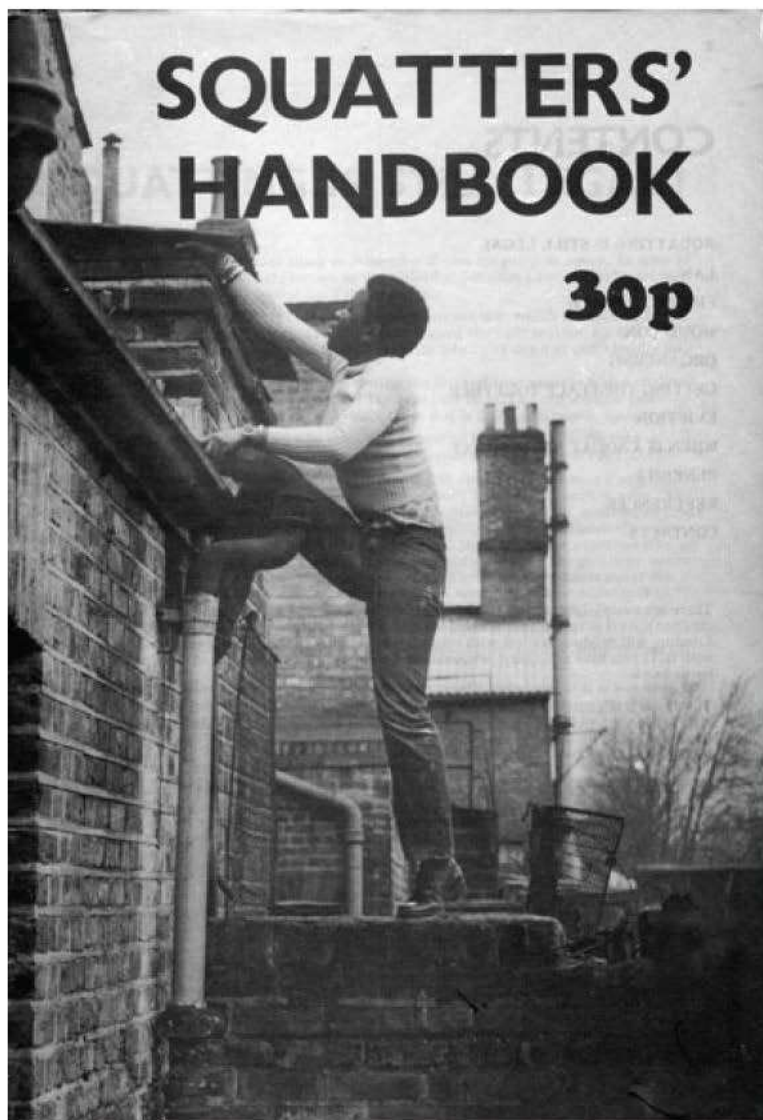
Nesta arquitetura dos anos 1950 e 60, na qual buscamos elementos para compreender aquela de que trata nosso objeto de estudo (a arquitetura participativa dos anos 1970), surgem alguns questionamentos relevantes. A partir do momento em que o coração das cidades surge como tema arquitetônico relevante no VII CIAM (ainda que, de algum modo, segundo um raciocínio funcionalista: o papel “simbólico” dos espaços das cidades constitui uma quinta função relativamente às quatro da Carta de Atenas), se está construindo um caminho que leva à busca de um certo aspecto humano e de uma certa tradição nos espaços arquitetônicos. Anos depois, quando o próprio raciocínio funcional da Carta de Atenas (divisão da cidade segundo funções claras e precisas, zoneamento monofuncional, etc) passa a ser questionado, configura-se de algum modo a linha evolutiva de um pensamento que nos atrevemos a chamar “culturalista”, em oposição ao caráter positivista do funcionalismo moderno. “Culturalismo”<sup>16</sup> que, entre outras características e expressões, buscaria diretamente na opinião das pessoas uma forma de legitimação da prática projetual.

Mal-estar: talvez seja esta a palavra que procuramos. Tratava-se de uma clara tentativa de reação — natural, diriam alguns, dadas as condições do momento; ideológica e mistificadora, diriam outros — a um certo mal-estar com as assertivas da arquitetura moderna, sobretudo aquelas relacionadas ao homem idealizado para a nova sociedade da máquina. Chegaria um momento em que nem novo homem nem máquina seriam os paradigmas que se buscavam.

O universo contracultural e o clima promovido ao redor de maio de 1968, porém, são elementos importantes de alteração deste quadro. Estabelecem-se algumas relações entre a arquitetura baseada em processos participativos e ações contraculturais — isto seria o embrião do projeto de Lucien Kroll na Universidade Católica de Louvain de que falaremos nas páginas a seguir. Na mesma medida, verificam-se projetos associados a grupos e ocupações anarquistas em que práticas participativas, assim como o pensamento “faça-você-mesmo” que mais tarde seria adotado pela cultura *punky*, constituem uma base de trabalho. Configurava-se um contexto de potencialização da atuação política do arquiteto, ainda que não de forma tão evidenciada quanto nos debates que ocorriam nos países periféricos (como no Brasil de Artigas e Ferro ou no México de Rafael Lopes Rangel ou ainda no Uruguai das

---

<sup>16</sup> O termo é arbitrário. Não temos a intenção de estabelecer com isto qualquer relação com o culturalismo como definido por Françoise Choay, mas inspiramo-nos no esquematismo dela.



3.2. Material de divulgação *squatter*. (Hughes; Sadler; 2007).

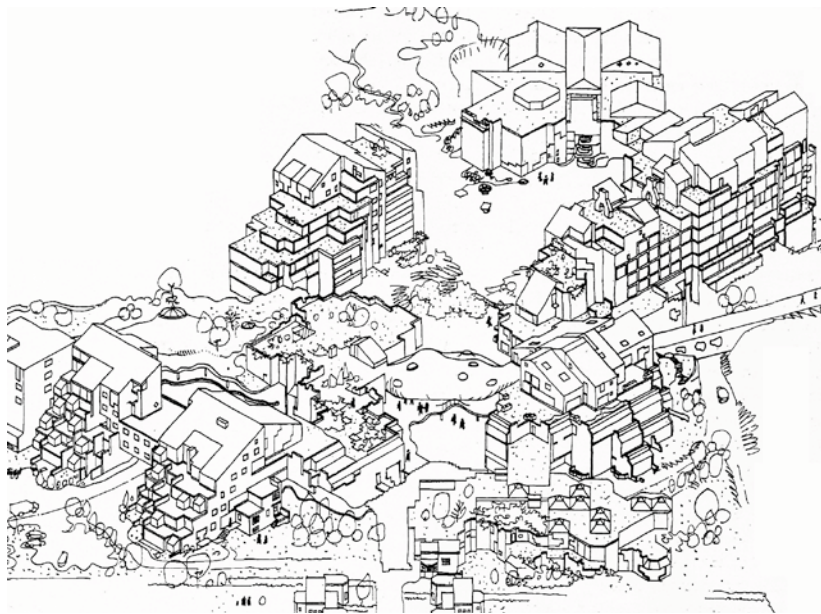


cooperativas habitacionais e dos arquitetos a elas ligadas).

Particularmente nota-se um contato entre jovens arquitetos e o movimento anarquista presente nas ocupações de edifícios ociosos do movimento *squatter* no Reino Unido (e, em menor grau, na Holanda). Diferentemente de países periféricos, onde os diversos movimentos sociais autodenominados “sem-teto” indicam de fato uma reação popular a graves problemas estruturais de déficit habitacional, as ocupações do movimento *squatter* inglês indicam ora situações residuais de dificuldade de provisão pública de habitação, ora situações mesmo de transgressão e de uma busca de posicionamento político anti-establishment. Mesmo marginal em meio às disputas políticas mais intensas naquele país, porém, o movimento foi importante e frequentou os noticiários do período. Mais do que marxista ou socialista, constituía-se de um movimento com raízes mais propriamente anarquistas: a autogestão dos espaços ocupados, não segundo uma lógica de luta pela habitação individual, mas segundo uma certa perspectiva comunitarista de vida, indicava possibilidades de uma definição coletiva dos projetos dos espaços. A frase “Tudo é arquitetura e somos todos arquitetos”, originalmente associada ao grupo Fluxus (e da qual emprestamos o título de nosso trabalho), descreve bem o período e o movimento, sendo encontrada em cartazes nos espaços por ele ocupados (Franks in Hughes; Sadler, 2007:41). O arquiteto anarquista inglês Colin Ward escreveu em 1976, por exemplo, o livro *Housing: an anarchist approach*. As propostas de uma “arquitetura anarquista”, se é possível assim chamá-la, como desenvolvida pelo movimento *squatter*, no entanto, limitaram-se a um curto período nos anos 1970 e por algum motivo não produziram maiores frutos, ainda que tenham gerado um cultura de organização e apropriação dos espaços — meio espontânea, meio gerida coletivamente — dotada de um denso significado cultural e político.

Já segundo uma lógica menos política, mas ainda ligada a um certo culturalismo e a uma certa busca por uma volta à cidade, por espaços menos assépticos e mais humanos, encontram-se as experiências do arquiteto belga Lucien Kroll e, em certo sentido, as propostas tecnicistas do holandês John Habraken, ligado ao estruturalismo daquele país, e à sua Fundação para Pesquisa em Arquitetura — SAR (assim como a de arquitetos por ele influenciados, como Frans van der Werf em seu projeto Molenvliet, um pequeno conjunto de residências próximas a Roterdã em que o desenho das plantas e das fachadas era flexível e diversificado segundo as necessidades e gostos de cada família, embora todas as edificações contassem com as mesmas “estruturas de suporte”).

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*



3.3. Lucien Kroll. Faculdade de Medicina da Universidade Católica de Louvain. (Penht, 1987).

Em 1969 uma greve estudantil na Universidade Católica de Louvain resultou em algumas conquistas aos estudantes. Tratava-se de um momento de expansão da universidade e uma faculdade de medicina ampliava-se nos arredores de Bruxelas, distante dos campi originais. Os estudantes foram atendidos em sua reivindicação de melhores alojamentos, mas a proposta original era a de repensar coletivamente todo o espaço do campus. A solução encontrada pela direção da faculdade para mediar os conflitos entre estudantes e instituição foi a contratação do arquiteto Lucien Kroll (neste momento já relativamente conhecido em seu país, ainda que jovem), nome que fora sugerido pelos próprios estudantes. A relação entre Kroll — que, independente da qualidade de sua prática, é um arquiteto que soube cultivar a própria imagem — e a Universidade duraria mais de uma década, tendo seu escritório recebido encomendas diversas de projetos para o campus. Segundo os textos que acompanham seus projetos, os estudantes não se sentiam identificados com a “fria” arquitetura moderna dos edifícios buro-

cráticos da Universidade e desejavam algo mais “humano”. Kroll, influenciado pelo trabalho de Habraken sobre estruturas de suporte e flexibilização espacial baseadas em processos avançados e abertos de pré-fabricação leve com intensa heterogeneidade de componentes (evitando assim a monotonia dos grandes painéis que caracterizavam a arquitetura pré-fabricada do pós-guerra), propôs um edifício que expressasse uma certa “arquitetura da diversidade”, aplicando os ainda incipientes conceitos de construção aberta (*open building*) sugeridos por Habraken.

A aplicação de tais conceitos se deu de fato pela participação dos estudantes na produção de seus próprios dormitórios, utilizando-se de painéis leves e móveis. Alguns anos mais tarde, ainda nos anos 1970, Kroll foi incumbido de desenvolver a ampliação de seu edifício original (conhecido como “Memé”) e procedeu à aplicação de uma lógica arquitetônica baseada na ideia de “plugar” elementos construtivos novos à estrutura original. O discurso do arquiteto procurava enfatizar a necessidade de que a estética resultante refletisse a história daquele edifício e os diferentes anseios e desejos das diferentes gerações de estudantes e dos diferentes sujeitos que nele habitaram. Consti-



3.4. Lucien Kroll. Alojamentos estudantis da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Louvain. Estudantes produzem os seus dormitórios. (Pehnt, 1987)

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*

tuía-se, portanto, de um momento da história em que a busca pela expressão da diversidade, em oposição à unidade a que se associava a modernidade, pudesse dar conta de conferir novo sentido à mesma velha modernidade.

Se as estas suas primeiras obras expressavam esse desejo de aliar alta tecnologia construtiva com uma cultura arquitetônica de influência do estrutura-



3.5 e 3.6 Lucien Kroll. Creche dos alojamentos estudantis da Faculdade de Medicina da Universidade Católica de Louvain. (Id., *ibid.*)



lismo holandês, com o tempo Kroll passou a produzir uma arquitetura cada vez mais impactante enquanto discurso de enfrentamento à tradição moderna, de um lado; e uma arquitetura que buscasse nas opiniões dos usuários, de outro, esta tentativa de ultrapassar o suposto autoritarismo moderno.

O que mais nos parece relevante neste processo talvez tenha sido o episódio do projeto da creche e do centro de ensino infantil localizados junto ao edifício de alojamento estudantil original da Faculdade de Medicina, construído ainda na primeira metade dos anos 1970. Contando não só com a participação de pais de futuros alunos e funcionários do espaço em seu projeto, Kroll procurou envolver as próprias crianças no processo de projeto, elaborando com elas oficinas com maquetes e pinturas. Nas fases finais da obra, as crianças chegaram mesmo a intervir fisicamente por meio de pintura de murais. Ainda durante a obra, Kroll solicitou aos operários, habilitados no trato da alvenaria, que “inventassem” espaços lúdicos por meio de aplicação inusual de tijolos em formas curvilíneas. O resultado são praças e jardins com algum clima de cultura construtiva vernacular que integram-se harmoniosamente à estética do conjunto, marcada por uma diversidade de elementos e materiais que, no entanto, não beira o pastiche. Segundo o próprio Kroll (Pehnt, 1987):

As crianças perguntaram: “Podemos decorar as paredes?”; “Claro, mas apenas após um acordo ser alcançado.” Então, um dia, junto de um amigo pintor, levamos algumas tintas e pincéis e proibimos os adultos de se envolverem. Estávamos lá apenas para fornecer os materiais e proteger o enclave, que estava “além da autoridade.” A cada equipe foi destinado um dia. Uma delas organizou-se bastante metodicamente: decidiram a respeito de um tema, da distribuição do espaço de trabalho, e produziram imagens mais ou menos já aprendidas. Os pequenos simplesmente corriam às paredes sem qualquer discussão inicial e se organizavam fisicamente, liderados pelo instinto.

Sentimos uma necessidade de testar esta “urbanização inconsciente” em famílias reais: fornecer-lhes os materiais, facilitar a unidade, cuidadosamente estudar o resultado e simplesmente trazê-lo à conclusão.

As obras posteriores foram ganhando ares cada vez menos “modernos”: convidado a participar de projetos de remodelação e ampliação em conjuntos habitacionais construídos no pós-guerra, espaços caracterizadamente modernos e funcionais, Kroll procurou introduzir (em uma atitude deliberadamente baseada em operações de pastiche que beiram o *kitsch*) elementos do imagi-

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*



3.7 e 3.8 Lucien Kroll. Projetos de intervenção em conjuntos residenciais modernistas construídos no pós-Guerra. (Id., *ibid.*)

3.9. [página oposta] Capa da revista *New Society*, março de 1969. (Hughes, Sadler, 2007)

nário vernacular (munido, no entanto, de algum raciocínio *pop*). O resultado é jocoso, aproximando-se mais e mais daquilo que vínhamos chamando de “culturalismo” em reação à suposta frieza da arquitetura moderna mais caricata.

Ainda segundo uma lógica menos política e mais culturalista, ligada ao mal-estar frente ao planejamento de bem-estar social desenvolvido na Inglaterra ao longo do pós-guerra, pode-se identificar a proposta de um conjunto de arquitetos que passou a ser chamada “non-plan” (assim como a dos “non-planners”). Trata-se de um episódio relevante da história da arquitetura britânica, dado que três dos quatro autores do artigo que concretizou tal proposta, publicado em edição de 1969 da revista *New Society* com o sugestivo título “Não-plano: um experimento de liberdade”<sup>17</sup>, foram mais tarde, cada um deles, protagonistas em seus respectivos campos de atuação.

Um dos autores era o jornalista Paul Barker, editor da revista. Os demais três eram Cedric Price (que viria a se tornar nome referencial no que passou a ser chamado “megaestruturalismo”), Reyner Banham (mais importante

<sup>17</sup> *Facsimile* do texto encontra-se em Sadler e Hugues, 2007: 13–21.



# NEW society

20 March 1969 No 336 1s 6d weekly

**Robert Holman**

**John Berger**

**David Marquand**

**Rayner Banham**

**Paul Barker**

**Peter Hall**

**Cedric Price**

**WRONG POVERTY PROGRAMME**

**MAGRITTE RECONSIDERED**

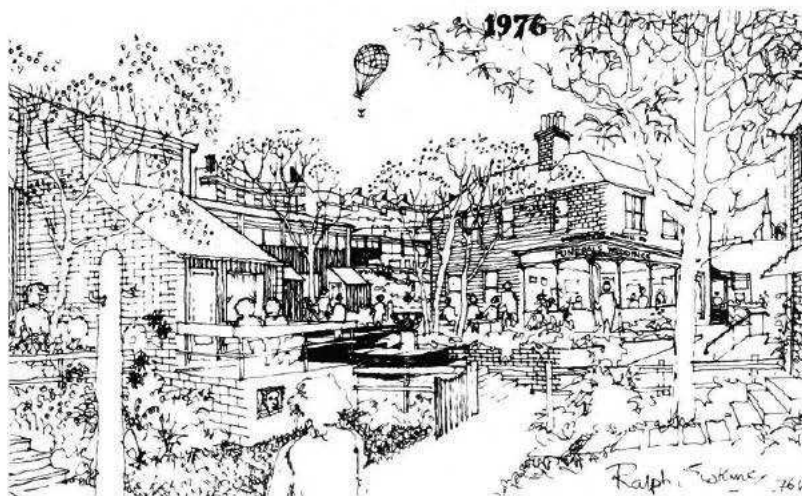
**EDUCATION BACKLASH**

**NON-PLAN:**

**AN EXPERIMENT IN FREEDOM**



*"todo poder ao usuário":  
panorama dos anos 1970*



3.10. e 3.11. Ralph Erskine. Byker Wall. Croquis do projeto (Barone, 2002) e fotografia recente (Andy Malengier, panoramio.com/photo/39137601)



teórico do brutalismo inglês e autor de *Megastructure: urban futures of the recent past*) e Peter Hall (urbanista e historiador do planejamento urbano). Considerando-se a trajetória de cada um destes arquitetos, parece até curioso que eles tenham articulado — juntos — uma proposta de autonomia de produção do espaço urbano que hoje é lida segundo uma chave de entendimento que a contextualiza segundo uma perspectiva de na prática legitimar o *laissez-faire* urbano. (Franks, op. cit.)

Paralelamente a isto ocorrem algumas outras experiências interessantes. Destacaremos aquelas ligadas a Ralph Erskine, Walter Segal e ao coletivo arc.

Ralph Erskine, que participara do Team x nas décadas anteriores, coordenava no Reino Unido, entre 1969 e 1975, o projeto do conjunto urbano que ficou conhecido como Byker Wall. Trata-se de uma experiência talvez ainda mais ousada que o Memé de Kroll, visto que sua escala é muito maior que o da Universidade Católica de Louvain — ainda que nem sempre apresentando o caráter lúdico que caracterizava a relação entre os usuários e a arquitetura de Kroll, nem as propostas de “ação direta” que Kroll tinha em relação à forma como cada ocupante deveria alterar seu próprio apartamento ou seu próprio espaço, segundo o raciocínio de “suportes” influenciado por Habraken. A população que já morava na região, a quem o conjunto residencial seria destinado, foi consultada em todas as etapas do projeto e foi importante na definição do programa de necessidades — só este fato já seria de algum modo inovador, frente à postura mais burocrática das agências de habitação pública britânicas que possuíam programas e orçamentos padronizados e verticais.

Segundo Ana Barone (2002:174–175):

Para se decidir por participar do projeto de reconstrução do bairro, Ralph Erskine dedicou um mês para estudos do funcionamento da comunidade, deslocando especialmente uma equipe para Byker para analisar as possibilidades colocadas ao projeto naquele contexto. Um dos interesses do arquiteto era propiciar um processo de concepção do projeto que possibilitasse a participação dos futuros moradores e usuários dos espaços. [...]

A população, representada por quarenta e sete famílias que tomaram parte nas discussões, além de fazer avaliações das decisões de projeto, também debatia problemas que a comunidade enfrentava, como vanda-

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*

lismo, violência, etc. Em meio a esse processo, Erskine decidiu instalar um escritório de arquitetura dentro de Byker, com a intenção de manter um contato estreito com os futuros usuários do espaço. [...] O escritório instalado dentro da comunidade não só possibilitou um estreito diálogo entre a população e os arquitetos, como também passou a servir de acesso mais direto com as autoridades locais.

Um outro ex-membro do Team x, o italiano Giancarlo de Carlo, também exerceu certa influência na definição da arquitetura participativa dos anos 1970. De Carlo publicou em 1972 um artigo sobre participação que circunlocou com certa força e ainda hoje é bastante lido (ele abre, por exemplo, a coletânea *Architecture & Participation*, 2009:3, reeditado com o título de “Architecture's Public”). Ainda segundo Barone (2002:161–163):

Em “A arquitetura da participação”, de Carlo justificou sua proposta participativa como resposta à crítica que fazia aos limites do funcionalismo moderno. O texto inicia-se com uma crítica ao modo de representação de projetos de arquitetura divulgados nas revistas internacionais, através de fotografias onde não aparecem as pessoas. Para ele, a ausência dos usuários nas fotos indicava que o critério de valor no julgamento das obras passava apenas pela questão formal, deixando o valor de uso em segundo plano. No século xx, no entanto, ele reconhece no Movimento Moderno a volta da preocupação com a “gente” e com a realidade “objetiva” da arquitetura. Para ele, o movimento moderno, inserido em um momento de expansão intelectual ancorado nas interpretações do homem e da sociedade, provenientes da psicanálise e do estudo das relações entre indivíduos e sociedade, incidiu nos mesmos problemas de enfrentamento pragmático de suas convicções teóricas.

[...]

O projeto participativo assumiu para de Carlo a dimensão política da redistribuição de poder. “As pessoas são alienadas tanto quanto os arquitetos. O processo da participação deve então coincidir em primeira instância com a desalienação,” no sentido de fazer valer efetivamente, como dado de projeto, a experiência popular, e não apenas o conhecimento do arquiteto.

As considerações do arquiteto sobre a relação entre arquitetura e ciência (ou sobre uma fundamentação objetiva e racional para o desenvolvimento da arquitetura) e sobre o usuário (e sua “desalienação”) serão retomadas, a partir da contribuição de outros autores, e analisadas criticamente no capítulo 4. Por ora, cabe ressaltar o quanto esta atitude projetual poderia ser

avaliada do ponto de vista da “teoria da ação antidialógica” de Paulo Freire e o quanto a tentativa de “desalienação” dos participantes configura uma espécie de concepção bancária de educação, na medida em que ela surge de uma ação coordenada pelo arquiteto e por um conhecimento que é imposto de cima para baixo. A identificação dos usos e costumes comunitários que se faz é meramente consultiva, não levando a sua problematização.

Em um outro contexto, retomemos a obra e a influência do arquiteto suíço Walter Segal. Ao longo da década de 1970, Segal desenvolveu um método de autoconstrução com peças pré-fabricadas em madeira (o “método Segal”) que viria a ser bastante difundido na década seguinte. Segal defendia a autonomia das pessoas em construir seu próprio ambiente de vida e acreditava na necessidade de dotá-las do ferramental técnico e teórico para tanto. Neste sentido, via na figura do arquiteto uma espécie de programador, um articulador de processos tecnológicos que deveria fornecer às pessoas os meios necessários para a autoconstrução. Trata-se de uma linha de pensamento similar àquela encontrada nas pesquisas de Habraken, mas muito mais pragmática e aparentemente destituída da influência mais direta das tecnoutopias dos anos 1960. Segal parece estar no meio de um campo de forças que inclui desde as inovações tecnológicas de seus contemporâneos (como Habraken) até a cultura do “faça-você-mesmo” e da autonomia das comunidades *hippies* alternativas. O “método Segal” foi mais celebrenemente adotado em um pequeno projeto residencial no distrito de Lewisham, na periferia de Londres, onde o Conselho local permitiu que os futuros moradores de três pequenas glebas autoconstruíssem suas moradias. Walter Segal seria uma das influências mais relevantes no trabalho posterior de Peter Hübner, arquiteto alemão que trabalhou com processos de participação no projeto de escolas Waldorf nos anos 1980 e 90. Hübner envolveu-se, ainda, no fim da década de 1970 e ao longo da seguinte, no projeto *Bauhäusle*<sup>18</sup>, no campus da Universidade Técnica de Stuttgart. Trata-se de um conjunto de moradia estudantil coordenado pelo professor Peter Sulzer em contínuo processo de construção e reconstrução. Os alojamentos dos estudantes são discutidos com os moradores, sendo que os estudantes tomam parte de sua edificação. O “método Segal”, entre outros, tem sido utilizado de forma bastante recorrente no *Bauhäusle* e configura provavelmente o legado mais forte de Walter Segal.



3.12 e 3.13. Canteiro do conjunto residencial em Lewisham, autoconstruído pelos moradores e assessorado por Walter Segal (Blundell-Jones; Petrescu; Till; 2005).



Segundo Ken Atkins, uma das lideranças do grupo de Lewisham que coordenou o processo de autoconstrução, como citado por Jon Broome (2009:71):

Somos provavelmente os primeiros locatários no Conselho que se envolveram diretamente com um arquiteto no projeto de suas próprias casas. O arquiteto utilizou-se de papéis milimetrados para nos representar o seu conceito de módulo de 2 pés e 2 polegadas, e nos pediu para desenhar uma casa dentro dos limites do orçamento. Isto era cerca de 100 metros quadrados de área. Fizemos isto como um grupo e então fomos à casa de Walter Segal. Ele reuniu todas as ideias e desenhou cerca de 50 ou 60 projetos diferentes de casas e então voltamos como famílias individuais para escolher e adaptar nossos projetos [...] Nenhuma das paredes é portante, portanto, elas são adaptáveis e flexíveis. A qualquer momento durante o processo de construção ou após ele, caso eu sinta a necessidade de alterá-lo, posso retirar qualquer parede e mudá-la.

Ainda segundo Broome, o próprio Walter Segal teria se pronunciado da seguinte forma (id.:71-72):

A ajuda foi provida mútua e voluntariamente — não havia qualquer imposição neste sentido, o que significava que a boa vontade das pessoas poderia encontrar seu caminho. Quanto menos você as controlava, mais você libertava os elementos de boa vontade — isto era surpreendentemente claro. Esperava-se obviamente que as crianças brincassem no canteiro e foi-lhes permitido. Assim como os mais velhos também ajudavam, caso fosse esta sua vontade. Desta forma evitava-se toda forma de fricção. Cada família construiria segundo seu próprio ritmo e segundo sua própria capacidade. Tínhamos um grande número de jovens mas alguns com mais de sessenta anos também conseguiram construir suas casas. Foi dito a eles que eu não interferiria no arranjo interno. Eu os deixei tomar suas próprias decisões, portanto, não tivemos maiores dificuldades.

Finalmente, destacamos a experiência do coletivo de estudantes e jovens profissionais ARC (*Architects' Revolutionary Council*, “Conselho Revolucionário dos Arquitetos”). A começar pelo título do grupo, trata-se já de uma proposta de rompimento (repleta de ironia e deboche, como se vê, mas ainda assim contundente e séria) com alguns dos paradigmas da profissão e da academia. Evocando um “movimento global por uma arquitetura comunitária” e defendendo a extinção do Instituto Real de Arquitetos Britânicos (RIBA), o grupo surgiu na Architectural Association (AA) de Londres, provavelmente a mais influente e elitista escola de arquitetura do Reino Unido.

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*



***IF CRIME DOESN'T  
PAY... WHERE DO  
ARCHITECTS GET  
ALL THEIR MONEY?*** ARC

3.14. Cartaz relacionado com o grupo estudantil ARC.

Dotados de uma expressão gráfica ao mesmo tempo sarcástica, política e contumaz em suas manifestações não muito distante do clima de maio de 1968, o grupo questionava o papel social do arquiteto e sua inserção de classe. Em uma de suas charges, o grupo associava o acrônimo RIBA à expressão “repressivo, insensível, brutal e arrogante.” O grupo criticava os valores de “classe média” introjetados nos projetos públicos de habitação destinados às classes operárias e, já nos anos 1970, exercia um importante papel em denunciar o caráter perverso e excludente de projetos de revitalização urbana com caráter de gentrificação.

Um dos resultados da ação do grupo (que dissolveu-se poucos anos depois de sua fundação) foi a constituição de um vago mas igualmente contundente “movimento da arquitetura nova” (*New Architecture Movement* — NAM), reunindo arquitetos e estudantes de outros locais além da AA. O NAM produziu uma revista intitulada *Slate*, a qual foi responsável por sediar profundos e importantes debates sobre temas como participação na arquitetura, arquitetura e minorias, projetos comunitários e até mesmo do processo de produção da arquitetura e de sua indústria (tema que, aparentemente, apenas teóricos mais periféricos como Sérgio Ferro ousaram questionar). Um dos legados do NAM foi a criação do escritório de arquitetura Matrix, composto apenas por arquitetas (ligadas ao movimento feminista) e voltado à discussão do papel do gênero na arquitetura.

Em paralelo a toda esta movimentação em maior ou menor grau política, por outro lado, verificam-se ainda propostas de sistematização dos métodos de projeto segundo uma lógica acadêmica e tecnicista de produção da arquitetura, condicionando-a a uma espécie de pesquisa quantitativa despolitizada. Os anos 1960 e 70 foram os anos do auge dos estudos de metodologia de projeto: trata-se de um resquício, agora ampliado, das propostas objetivantes e cientificistas dos primeiros anos heroicos de debate sobre o novo homem e a nova sociedade quando da articulação da retórica da arquitetura moderna em locais como a Bauhaus. Foram muitas as conferências, muitas as entidades reunindo pesquisadores e muitos os trabalhos acadêmicos nesta área.

Henry Sanoff, arquiteto e pesquisador da Universidade do Estado da Carolina do Norte, é um nome central neste contexto: entende a participação como um elemento em um processo científico mais amplo e busca nele dados para melhor embasar o projeto ou a avaliação pós-ocupação dele (esta expressão, aliás, é praticamente uma invenção sua). As primeiras obras de

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*

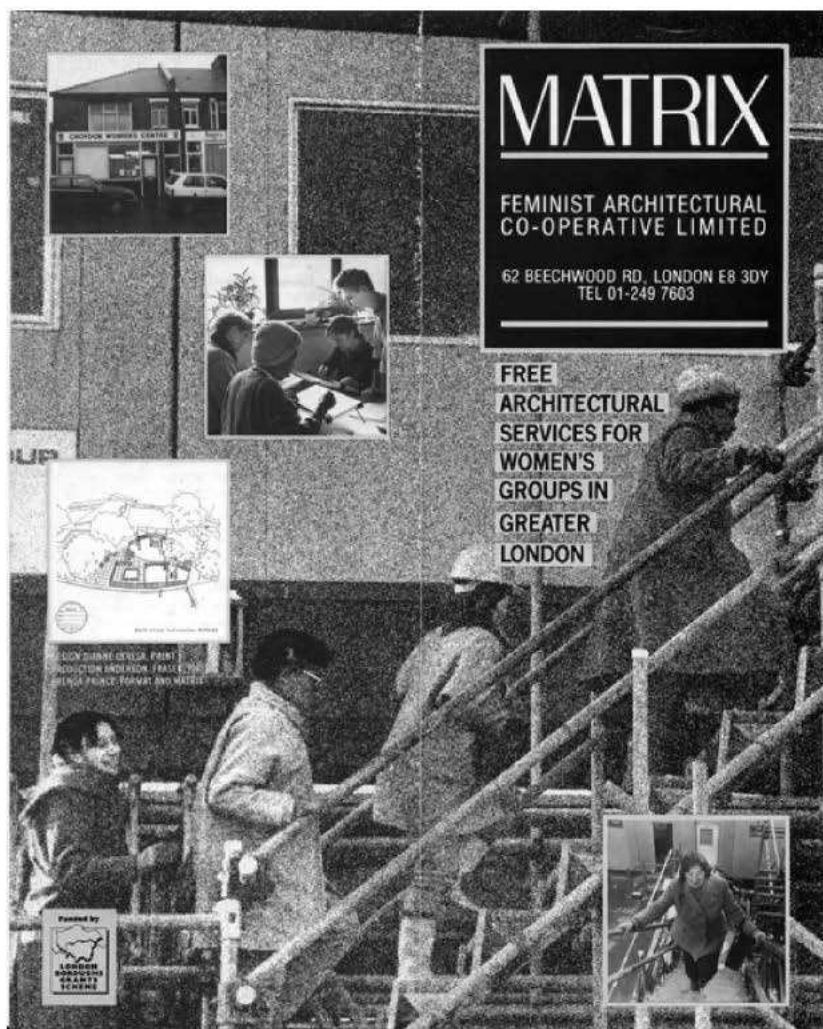


3.14. Material relacionado ao NAM — *New Architecture Movement* (Till; Schneider; 2009).

Christopher Alexander também segue uma linha similar, buscando uma análise do processo de projeto que seja linear e lógica.

Uma palavra que parece ter sido recorrente nestes círculos foi “ambiente”: em certa medida, começava a se esboçar a ideia de que a arquitetura seria uma espécie de “ciência do ambiente construído”, ainda que o uso da palavra seja de algum modo frágil, visto que não se baseia em qualquer outro estudo mais aprofundado do que seja efetivamente “ambiente”. A força desta palavra, no entanto, se reflete nos campos de pesquisa do “projeto ambiental” e em entidades como a EDRA (*Environmental Design Research Association*), cujas conferências geraram artigos que circularam com certa intensidade e foram influentes na definição do campo temático da “arquitetura participativa”. Anthony Ward (pesquisador neozelandês de quem falamos no capítulo 2), que esteve envolvido diretamente com este campo de estudos (tendo sido fundador da EDRA) mas que tem desenvolvido uma certa autocritica sobre ele após seu encontro com a obra de Paulo Freire, declara (in Dutton, Mann, 1996:39–40, grifos nossos):





3.15. Material relacionado ao escritório feminista Matrix. (id., *ibid.*).

*“todo poder ao usuário”:  
panorama dos anos 1970*

[...] Em um artigo de 1966, ele [*Christopher Alexander*] argumentou, ecoando Jane Jacobs, que as hierarquias espaciais das cidades criadas pelos arquitetos e planejadores seriam violentas aos padrões de relacionamentos sociais que ocorreriam “naturalmente”. [...] Adotando uma metáfora médica, o artigo indicava um novo interesse no diagnóstico ambiental, buscando modos de definir os problemas ambientais objetivamente. De qualquer forma, ainda ressaltava a importância do especialista, o qual sozinho seria apto a conduzir o diagnóstico e administrar o tratamento a um público inocente e agradecido.

Em uma importante publicação escrita com Barry Poyner, Alexander sugeriu a existência de geometrias ambientais — o que foi por eles chamado de relações — associando a forma construída com o comportamento humano e a prática cultural. O trabalho deles promoveu a ideia de uma atitude imparcial sobre práticas culturais, sugerindo que todo comportamento humano seria livre de falhas e que as dificuldades que ocorram entre as pessoas de fato teriam surgido de uma organização espacial inapropriada. Eles acreditavam que, caso todos os arranjos espaciais no mundo pudessem ser incrementalmente “corrigidos”, então os próprios conflitos sociais viriam a eventualmente desaparecer. Enquanto buscava posicionar práticas culturais subordinadas em um mesmo patamar, esta teoria ocultava questões éticas e políticas efetivas sob um utopianismo ingênuo. O conceito político de que o ambiente seja um domínio disputado por interesses sociais conflitantes era ignorado. Apesar das bases positivistas deste trabalho serem mais tarde criticadas, ele de fato iniciou o campo da avaliação pós-ocupação, o qual continua nos dias presentes a exercer considerável influência na pesquisa sobre o projeto ambiental. Como outras formas de análise baseada em princípios positivistas, a teoria relacional, como foi chamada, construía o projetista como uma pessoa sem história, gênero, crenças ideológicas ou afiliação política. Consequentemente, as efetivas crenças ideológicas e políticas dos arquitetos eram apresentadas invisíveis. O papel cumprido pelos seus valores na delimitação do mundo era ignorado, ao mesmo tempo que o papel instrumental dos valores per se era marginalizado em nome da legitimadora “ciência”.

## **a produção teórica do período: do debate conceitual à produção de manuais**

De volta aos anos 1970. Nosso interesse é na arquitetura “participativa” do período, visto que nesta década as questões ligadas à participação consti-

tuem um protagonismo na agenda de discussões do universo profissional que nunca seria reconquistado mais tarde, além do fato de ser neste momento histórico que se constroem os textos que até hoje são difundidos sobre o tema. Parece-nos, aliás, que este mesmo protagonismo se deu justamente pela profusão de propostas arquitetônicas que procuravam questionar a modernidade e trazer algo de mais “humano” à prática e às cidades.

Interessa-nos buscar as relações entre o caráter de transgressão e contracultura que algumas experiências apresentam (ainda sob o clima dos anos 1960) com a burocratização e um certo cientificismo que outras revelam. Inquietam-nos as possíveis relações entre esta arquitetura e as transformações sociais mais amplas, identificar o que tinham de resistência e ruptura. Não se tratam propriamente de hipóteses que estamos testando, mas de inquietações laterais aos nossos objetivos mais amplos.

Uma forma bastante privilegiada de averiguar este clima de euforia participativa e transgressiva entre os arquitetos que trabalharam neste momento histórico específico é avaliar diretamente alguns dos textos que foram produzidos no período. Parêntesis: trata-se claramente de um momento em que a produção editorial no campo da arquitetura estava em plena ebulição — refletindo igualmente um momento de acalorados debates teóricos na academia. É o momento em que Venturi e Scott Brown publicam suas reflexões sobre a cidade estadunidense. É o momento em que Rossi retoma a cidade como artefato arquitetônico. É ainda o período em que Tafuri mais publicou sua crítica radical à arquitetura moderna. Além disso, trata-se do momento em que os “cinco de Nova Iorque” publicam suas reflexões e se forma o Instituto de Estudos Arquitetônicos e Urbanos (IAUS), assim como a importante revista *Oppositions* — a qual seria responsável por promover célebres personagens como Frampton, Gandelsonas, Koolhaas, Joan Ockman, etc. Sem esquecer ainda de textos que se pretendiam já canônicos quando publicados e que se transformaram logo em peças da história, como a defesa de uma arquitetura “pós-moderna” por Jencks e Portoghesi, ou mesmo de provocações como as encontradas nos delírios novaiorquinos de Koolhaas. Em outras palavras: trata-se de um fascinante contexto em que a teoria e a crítica estavam na ordem do dia e apresentavam íntimas relações com a reflexão sobre a prática da arquitetura e sobre a atuação na cidade. O que se produziu de teoria nestes anos (que vão de fins da década de 1960 até o início dos anos 80) é ainda uma referência altamente relevante nos debates contemporâneos (muitos dos textos ainda são, inclusive, tratados como portadores de argumentos que não teriam já se historicizado).

Voltemo-nos, no entanto, aos textos que eram produzidos tendo em mente a prática de uma arquitetura que, se não participativa, se pretendia mais democrática e com maior expressão social. Há algo de singular nos livros e textos publicados por autores que pretendiam defender uma arquitetura participativa: eles possuíam, de um modo geral, uma clara orientação pragmática. Muitos mesmo poderiam ser classificados como manuais (não no sentido que damos aos “manuais de história da arte”, mas no sentido mesmo de um documento com propósito de orientar uma dada prática, por vezes, em alguns casos, aproximando-se mesmo de cartilhas de ação e projeto), alguns com breves pitadas de manifesto ou com rápidas citações e passagens de cunho mais teórico e conceitual.

Traçando uma linha do tempo, temos o seguinte. Em 1964 Christopher Alexander publica *Notes on the Synthesis of Form*. Em 1969, Sherry Arnstein escreve o artigo “A Ladder of Citizen Participation”, do qual falamos no capítulo 2. Em 1972 é publicada a coletânea *Freedom to Build*, organizada por John Turner e na qual ele descreve seu período junto às comunidades populares no Peru. Em 1975, Christopher Alexander publica *The Oregon Experiment*, livro que registra os processos participativos adotados no planejamento comunitário do campus da Universidade de Oregon. Em 1975 é publicada a edição em inglês de *Pour une architecture scientifique (Towards a Scientific Architecture)*, publicação que influenciou estudos sobre participação. Em 1976 John Turner publica *Housing by People*, avançando sobre suas reflexões a respeito de uma arquitetura mais autônoma. No mesmo ano o arquiteto anarquista Colin Ward publica ainda *Housing: Anarchist Approach*. Finalmente, em 1977, é publicada a obra principal de Christopher Alexander, intitulada *A Pattern Language*, a qual se tornaria a base teórica para uma série de experiências participativas daí em diante. No ano seguinte, avançando sobre alguns aspectos da obra de Alexander e baseando-se no contato com disciplinas como a psicologia ambiental, o pesquisador Henry Sanoff publica *Designing with Community Participation*, uma verdadeira cartilha sobre processos participativos.

A partir deste panorama sobre o universo editorial do período e do tema da participação, parece-nos oportuno tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, como já ressaltamos, tratam-se de livros que pouca preocupação demonstram em promover uma discussão mais abstrata da arquitetura: praticamente todos possuem uma abordagem pragmática. No entanto,

é possível construir uma linha que parte dos livros com uma preocupação marcadamente política e de um questionamento de ordem mais conceitual dos paradigmas da arquitetura e que segue até um conjunto de obras que assumem claramente uma condição de manual ou cartilha. Assim, os títulos mais ligados à contracultura e ao anarquismo estariam no início desta linha (Colin Ward em primeiro lugar, seguido de Turner), na medida em que buscavam uma prática mais autônoma. Na outra ponta, sem dúvidas encontramos o trabalho de Henry Sanoff. Curiosamente, entre todos os autores citados, Sanoff é provavelmente aquele que mais se confunde com a figura de um *pesquisador* profissional (dada sua extensa carreira na academia), ainda que entre as publicações citadas, a dele é a que menos caráter “acadêmico” possui e a que mais se aproxima de uma cartilha — o que pode refletir ainda uma certa orientação produtivista do trabalho de pesquisa, próprio de certa cultura acadêmica estadunidense. De certo modo, as proposições de Sanoff confundem-se mesmo com uma tentativa de dotar o processo de produção de projetos arquitetônicos de uma plataforma de negociação de anseios e desejos de seus participantes, de modo a que suas opiniões possam ser tabuladas e processadas mecanicamente — nada mais distante das propostas de autonomia defendidas por Ward e Turner.

Por outro lado, Turner elabora uma espécie de operação de “ideia fora do lugar” (para abusarmos da expressão que ficou conhecida na crítica literária brasileira) às avessas. Ao observar a forma como as classes populares na América Latina eram obrigadas a construir suas próprias casas como forma de sobrevivência e reprodução, vislumbrou um processo mais eficaz e mais “humano” de produção da arquitetura (visto que estaria livre das amarras autoritárias da figura do arquiteto). Embora reconhecendo as condições precárias dos países periféricos, entendeu equivocadamente que esta condição estrutural da reprodução da força-de-trabalho desses países seria no fundo libertadora: transplantando esta forma de produzir arquiteturas e cidades para o contexto europeu, encaixou-as bem em um contexto contracultural que clamava por soluções do tipo “faça-você-mesmo.”

Neste sentido, ao traçar aquela imaginária linha que contrapunha os trabalhos mais densos e conceituais de Turner aos mais pragmáticos e formulares de Sanoff, não pretendemos privilegiar ou destacar um em relação ao outro. O desenvolvimento pragmático deste é no fundo um aprofundamento das considerações daquele.

Mantendo ainda esta imaginária linha em mente, podemos situar a obra de Christopher Alexander no meio dela, sem pender para qualquer dos lados. O discurso desenvolvido por Alexander permite tanto a sua total despolitização, caso apropriado de forma a tentar legitimar processos de imposição de consenso, até sua eventual politização, caso usado como uma plataforma de dotação dos sujeitos de um vocabulário crítico sobre o espaço.

Se na década de 1960 ele estava interessado em descobrir as bases matemáticas da lógica do pensamento arquitetônico, na década seguinte Alexander enveredou para uma discussão mais empírica da leitura e da produção do espaço arquitetônico — mas ainda mantendo um discurso cientificista, por vezes. Alexander entendia que somente seria possível produzir espaços e ambientes mais humanos e eficientes caso todos os sujeitos nele envolvidos estivessem igualmente capazes de influenciar sua configuração. Para tanto, entendia ser necessário a constituição de uma linguagem comum, a qual poderia ser usada para empoderar<sup>19</sup> tais sujeitos no trato do espaço. Para construir tal linguagem, Alexander procurou buscar os elementos essenciais daquilo que entendia por espaços e cidades agradáveis e eficazes. O autor colocava-se em posição oposta a de teóricos como Aldo Rossi: recusava a ideia de “tipo” como elemento básico de sua linguagem, pois isto levaria a uma redução do potencial das coisas à sua condição meramente arquitetônica. Sendo o tipo uma solução histórica para um problema arquitetônico, Alexander temia que esta abordagem poderia limitar os debates a seu aspecto meramente formal. Desta forma, em contraponto ao tipo, Alexander sugere que o elemento básico de seu vocabulário seria o *padrão*. O padrão, para Alexander, nada mais é que uma “imagem” ou uma “sensação” de um espaço que frequenta o imaginário das pessoas. Ao invés de falar em “casa-pátio”, como diria a abordagem tipológica, Alexander preferiria falar na *sensação* que se tem em estar em um pátio com uma fonte rodeada por paredes de uma casa. Desta forma, Alexander entende, permitem-se muitas variações arquitetônicas sobre o mesmo conceito, mas mantém-se sua essência. Voltaremos ao problema no próximo capítulo.

Trata-se, no fundo, de uma abordagem que constitui um legado do discurso

---

<sup>19</sup> Note-se que esta palavra era particularmente problemática para Paulo Freire. A ideia de “empoderar” alguém poderia facilmente sujeitar-se a uma concepção sectária de luta política, na qual as pessoas seriam domesticadas a repetir certos dogmas, ao contrário de serem estimuladas a agir autonomamente.

vernaculista que encontramos em um Bernard Rudofsky nos anos 1950. Ao negar, nos anos 1970, o caráter “cientificista” da sua pesquisa da década de 1960, Alexander no fundo está operando segundo uma lógica positivista, pois, na condição de um arquiteto pertencente à classe média branca do Oeste estadunidense, dotado de sua visão ocidental de mundo, tenta classificar e ordenar racionalmente aquilo que encantou Rudofsky duas décadas antes, ainda que seu descomunal trabalho de identificação de padrões seja até hoje invejável. Não por acaso, o raciocínio de Alexander de destacar alguns padrões de pensamento como elementos básicos de um vocabulário arquitetônico específico tem sido transplantado pela Ciência da Computação para a programação de *software*. A atividade de programar depende de um raciocínio lógico e linear singular — muito distante da forma mais livre e não-linear que caracteriza o projeto de arquitetura. Há, porém, outras dimensões a serem exploradas além daquelas diretamente relacionadas a uma análise mais sistêmica e estrutural da realidade e da história da arquitetura. Observamos no capítulo anterior, por exemplo, que muito do discurso presente nas práticas participativas da arquitetura dos anos 1970 encontrava um lastro que, senão de caráter efetiva e rigorosamente teórico, possuía bases sólidas na academia.

Cabem ainda algumas observações sobre o contexto em que é produzido este conjunto de textos. Henry Sanoff, por exemplo, mantém um laboratório em que estudam-se vigorosamente os campos da avaliação pós-ocupação/avaliação pré-projeto há cerca de quarenta anos na Universidade do Estado da Carolina do Norte; Christopher Alexander baseia muitos de seus estudos sobre o padrão como elemento fundamental do debate arquitetônico a partir de uma experiência fartamente documentada de planejamento comunitário conduzida por ele e associados na Universidade de Oregon (do qual surgiram ainda os embriões dos livros *The Timeless Way of Building* e *A Pattern Language*) — sem contar os estudos acadêmicos por ele liderados em que misturam-se princípios da antropologia, da psicologia e da arquitetura e de sua atividade como professor em Berkeley. Ainda, lembre-se, o trabalho de John Habraken em sua SAR possuía uma roupagem acadêmica, assim como os estudos que Yona Friedman vem desenvolvendo ao longo dos anos. Embora não se trate, muitas vezes, de uma sólida produção de teoria e crítica, este contexto intelectual assume claramente um clima de aparente rigor científico que potencialmente o legitima perante certos círculos. Com efeito, muitos dos trabalhos associados a este universo são mesmo “pontos fora da

curva” no que se refere ao cotidiano intelectual habitual das escolas de arquitetura, nas quais o rigor científico e acadêmico é comumente substituído por uma certa licença poética própria da profissão: neste sentido, por mais que busquem certa “cientificidade” legitimadora e por mais que ignorem determinadas implicações ideológicas da situação por vezes tecnocrática que geram, são ainda mais “acadêmicos” que alguns de seus pares. Reforçam talvez um esforço profissional em dotar de maior rigorosidade a profissão, visto que introduzem o campo da pesquisa como mais uma atividade a auxiliar o projeto. Estão, portanto, produzindo discurso (e daí, ideologia) a todo vapor.



## 4 tendências e transversalidades

Voltemos a meados de 1973. Circulava pelas mãos de arquitetos em diferentes partes do globo — dada a influência e o alcance de que a publicação era dotada — uma curiosa edição da revista britânica *Architectural Design* (AD), um periódico que alguns anos antes tornara-se mundialmente famoso por conta da publicação das célebres imagens e crônicas tecnoutópicas produzidas pelo grupo Archigram — assim como mais tarde ficaria igualmente célebre pela publicação das delirantes e populares imagens novaiorquinas desenvolvidas por Rem Koolhaas. Trata-se de uma edição para nós curiosa pois agrega um conjunto de temas que parecem ter acompanhado aqui e acolá todo o panorama da arquitetura participativa que procuramos traçar nas páginas anteriores. Mesmo que demonstre algumas lacunas, elas são preenchidas por temas e personagens que aparecem em outros números desta e de outras revistas do período (particularmente no *RIBA Journal*, periódico oficial do Instituto Real de Arquitetos do Reino Unido — RIBA). Na capa daquela edição aparece sangrando uma imagem, em alto contraste, de uma figura sentada de cócoras no chão, no que parece ser uma espécie de ambiente urbano precário. A chamada da capa nos indica o tema da edição: “Squatters”. A revista apresenta uma espécie de dossiê do que era chamado



4.1. Revista AD, n.8, 1973.

# SQUATTING IN THE CITY

Dr John Pollard

Squatting, the taking and making of a rent free home of your own, is happening in London, in New York, in Amsterdam, in West Berlin, in Copenhagen, in Paris, in Milan, in nearly every major city in the Western world. Thousands of the young and the poor are squatting in small independent communities all over London and we live in one such community in the Borough of Camden, about two miles north of the city centre. Over 400 squatters, including 40 children, have occupied some hundred houses in a working-class district since January, 1972. Why am I and my fellow squatters now prepared to take direct action to find a place to live, who are we, what are we doing, and what so far has been the result of this direct action?

The reason why we squat is that we need a place to live and there is absolutely no accommodation at rents we can afford. We suffer directly from the alliance of capitalists, speculators and the centralized bureaucratic machine that ensures a severe housing shortage and a deliberate under-utilization of houses that are habitable. The private housing market operates according to capitalistic rules of supply and demand. The Conservative government and real-estate speculators increase demand by reducing the supply of houses, and then make very large profits by raising prices. A recent report showed that Greater London was short of 500 000 homes for families living in overcrowded or unfit conditions, and yet (between 1968 and 1971) the housing shortage was aggravated by a

Speculators enjoy a situation where the average price of an empty house in London increased by 44% between June 1971 and June 1972. For example an empty single family house costing £8000 appreciates £68 per week in value (cf. 25% of families have an income less than £20 per week). Under these conditions, profiteers with millions of pounds at their disposal invest their money in private houses and make large dividends, without needing tenants who cause difficulties and delays when the houses are sold, to make a capital gain.

In the past publicly-owned houses have provided accommodation at rents that poorer people could afford, but the Housing (Finance) Act 1972 is designed to increase these rents drastically and therefore increase the demand for cheaper housing. Here in Camden 22 000 houses are publicly owned (approximately one-third of the total) but 2000 of these are standing empty, due to bureaucratic mismanagement, poor planning and outdated and costly renovation methods. This means that every time I walk down a street in Camden I pass four or five houses that are boarded up, unused but perfectly sound structurally. Whole streets of publicly-owned houses remain empty for years after tenants have been forced to leave prior to the demolition or renovation that the bureaucrats claim is 'imminent'.

The daily reminder of the wasted houses is coincident with continual requests for information about places to live from

friends, acquaintances and strangers. Every night over 2500 Londoners have no roof over their heads. They are to be seen any night sleeping on railway stations, in bus shelters, in the open air down by the river Thames, no matter how cold or wet the weather. Many of these homeless people are newly arrived in the city. They are looking for work because of the high unemployment in the rest of the country or they have come with their families to escape the violence of Northern Ireland, or they are young and highly skilled and are seeking an alternative to alienation, over-specialisation and lack of opportunity.

In the district in which we now live, 15% of the houses were empty and were in near derelict conditions. The houses had been gutted, water cut off and toilets smashed by thieves, who had taken copper and lead pipes, electrical fittings and wiring, even floorboards. We occupied each of these houses, explained to the police as they arrived that they needed a legal eviction notice to move us out, and then set about building a home to live in.



Empty houses as squatters find them. Empty houses dangerous & demoralising.

4.2. Revista AD, n.8, 1973, fragmento.

tendências e transversalidades

NEAR 160 000 families in the United States build their own homes. To be more exact, they act as general contractors, oversee design and construction, as well as construction. Owner-builders put in the hard labour, from laying foundations to nailing shingles; others work as foremen; still others merely manage the men they have hired. There are not distinctions in the present study, however, we are concerned with broad aspects of construction in the single-family market, and whether the owner puts just a little "active equity" and "sweat" into the project or not. In either case, he is the person who conceptualises, plans, and builds the home.

## OWNER BUILDERS SURVIVORS WITH A FUTURE

William C. Grindley

This article is taken from the recently published book *Freedom to build*, edited by John F.C. Turner and Robert Fichter. The book was reviewed by Pat Crooke last month in AD. It is published by Collier-Macmillan and is being distributed by AD, price £3.75p.

Constructed annually in the United States and 12 percent of all housing begun each year.

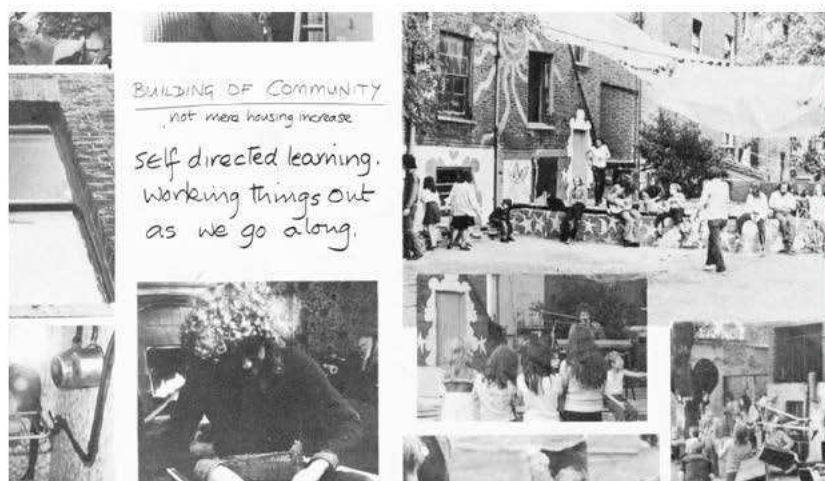
One might try to explain away the phenomenon as an anachronism, as a holdover from the days of the frontier, as a kind of log-cabin nostalgia which must be rapidly disappearing.

The owner-builder phenomenon has been the statistical context in which it has been placed. When they are lumped in with housing units provided by multi-family apartment houses, owner-built, single-family dwellings tend to be over-looked. But in the following table, only single-

term financing at a sort of discriminatory rate to reduce owner-built housing to a negligible level. It is often assumed that commercial banks and loan associations will not lend to owner-builders without government approval. The government would be compelled to ask commercial lenders to do not consider owner-builders an inordinately high risk. A major public service need apparently does not exist.

There is no doubt that it does so. Considerations of scale of risk are paramount, and the VA certainly declared policy to develop over 100,000 owner-builder units. The VA and owner-builder developers deal with standardised units "fed" into the a-

4.3 e 4.4. Revista AD, n.8, 1973, fragmentos.



de “movimento *squatter*” na Índia (uma interpretação precipitada da forma como as populações de baixa-renda daquele país ocupavam terrenos particulares e construíam suas casas — em processo similar ao de qualquer outro país periférico em que a autoconstrução é estrutural na formação do espaço urbano — visto que se estabelecia uma improvável e forçosa conexão com o então forte movimento *squatter* britânico); considerações sobre os *squatters* europeus; um artigo sobre o “paradigma homem–ambiente” e suas relações com a arquitetura e com o planejamento; uma seção sobre estruturas pneumáticas e espaciais; uma revisão da obra de Louis Khan; assim como outras várias matérias menores (entre as quais destacamos considerações feitas sobre o grafite no espaço urbano, sobre a *Environmental Design Research Association* — EDRA —, estruturas geodésicas, entre outras). O destaque dado aos *squatters* (assim como a presença eventual de outros temas que dialogavam com a arquitetura participativa do período, como as estruturas espaciais herdeiras dos megaestruturalistas, a ideia de “ambiente”, etc) indica não só que o tema estava na ordem do dia como também, talvez, houvesse no ar um certo interesse por assuntos “exóticos” como o da cultura de um país distante, ex-colônia britânica. Finalmente, na página 535, destacava-se um imenso anúncio para compra à distância do livro *Freedom to Build*, organizado por John Turner e distribuído pela própria revista.

A revista AD, ainda que possuísse um caráter comercial e de divulgação profissional, ficou conhecida justamente por apresentar ao longo da sua história exposições e textos produzidos por expoentes do pensamento de vanguarda de cada período histórico. Ainda que ela nunca tenha de fato perdido seu aspecto comercial (nunca foi realmente uma revista de opinião ou de debate cultural e teórico mais intenso, como eram por exemplo a revista italiana *Casabella* ou a francesa *Architecture d'Aujourd'Hui*), destacava-se das demais publicações anglófonas profissionais pelas matérias sobre temas mais acadêmicos ou marginais. Já o *RIBA Journal*, ainda que com um caráter de publicação igualmente profissional, apresentava temas de maior interesse acadêmico, como transcrições de conferências e debates sobre temas como planejamento regional e habitação pública que estavam na ordem do dia.



# riba Journal

1  
JAN 1974

**Alex Gordon on  
architecture  
and the three Ls**

**Ken Appleby and  
David Keate  
debate RIBA subs**



**Tom Woolley: tenant control in housing**

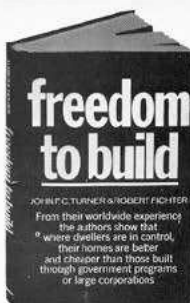
ere should be a housing Service Council. A's most move estate agents, ington, lecture University of pual for a of property tax income of the ole, Director of and Develop pointed to the iles for detrit and the great e appearance of that supplea have proved to maisonette, the narrow from- extremes of low high density, by, architect- rans, and slides he importance and scale in the this is bring 'ormae, visiting edge University lecture, went a land use and m. For densi- f not more than 1:31).

of Cambridge is for Land Use Studies, showed 'Parker Morris standards' cost d only fails to freedom in times action, not add- tist of, over- architect sees the o housing pro- teation of new and greater use- relations. These ere not parti- cularly commu- nity for, instead of the speculative 'with' away change away, commercialisation easocratic do- y maintains that y should be the hat the size and tion must be

y, from Glas- Environmental described the meaning of life. In a word, they do not picture. Despite their often appalling poverty and great personal hardships, these people's actions are celebrations of life. '... the story I am talking about seems even more pertinent in the USA and in the UK... even though the problems they give rise to are more acute'.

ory environment: a recognised need to 'recycle' existing housing stock and to preserve existing communities, a growing number of 'second homes'; and an urgent immigrant housing problem. There are differences of organisational solutions, a greater variety of responsible agencies. In some countries, LA controls housing and private house-building for sale play only a minor role. More important are the semi-official organisations: GENECAL in Italy, HLM in France, co-op, nonprofit agencies in Scandinavia - which receive state financial aid but are not directly controlled politically. They extend their activities to the national market. Also set up by religious or social welfare groups, or employers' associations or trade unions they may receive the proceeds from levies on wages; or they may seek savings from prospective householders, or borrow on the market. Of direct subsidies, or low-interest loans, tax relief, or help with municipal or state land. Household may remain tenants, or become owner-occupiers, or join a co-operative. The last paper was given by John Turner which he entitled 'The life and death of housing by people and for people' in which he discussed the issues elaborated in his new book 'Freedom to build'. These basic ones, which are seldom raised are:

1. The nature of value in housing, and the problem of measuring things and their usefulness.
  2. The nature of economy in housing, and the problem of evaluating material and human productivity.
  3. The nature of authority in housing, and the problem of autonomy and dependency, and their effects on the economy and values of housing.
- But more than this, John Turner speaks for human dignity and self-respect. 'Truth as the *primum* (Rita's sharp tongue) may be, they represent the evolution of genuine culture. They do not liberty the larger environment as does our energy-rich and increasingly despoiled and rigid urban-industrial housing. They neither define people nor do they deconstruct the meaning of life. In a word, they do not picture. Despite their often appalling poverty and great personal hardships, these people's actions are celebrations of life. '... the story I am talking about seems even more pertinent in the USA and in the UK... even though the problems they give rise to are more acute'.



Who will decide how basic life needs are to be satisfied?  
Government agencies?  
Giant corporations?  
or  
people themselves?

These questions are of special significance in the field of housing. Seven distinguished architects and urbanologists show how self-building and productive housing process can be when individuals, community groups and other grassroots organisations bring back the user's traditional freedom to sponsor, build or simply to manage their own homes. This book contains a closely interrelated set of essays, with a message to all concerned with human freedom in our bureaucratized technological society.

Order Form  
Post this coupon with money/cheque/p.o. to: ARCHITECTURAL DESIGN, 26 Bloomsbury Way, London WC1A 2SS.

Please supply \_\_\_\_\_ copies of 'Freedom to Build' at £3.75 inclusive of postage and packing.

Name: \_\_\_\_\_  
Address: \_\_\_\_\_

4.5. (página oposta) RIBA Journal, n.1, 1974, capa.

4.6 e 4.7. Revista AD, n.8 e n.9, 1973, fragmentos.



tendências e transversalidades

# Freedom to build

John Turner

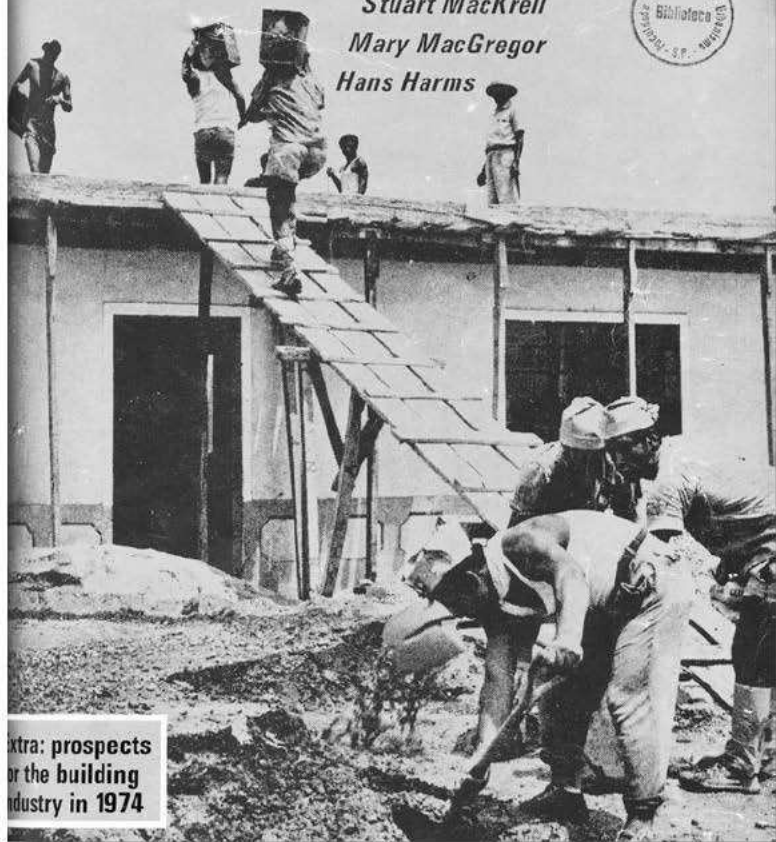
Colin Ward

Malcolm MacEwen

Stuart MacKrell

Mary MacGregor

Hans Harms



Extra: prospects  
for the building  
industry in 1974



# Freedom to build

squatter settlements – self made communities – mass housing in the developing countries – do it yourself design – participation and the use of power – the profession's role in an explosively divided world



People do not only need to obtain things. I think they need, above all, freedom to make things – things among which they can live. To give shape to them, according to their own feelings, their own tastes, and their own imagination. And to put them to use in caring for each other and about each other'

Ivan Illich on conviviality Above Squatters in Peru celebrate the roofing of a house.

4.8 (página oposta) e 4.9. Revista *RIBA Journal*, n.2, 1974, capa e fragmento interno.

*tendências e transversalidades*

Chama-nos, portanto, a atenção que naquele número de AD que descrevemos um tema tão “alternativo” e marginal (seja do ponto de vista político, seja do profissional) apareça com o destaque que ele teve. Trata-se de apenas um exemplo do movimento mais amplo nos círculos da profissão que indicava um certo protagonismo das questões ligadas à arquitetura participativa cujo caráter traçamos no capítulo anterior. Na primeira edição do *RIBA Journal* publicada no ano de 1974, por exemplo (e portanto poucos meses após aquela edição de AD), a matéria destacada na capa da revista é a seguinte: “controle da habitação pelos locatários.”<sup>20</sup> A matéria, assinada por Tom Wooley, iniciava da seguinte forma (p.5): “O tratamento injusto dos locatários do conselho [*i.e., moradores da habitação pública*] está no centro dos problemas habitacionais deste país.” A matéria destacava (p.8) ainda que “o problema da distribuição injusta de poder e recursos pode apenas ser resolvida quando as pessoas controlarem suas próprias vidas por meio da organização coletiva de modo que elas possam defender-se”. Não se tratava, contudo, de algo isento de conflito: a seção de cartas destacava, por exemplo, a insatisfação de alguns leitores com o que se considerava um direcionamento excessivamente político de uma revista que deveria representar a posição institucional da categoria dos arquitetos.

Na edição seguinte do *RIBA Journal*, publicada em fevereiro, a matéria de capa lê-se “Liberdade para construir” e, utilizando-se de uma imagem em alto contraste não diferente daquela indiana que comentamos na capa de AD, vê-se uma fotografia de uma obra em país periférico autoconstruída por seus moradores. Quase poderíamos afirmar que as pessoas retratadas nesta capa — carregando pesadas latas de concreto moldado in loco nas condições precárias de construção a que estamos acostumados em um país periférico como o Brasil — estão mesmo assumindo uma condição de personagens mitificados pela revista, seja pelo tratamento gráfico (alto contraste, posição do fotógrafo, etc), seja pela distância a que eles se encontram da realidade do leitor britânico que os vislumbrará (e pelo inevitável caráter de exotismo que eles passarão a este leitor). A edição traz artigos de John Turner e Colin Ward, entre outros, compondo um dossiê sobre práticas de participação e autoconstrução. Um dos artigos presentes no periódico (que era destinado, lembre-se, a praticamente

---

20 Dada a prevalência da locação social ou do arrendamento financiado pelo Estado na política de habitação do período, podemos ler a palavra “locatário” praticamente como sinônimo para “habitante” ou “morador”. Trata-se, portanto, de uma matéria sobre “todo poder ao usuário.”

toda a categoria dos arquitetos britânicos, visto que se tratava provavelmente do meio de divulgação profissional mais institucionalizado que havia) intitulava-se, por exemplo, “Envolvimento do usuário: por um novo profissionalismo” e era assinado pelo arquiteto Hans Harms, ligado a John Turner. O mesmo periódico, em outros anos, publicara ou publicaria texto de Walter Segal e Yona Friedman sobre participação e autonomia dos usuários.

...

Nos exemplos que traçamos acima é possível verificar não só o protagonismo da problemática da participação na arquitetura mas sobretudo um vocabulário e um imaginário que pareciam comuns e recorrentes no período. Se os *squatters*, por exemplo, eram de um lado importantes para alguns arquitetos de orientação política mais firme, de outro lado eles talvez fossem apenas objeto de uma mera curiosidade exótica para outros arquitetos menos politizados, visto que tais *squatters* comporiam um mundo cheio de “diversidade” que os interessava (aos arquitetos) como contraposição ao determinismo modernista sobre o qual eles demonstravam alguma insatisfação.

Ao longo deste capítulo procuramos esboçar um quadro (ainda que um tanto quanto esquemático, reconhecemos) que nos permita identificar as principais abordagens e ideias-força presentes na arquitetura participativa dos anos 70. Lançamo-nos em tal tarefa por meio de duas operações: primeiramente destacamos da trajetória panorâmica que traçamos no capítulo anterior um grupo de três grandes tendências ou abordagens do problema da participação na arquitetura como levantado por diferentes arquitetos e teóricos. Não se trata de uma classificação ou rotulação rígida, pois os personagens de uma perambulam pelas outras. Trata-se mais de uma tentativa de organizar o conjunto de ideias que envolvia aquele clima mais geral do período, evidenciando sobretudo os conflitos e antagonismos de um movimento que parecia bastante homogêneo.

A segunda operação que propomos é a análise um pouco mais atenta de algumas das ideias ou categorias que com maior força aparecem (ou são mesmo construídas) nos discursos de praticamente todas as tendências que identificamos na operação anterior. Trata-se de um momento em que nos afastamos um pouco do nosso objeto mais restrito e recortado e avaliamos problemáticas gerais da arquitetura do período, para então voltarmos a nosso objeto e, a partir de uma reflexão já amadurecida, observá-lo, descrevê-lo e compreendê-lo de forma mais crítica.

*tendências e transversalidades*

## **progressismo, culturalismo, contraculturalismo**

Françoise Choay ficou conhecida ao propor nos anos 1960 uma espécie de classificação daquelas que seriam as várias correntes do pensamento urbanístico que se verificaram nos séculos XIX e XX. Apesar da orientação demasiadamente positivista desta abordagem, ela nos é por vezes útil e nos ajuda a construir um relevante quadro reflexivo sobre a história da arquitetura. Ainda que a imposição de rótulos a determinadas tendências e abordagens presentes nos vários discursos arquitetônicos e urbanísticos seja em certa medida limitante, pois impede que se vislumbrem conexões por vezes importantes ao entendimento mais amplo dos problemas que enfrentamos, por outro lado, permite-nos identificar as principais diferenças e conflitos presentes em um conjunto de experiências que pareciam de algum modo muito similares à primeira vista. É com este objetivo que traçamos aqui uma tentativa de identificar pelo menos três grandes abordagens tomadas por arquitetos e teóricos ao longo dos anos 1970 em respeito ao problema da participação na arquitetura.

A partir do panorama da arquitetura participativa que traçamos no capítulo anterior foi possível esboçar grosseiramente algumas linhas de atuação de arquitetos a ela ligados, apesar das limitações de tal operação de classificação que já ressaltamos. Havia, em primeiro lugar, aqueles, como os ligados ao movimento *squatter* inglês, preocupados em atribuir à arquitetura um significado político de transformação da realidade material a partir do envolvimento direto das pessoas na produção de seus espaços. Ora como instrumento, ora como expressão deste desejo de transformação, a arquitetura teria um papel relevante na criação de uma contracultura, ainda que não tenha nunca de fato participado com a mesma importância neste movimento que outras expressões artísticas (como a música ou mesmo as artes plásticas). Em segundo lugar, identificamos arquitetos (como Lucien Kroll) que procuram nos processos participativos um elemento que dê significado e justificativa a uma arquitetura que evidencie mais e mais uma expressão de combate à frieza da modernidade, em uma espécie de “volta à imagem da cidade” que pode ao mesmo tempo ser bastante transformadora e bastante elitista — visto que os valores urbanos que ele sugere poderiam tranquilamente se transformar em objeto de consumo. Em terceiro lugar, encontramos um discurso tecnicista, que vê na participação um método de recolhimento de subsídios de projeto, os quais devam ser devidamente tabulados,

processados e sintetizados em um processo linear e lógico de desenvolvimento de decisões projetuais. Está claro que estas três grandes tendências não representam rigorosamente a realidade do período, pois os elementos constituintes de cada uma delas misturam-se e confundem-se umas nas outras: o discurso “tecnicista” encontra algum eco nos demais, assim como ideias de autogestão e transgressão encontram alguma presença nas ideias relacionadas com os projetos de Kroll.

Abram-se parêntesis. Cabe breve digressão e retorno a um momento anterior. As reflexões de Otilia Arantes também nos são bastante reveladoras e elucidativas no que diz respeito à definição de uma certa trajetória da “arquitetura do lugar público” — tema que nos interessa pois relaciona-se com aquele “mal estar” de que falávamos no capítulo anterior, o qual compõe um conjunto de forças que, entre outras, pode nos ajudar a entender o desejo de uma arquitetura mais “participativa” nos anos 1970. Em última instância, trata-se de analisar como se lidou com a tensão entre a arquitetura moderna e a busca de um sentido de urbanidade, de como foi se configurando o desejo de uma “volta a cidade” e as repercussões de um discurso pró-urbano em contextos contraditórios.

Segundo a autora (2001:155–156):

Num primeiro momento, no imediato pós-guerra, [...] começaram a surgir novas concepções arquitetônicas e urbanísticas que só aos poucos acabaram se firmando como alternativa (nem sempre definitiva) ao conceito de planificação global, ou aos modelos abstratos de reorganização da cidade, tanto quanto ao International Style. Valorizando os monumentos ou tentando aglutinar uma série de objetos desconexos [...], de forma a constituir um lugar de pregnância significativa, de comunicação imediata, forte, algo como um coração da cidade a revitalizá-la, o que boa parte dos dissidentes do chamado Movimento Moderno — de Giedion, Rogers, Sert, do grupo inglês MARS, dos CIAMS de Brigwater (1947) à formulação do Team X (1956) — visava era, de alguma maneira, reativar a ideia mesma de “cidade” para os seus habitantes, recriar algo como uma res cívica. [...] Reanimar por esse modo uma vida pública não mais possível em meio ao caos urbano ou às novas cidades, justamente sem alma.

Passa então às propostas e debates que ocorreram nos anos 60, após a constatação de que as operações anteriores de salvaguarda e valorização de alguns elementos da cidade tradicional correspondiam em última instância a

uma sacralização e ao estabelecimento de uma anacrônica dimensão áulica. Além disso, tais operações seriam ainda meras consequências da ilusão modernista “de reorganização da vida social via reordenação global da cidade”. Segue a autora (id:156):

Sem abandonar entretanto essa operação de salvação da cidade, surgem assim outras tantas propostas alternativas que, em geral, obedecendo a uma palavra de ordem semelhante à que presidira o surgimento das filosofias da existência — “rumo ao concreto” — pretendiam abandonar o ponto de vista abstrato e totalizador. Tratar-se-ia de uma volta à cidade de tipo muito especial, que concebesse toda a arquitetura da cidade como forma-lugar, valorizando portanto a cidade comum, partindo da casa e do bairro, tanto quanto das formas vernaculares e não apenas os lugares nobres ou a arquitetura áulica. [...] Tudo isto compoando uma espécie de aspiração à vida social em modelo reduzido. [...]

Finalmente, explora a relação entre as transformações ocorridas no debate arquitetônico e as transformações históricas estruturais (id:156–158):

No fundo tratava-se de um momento de transição para uma nova etapa do capitalismo em que as próprias noções de espaço e tempo, de história ou de sujeito começavam a entrar em crise sem que algo muito claro surgisse como alternativa, inclusive do ponto de vista dos novos rumos do capitalismo. Em consonância, a cidade passava a ser vista como uma rede de relações diacrônicas e sincrônicas, como lugar: corte estrutural de espaço e tempo, condensação simultânea de vários tempos e valores históricos. [...]

Cabe ainda outro parêntese: no prefácio à edição estadunidense de *Projeto e utopia*, Tafuri faz comentários enigmáticos mas incisivos sobre o que ocorria naquele mesmo momento histórico (1976:ix, grifos nossos):

O que é de interesse aqui é a identificação precisa daquelas tarefas que o desenvolvimento capitalista retirou da arquitetura. Em outras palavras, o que em geral ele levou embora da preconfiguração ideológica. Com isto, leva-se quase automaticamente ao descobrimento do que pode ser chamado de “drama” da arquitetura hoje: isto é, assistir à arquitetura obrigar-se a retornar à arquitetura pura, à forma sem utopia; nos melhores casos à sublime inutilidade. Às ilusórias tentativas de conferir à arquitetura uma roupagem ideológica, eu devo sempre preferir a sinceridade daqueles que têm a coragem de falar da silenciosa e data-da “pureza”; mesmo que isto, contudo, ainda abrigue uma inspiração ideológica, patética em seu anacronismo.

Parecendo se referir aos vários historicismos que compunham o debate e a prática arquitetônica daquele momento histórico, Tafuri confere-lhes uma posição aparentemente descolada, como se estivessem se ocupando de falsas questões ou mesmo submetendo-se às armadilhas ideológicas dos bem-intencionados e equivocados discursos de transformação social a partir do projeto. De algum modo, o contexto em que se inserem certos projetos associados a práticas de participação, segundo um raciocínio de “volta à cidade”, de busca de uma arquitetura mais “humana”, ou mesmo de objetivação do ato de projetar segundo critérios sociais e mais racionais, baseados no homem concreto e não no ideal, situa-se em campo similar àquele sutilmente criticado por Tafuri como ilusório.

Em momento posterior do texto de Otilia Arantes, cabe destacar ainda outra passagem que parece-nos relevante ao nosso tema (op. cit.:165–166, grifos nossos):

Não deve ser por acaso que em quase todas as periodizações e mapeamentos da transição da cultura do alto modernismo para a atual lógica cultural, cuja dominante vem a ser justamente uma nunca vista funcionalidade da cultura, os anos 60 sejam centrais (embora se divirja quanto à data exata em que começaram e acabaram aqueles anos). Foi quando novos “sujeitos”, como o colonizado, a raça, a marginalidade, o estudante em estado de secessão, foram assumindo o primeiro plano na luta política. [...] Vista retrospectivamente, aquela descolonização momentaneamente objetiva provou ser uma ilusão histórica, daí a ambiguidade de que falávamos: uma tal miragem possuía de fato um conteúdo de verdade, tanto é assim que a partir de meados dos anos 70 (quando finalmente termina a década de 60) e ao longo dos 80 assistiremos a um esforço em escala mundial para proletarizar todas as forças sociais liberadas que conferiam àquela década fantástica sua energia; por outro lado, não é menos verdade que a referida imagem só se explica em termos do movimento e do jogo superestrutural tornado possível pela transição de um estágio sistêmico para outro — hoje falaríamos da passagem traumática do fordismo para o atual capitalismo desorganizado [...].

Fechem-se os parêntesis. Àquelas três grandes abordagens que traçamos no início deste item tomaremos a enorme liberdade de atribuir algumas denominações, a fim de melhor nos referirmos a cada uma das linhas de força principais (e por vezes antagônicas) que caracterizaram o período.

À primeira delas, envolvendo os arquitetos que buscavam uma prática alter-

*tendências e transversalidades*

nativa, em contato com movimentos contestatários, ora ligados a uma incipiente nova esquerda, ora ligados a movimentos anarquistas, atribuíamos a uma vertente “contracultural” ou *contraculturalista*. Trata-se de uma atitude perante o projeto (que, como se viu, é por vezes até mesmo negado em nome de uma ocupação mais autêntica, espontânea e política — coletivista — dos espaços) que coloca antes de tudo a discussão sobre a autonomia dos sujeitos envolvidos em determinarem o seu ambiente de vida, evitando qualquer forma de determinismo projetual que pareça desafiar os anseios e desejos das pessoas que viriam a ocupar a arquitetura.

À segunda delas, em que podemos incluir os projetos de Lucien Kroll para remodelação mais “humana” de bairros modernistas de classe média, assim como propostas ligadas à ideia de “suportes” como concebida por Habraken e aplicada por Franz van der Werf chamaremos, em oposição à primeira, de uma abordagem *culturalista* (e com isto não pretendemos sugerir qualquer legado do “culturalismo” como definido por Choay, mas recuperamos algumas das ideias presentes naquele conceito de um espaço que não se pretenda resultado de uma orientação excessivamente racionalista ou “progressista”). Por motivos que serão melhor explicitados quando tratarmos com mais atenção da forma como a palavra *ambiente* era usada no período que estudamos, também podemos chamar esta vertente de “ambientalista” (embora não no sentido que atribuímos hoje ao ambientalismo como plataforma política de defesa do meio-ambiente ante a ação predatória do homem, mas no sentido de uma atitude da arquitetura perante o mundo que considera o trabalho de construir como uma forma de alterar o ambiente de vida humana para torná-lo mais confortável e vivo).

Já a terceira, em que os processos de participação no projeto inserem-se em um contexto mais amplo de discussão da metodologia do projeto e de uma proposta de uma arquitetura mais científica, chamemos de uma abordagem “tecnicista.” Para os arquitetos ligados a esta atitude projetual, o “usuário” é antes de tudo uma categoria abstrata relevante à produção de subsídios técnicos que garantam a eficácia do projeto e a adequada resposta aos requisitos de desempenho esperados de um edifício ou espaço — de modo a que a consulta a suas opiniões acabe por assumir um caráter por vezes burocrático e nada dialógico.

Os três principais autores ligados à produção teórica que veio a embasar este movimento por uma arquitetura participativa (Alexander, Turner e



Sanoff, já citados no capítulo anterior) também, de alguma forma, correspondem, grosso modo, a cada uma destas vertentes. A obra de Alexander, ao privilegiar uma relação afetiva e lúdica com o espaço, por meio da identificação de padrões ambientais, estabelece alguma relação com a vertente “culturalista” ou “ambientalista.” A obra de John Turner (e, principalmente, a assumidamente anarquista de Colin Ward) encontra alguma ressonância na tentativa de dotar os sujeitos de mais autonomia na construção dos espaços que encontramos na abordagem que chamamos “contracultural.” Henry Sanoff exerceu profunda influência no desenvolvimento das disciplinas de Metodologia de Projeto e Avaliação Pós-Ocupação, pelo que ocupa um papel relevante na vertente que chamamos de “tecnicista.”

Temos com este esquema interpretativo um dado muito claro: não havia de fato uma efetiva homogeneidade entre os discursos e práticas ditos “participativos” ao longo dos anos 1970, ainda que o conjunto de autores e arquitetos que mobilizamos parecesse indicar um grupo coeso e afinado a uma prática considerada alternativa àquela dita “oficial.” Se em alguns casos trata-se mesmo de uma forma de apenas produzir uma arquitetura pouco interessada em desafiar normas sociais hegemônicas, mas em apenas tentar legitimar uma estética dotada de “diversidade” cultural ou social por meio das ferramentas participativas, de outro lado, nos casos mais radicais (ligados aos vários movimentos *squatter*, por exemplo), nota-se uma politização mais madura dos discursos, apesar de um desapego à própria ideia restrita de arquitetura — ainda que, como ressaltamos, apegados em excesso a um certo fetiche da autoconstrução que ignorava a problemática da espoliação urbana que era subjacente aos mitos fundadores levados à Europa por Turner após sua passagem pela América Latina. Com este conjunto de referências podemos partir a uma análise mais atenta de alguns elementos específicos deste esquema que traçamos.

## **autonomia, usuário e ambiente**

Há alguns elementos recorrentes neste quadro discursivo que vimos traçando até o momento, algumas expressões e palavras que parecem compor em posição privilegiada o imaginário e a cultura do período da história da arquitetura que temos descrito e que são transversais às tendências que destacamos no item anterior, ainda que apareçam eventualmente com mais força em uma ou outra. Mais: tratam-se de palavras e expressões que, tendo um

*tendências e transversalidades*

sentido mais amplo para o corpo profissional como um todo, encontraram significações particulares para os arquitetos e teóricos que trabalharam com o tema da participação, possuindo papel de destaque em suas trajetórias.

O primeiro destes conceitos refere-se à ideia de **ambiente**: nos anos 1970, em alguns círculos, a própria arquitetura passou a ser confundida com o *ambiente* em que vivem os seres humanos (uma generalização e alargamento das fronteiras não só disciplinares mas sobretudo conceituais da ideia de arquitetura). Ora, visto que a tarefa a ser cumprida era a do desenho do *ambiente construído* (o qual se queria democrático, flexível e diverso), tratava-se do estabelecimento de métodos e ferramentas de produção de consensos sobre este mesmo ambiente — resume-se assim um dos possíveis raciocínios que encontravam-se no período, segundo os quais só se podia pensar na arquitetura (e, portanto, o tal *ambiente construído*) se fossem abandonadas as tentativas de dotá-la de autonomia formal, social, estética<sup>21</sup>.

Outra destas palavras era **usuário**. A tentativa de dotar a arquitetura do período de um sentido social mais significativo encontrava forte presença nos discursos arquitetônicos que tinham no “usuário” uma ferramenta legitimadora da produção da arquitetura. Se tratamos de uma arquitetura “participativa” (e a tal “participação” envolve fatalmente este misterioso “usuário”<sup>22</sup>), o destaque que fazemos desta palavra parece um tanto quanto óbvio e redundante. Interessa-nos, porém, averiguar o motivo desta palavra específica aparecer com tanto fervor, entre outras possíveis (por que não falamos em “interlocutor”, por exemplo, como preferem os antropólogos?). O foco no “usuário” acaba indicando, parece, um discurso tecnocrático, no qual o sujeito é travestido de sua individualidade e é transformado em uma abstração.

Uma terceira dimensão deste quadro discursivo que temos analisado envolve a forma como a ideia de autonomia — neste caso, não a disciplinar, mas a dos sujeitos envolvidos nos processos participativos — era na prática aplicada nos trabalhos de diálogo entre arquitetos e participantes e nos textos que lhes baseavam. Por razões diversas, decidimos descartar esta análise pois ela demandaria um conjunto de leituras em teoria política que trans-

---

21 Reinhold Martin estabelece interessantes comentários desconstruindo esta ideia.

22 Embora em outras tradições arquitetônicas, claro está para nós brasileiros, o viés “participativo” envolvesse o “produtor” — como o operário da construção civil, entre outros sujeitos — mais do que a própria figura do usuário.

cenderiam o escopo deste trabalho e com o qual ainda não nos encontramos solidamente articulados. Trata-se, porém, de um tema relevante, ficando o gancho para trabalhos futuros.

## **ambiente**

Desde meados da década de 1960 e ao longo de toda a década seguinte assistiu-se a uma espécie de febre entre algumas escolas de arquitetura no mundo anglófono (embora sintomas similares, ainda que menos impactantes, tenham mesmo ocorrido em outros países). Iniciando, aparentemente, com a escola de arquitetura e urbanismo da Universidade da Califórnia em Berkeley e espalhando-se a várias outras nos EUA, no Reino Unido, no Canadá, etc, verificou-se certo movimento de tais entidades em trocarem seus nomes oficiais, nos quais costumavam estar incluídas as palavras “arquitetura”, “design”, “planejamento”, “urbanismo” ou uma combinação qualquer delas pela singela e sucinta expressão “ambiente” (*environment*) ou qualquer variação dela (como “ambiente construído”, “projeto ambiental”, etc — *built environment*, *environmental design*, etc).

Vejam os: a escola de arquitetura em Berkeley, fundada ainda no século XIX, passou a ser chamada *College of Environmental Design* nos anos 1960 (e alterou seus programas de modo a integrar os fragmentados cursos de arquitetura, paisagismo e planejamento urbano e regional). No Reino Unido temos a tradicional escola Bartlett, ligada à Universidade de Londres, chamada “Faculdade do ambiente construído.” Fenômeno similar ocorre em diversas outras escolas<sup>23</sup> e mesmo no Brasil o programa de pós-graduação da FAUUSP, instituído nos anos 1970, foi durante muitos anos denominado “Estruturas ambientais urbanas” (formando, portanto, mestres e doutores em “estruturas ambientais”).

Por trás disto tudo, ao que parece, encontramos uma espécie de chavão entre os arquitetos e professores do período: em sua tentativa de dotar o conhecimento arquitetônico de maior rigorosidade científica, ainda que cosmética, e mesmo de maior credibilidade no seio da academia, parecia que se buscava substituí-lo por algo que lhe seria inerente e que melhor o carac-

---

23 Como uma rápida pesquisa no Google ou em sítios similares indica. Destaquem-se, por exemplo, uma grande quantidade de escolas assim chamadas no Reino Unido (como a Escola de Arquitetura e do Ambiente Construído da Universidade de Westminster ou o Departamento de Arquitetura e Ambiente Construído da Universidade de Nottingham, por exemplo).

terizaria (a “ciência” do “ambiente construído” e não mais a arquitetura, o urbanismo, o design, etc). Mais do que a tentativa de síntese das artes que se verificara nos anos 1950 ou da panaceia do “projeto total” gestaltiano de raiz bauhausiana (expresso pelo famoso aforismo de Gropius, “da colher à cidade”), ainda explorado por experiências como a Escola Superior de Ulm e similares, estamos diante não de uma arte que se pretende científica, mas de uma disciplina que se pretende ciência e que propõe uma eventual ruptura com o universo da arte. Por trás desta efetiva mudança de paradigma a respeito da ideia hegemônica do que seja arquitetura está sem dúvida uma aproximação de determinados personagens da cena acadêmica e profissional com outros campos das ciências, particularmente o da psicologia ambiental e o da teoria dos sistemas, além, é claro, da herança de certo “vernaculismo” que rondou alguns arquitetos nos anos 1950 (como a arquitetura sem arquitetos de Rudofsky). Não esqueçamos ainda da crise que enfrentava o discurso do megaestruturalismo e da própria ideia de “estrutura” em um momento em que Reyner Banham escreve um livro que, na prática, decreta o ponto final histórico do movimento: de uma arquitetura utópica, pós-urbana, monumental e quase megalômana que caracterizou o período anterior (Archigram, Archizoom, Superstudio, Cedric Price, etc), passava-se a uma tentativa de integrar mais organicamente a tecnologia ao tecido construído, por meio da evocação de ideias como as de comunidade e natureza. De certo modo, a famosa crítica que Lefebvre faz à ideia de “habitat”<sup>24</sup> em seu *Direito à cidade* pode quase plenamente ser aplicada à agora nova ideia de “ambiente construído” que passa a vigorar no discurso dos arquitetos.

Segundo Reinhold Martin (2010:52):

Entre os encaminhamentos presentes na lei [*refere-se aqui à Política Nacional sobre o Ambiente dos EUA*] sancionada por Nixon (que resultou na formação da Agência de Proteção Ambiental mais tarde naquele ano) encontrava-se um que autorizava e orientava todas as agências federais a “utilizarem uma abordagem sistemática, interdisciplinar, que garantirá o uso integrado das ciências sociais e naturais assim como das artes do projeto ambiental no planejamento e na tomada de decisões que possam apresentar impacto no ambiente do homem.” Neste sentido, as “artes do

---

24 O autor marxista francês identifica na ideia de “habitat”, como colocada por arquitetos, urbanistas e sanitaristas desde fins do século XIX, um mecanismo retórico usado para justificar, por meio de argumentos tecnocráticos, a imposição de espaços de vida urbana que, na prática, alienariam seus ocupantes do pleno direito à cidade.

projeto ambiental” encontravam-se bem preparadas. Por exemplo, em 1972 foi lançado o sétimo volume da série *Vision + Value*, editada pelo artista e teórico visual (assim como professor no MIT) Gyorgy Kepes, intitulado *Arts of the Environment*. Este livro, assim como os que o precederam na série, tomou o requisito interdisciplinar de modo consideravelmente literal, não por responder diretamente a ele (Kepes não era nenhum Nixoniano) mas ao contrário ao empregar o que a legislação chamara de uma “abordagem sistemática, interdisciplinar” integrando as “ciências sociais e naturais” com “as artes do projeto ambiental”, um quadro que até então era típico do discurso ecológico. De fato, Kepes via tanto a arte quanto a humanidade no limiar de uma segunda ordem de adaptação evolucionária, uma “evolução autoconsciente” regulada pela comunicação social, na qual as aspirações de “vida repleta de arte” das vanguardas do início do século xx (nas quais Kepes tinha suas raízes) foram substituídos por uma simbiose “homem e ambiente” regulada por um complexo conhecimento interdisciplinar.

A forma como a palavra “ambiente” é adotada, portanto, é um tanto quanto frágil conceitualmente e afasta-se sobremaneira do significado usual que lhe atribuímos contemporaneamente. Para entendê-la é necessário averiguar o contexto em que se insere e a forma como ela passa a integrar o discurso arquitetônico naquele determinado momento. Interessa-nos por alguns motivos: este discurso “ambientalista” (que nada tem a ver, claro está, com a ideia que temos hoje de “ambientalismo”) encontra-se ora mais explicitado, ora mais obscuro, nos conjuntos de discursos presentes na arquitetura participativa que temos estudado. Se em John Turner, por exemplo, tal presença encontra-se menos como proposta e mais como ferramenta argumentativa para justificar a informal “arquitetura que dá certo” de construtores autônomos, já em Henry Sanoff ela aparece como um conceito fundamental a basear os mecanismos participativos que ele sugere (não por acaso, trata-se do autor que mais relações estabeleceu com o universo acadêmico dos estudos comportamentais e da psicologia ambiental). Por trás de toda a teoria dos padrões de Christopher Alexander encontra-se a ideia de um ambiente de vida humana, misto do meio natural e das transformações humanas: este ambiente seria, então, o sinônimo da própria arquitetura.

A relação entre arquitetura, ciência, engenharia, biologia e planejamento urbano e regional que se pretendia com esta conceituação particular de “ambiente construído” se revela por exemplo no fato de que o arquiteto paisagista Ian McHarg escrevia e publicava justamente neste momento seu

famoso livro *Design with Nature*, assim como em seus desdobramentos. McHarg desenvolveu um método de atuação na escala paisagístico-ambiental que unia de forma pragmática conhecimentos de campos diversos do conhecimento, por meio da atribuição de valores e pesos diferentes a fenômenos diferentes, categorizados segundo camadas de análise sobrepostas no território. O método, influenciado pelo pensamento sistêmico em voga na época e utilizado até hoje, considerado essencial para estudos de planejamento nesta escala, envolve no fundo o estabelecimento de variadas mensurações da importância atribuída aos elementos diversos da paisagem que podem, ao cabo, serem de algum modo quantificados e negociados. Ao tornar os elementos sócio-econômicos presentes no território apenas mais um entre os muitos componentes do ambiente construído, tal método acaba por gerar a neutralização de conflitos — visto que eles se transformam em mais uma carta do baralho a ser jogado — ainda que permitindo uma abordagem sintética e bastante útil sobre as estruturas ambientais e paisagísticas que articulam-se no território.

Por outro lado, para além do discurso meramente tecnocrático, havia tramas mais complexas entrelaçando-se. Embora interessada em outros aspectos da problemática referente ao “desenho do ambiente”, Felicity Scott traça alguns comentários em seu livro sobre a arquitetura dos anos 1960 e 70 que nos são úteis (2007). A autora descreve o perfil de um personagem interessante que atuava naquele momento histórico: o argentino Emilio Ambasz, curador de Design no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA) no período 1970–1976. Scott descreve a falha tentativa do jovem curador em fundar junto ao museu uma espécie de universidade nova (o projeto *Universitas*, depois transmutado no que ele passou a chamar de “Univer-cidade” e originalmente chamado “O futuro do ambiente produzido pelo homem”), a qual seria por princípio transdisciplinar e rompedora dos limites tradicionais entre arte, ciência e humanidades, segundo uma atitude pragmática de ação no “ambiente produzido pelo homem” e voltada à resolução de problemas práticos e à construção de novas utopias possíveis.

Segundo Scott (2007:89–90, grifos nossos):

Por “ambiente”, Ambasz referia-se não ao mundo natural mas ao que ele chamava de “o meio produzido pelo homem,” um reino construído caracterizado tanto pelos artefatos físicos quanto pelas redes de informação em expansão. Esta mudança para uma concepção pós-industrial do ambiente (e dos objetos nele inseridos) envolvia o projetista de

uma vez em uma escala significativamente alargada, um novo conjunto de ferramentas conceituais (ou “métodos”) — como a teoria dos sistemas, a cibernética, a teoria da informação e a semiologia — e um novo conjunto de dúvidas sobre a eficácia da disciplina.

[...]

Não sendo mais, a arquitetura e o design, entendidos como possuidores de fronteiras disciplinares e considerados não como meios distintos mas, ao contrário, como retransmissores funcionando no interior de sistemas ambientais mais extensos e novas ecologias informacionais, ambas as disciplinas poderiam ceder aos novos formatos de mídia, às novas materialidades e processos, novas lógicas institucionais, até mesmo novas relações com sujeitos humanos. E estes humanos vieram a ser eles próprios concebidos, seguindo a formulação de cibernética de Norbert Wiener, como máquinas comunicativas pelas quais a informação poderia ser trocada com o ambiente. Então levantava-se a questão de como o projetista poderia continuar a produzir artefatos e atuar como um agente de transformação neste “meio tecnológico.” A própria noção de projeto enfrentava um impasse crítico irremediável?

Em trecho posterior, sobre a proposta de um “Programa de Desenho Ambiental” a ser oferecido no contexto do projeto *Universitas* de Ambasz, a autora continua (id.:92):

Não mais estruturado segundo os campos tradicionais da especialização acadêmica ou profissional, mas por um paradigma organizacional informado pela teoria geral dos sistemas, esperava-se de tal “sistema dinâmico” de pensamento que oferecesse estratégias críticas e reflexivas apropriadas à condição pós-industrial. [...] A sociedade pós-industrial seria a “sociedade do projeto” [*design society*] na qual as “técnicas serviriam aos valores humanos” por meio de instituições físicas e políticas e na qual o “cidadão seria educado a fim de aceder à forma do ambiente, tanto ecológico quanto natural, no qual ele deseja viver.” O projeto *Universitas* ofereceria o quadro institucional pelo qual esta sociedade emergiria.

Ambasz coordenou um seminário no Museu a fim de lançar as pedras fundamentais do projeto *Universitas*. Para tanto, foi mobilizado talvez o mais notável conjunto de intelectuais atuantes em diferentes locais do mundo naquele momento da história: foram convidados nomes como Michel Foucault, Louis Althusser, Umberto Eco, Hannah Arendt, Henri Lefebvre, Jean Baudrillard, Manuel Castells, Meyer Schapiro, Carl Schorske, entre outros.

Entre os arquitetos convidados encontravam-se Tomás Maldonado, Christopher Alexander, Richard Meier, Joseph Rykwert e Peter Einsenman (lembrando que durante este mesmo momento funcionava a pleno vapor o IAUS de Einsenman, patrocinado pelo mesmo MOMA). Nem todos estes nomes de fato compareceram ou submeteram artigos ao seminário: de todo modo, tratou-se de um evento singular.

Durante o seminário, os intelectuais “continentais” (e sobretudo Lefebvre) foram extremamente críticos do caráter da proposta, considerada demasiadamente ingênua do ponto de vista epistemológico e incapaz de produzir qualquer processo de transformação mais intenso sem antes passar por um processo duro de cooptação por parte da ordem estabelecida. Lefebvre particularmente criticou a forma ainda algo imatura com que Emilio Ambasz manipulava determinados conceitos marxistas em seus textos introdutórios ao projeto a fim de embasar seu “Programa para um Desenho Ambiental.” Ambasz, por exemplo, adotava uma interpretação excessivamente literal da ideia marxiana de “superestrutura”, associando-a diretamente às estruturas que existem sobre o solo das cidades e nas quais o capital e as pessoas circulam. A fim de avançar sobre a maneira mais espetacular com que os megaestruturalistas trabalhavam com o tema na década anterior, Ambasz alegava ser possível, após um sério trabalho de desenho ambiental nas superestruturas, transportá-la de um lado a outro do globo, desde que se identificassem os sistemas e redes em funcionamento (de forma mais abstrata que a prática dos megaestruturalistas, mas ainda assim ingênua). Questões ligadas à semiologia e à teoria dos sistemas estavam na ordem do dia em praticamente todos os debates e a forma como o ambiente era “lido” em seus signos, ícones, símbolos e índices e como seus objetos poderiam ser interpretados como “informações” em rede apareciam com certa frequência — o que foi objeto de crítica, novamente, por parte dos filósofos continentais presentes.

Ainda segundo Scott (id.:99–100), o então marxista catalão Castells:

[...] voltara-se ao significado mesmo da palavra “ambiente”, uma questão evocada, como ele colocava, pela mudança de foco das relações naturais para as sociais. Castells definia o “ambiente” como o domínio no qual valores culturais assumem uma certa morfologia social e urbana; o ambiente seria a “expressão” cultural das relações sociais coletivas. [...] Castells argumentava que era inadequado associar a estrutura urbana a um significante e a estrutura social a um significado. Nesta leitura,



a “cidade nada mais seria que um símbolo” e tal análise permaneceria confinada à produção de mensagens no interior de um certo sistema (ideológico) de signos. Ausentes estariam não só conexões importantes entre os domínios formal ou morfológico e o econômico e político do ambiente construído mas também um senso de impacto das novas relações sociais. Pois seriam das últimas, ele argumentava, que novos tipos de código surgiriam. “A mensagem sempre muda”, ele alegava, “a depender da situação mutante das práticas sociais.”

Castells falava particularmente do papel importante cumprido por movimentos sociais que produziam novos significados e apropriações do espaço urbano como plataforma de ação política que, potencializadas, revelariam novos espaços naquele mesmo ambiente — uma interpretação que, segundo ele, estaria ausente do “Programa para o Desenho Ambiental.” Mais: o programa fatalmente sucumbiria à manutenção da ordem, dado o caráter de negação de conflitos que esta concepção de “ambiente” sugeriria.

Por trás das preocupações de Ambasz em produzir um novo tipo de conhecimento acadêmico e profissional — o do “Desenho Ambiental”, que substituiria o da arquitetura, do paisagismo, do planejamento, do design e até mesmo das artes —, Reinhold Martin identifica a influência de um outro personagem talvez relevante neste momento: o designer também argentino Tomás Maldonado, mais conhecido pelo seu período de docência e ativismo pró-design moderno na Escola Superior da Forma de Ulm (*Hochschule für Gestaltung Ulm*). Embora pareça um personagem excêntrico e anacrônico neste momento particular da história — visto tratar-se de um sujeito normalmente associado às discussões sobre a síntese das artes e a teoria da forma típicas dos anos 1950 —, Maldonado acaba por estabelecer reflexões que de fato amparam bastante e de forma mais explícita o pensamento tecnocrático que sutilmente se verifica ao destrincharmos o discurso de Ambasz.

Por volta deste mesmo período, Maldonado escrevera um livro cuja tradução em inglês recebia o sugestivo título de *Projeto, natureza e revolução: por uma ecologia crítica* (*Design, Nature and Revolution: Toward a Critical Ecology*, sendo o título em italiano *A speranza progettuale*).

Segundo Reinhold Martin (2010:53–54, grifos nossos):

A iniciativa ambiental de Nixon [*a Política Nacional sobre o Ambiente*] também apareceu brevemente na época na obra *Design, Nature and Revolution: Toward a Critical Ecology*[...]. Maldonado, que havia dirigi-

do a Escola Técnica Superior da Forma em Ulm entre 1954 e 1967 com uma ênfase em uma ciência racionalizada do projeto, destacava a origem do termo ecologia no grego *oikos*, que significava “casa” ou “lar” e que também integra a raiz da palavra economia, com ambos os termos traduzindo etimologicamente como o “estudo” e a “administração” do lar, respectivamente. Apesar de Maldonado ter notado o sentido etimológico de ecologia, ele não notou a conexão com a economia, preferindo ao invés disto adotar a abordagem sistemática de Ludwig von Bertalanffy por meio de uma análise do “sistema social” construído em torno de uma oposição entre sistemas abertos e fechados, derivada da escola pós-weberiana de sociologia americana formada nos anos 1950 ao redor de Talcott Parsons. Este quadro referencial leva Maldonado a ler as revoltas mal-sucedidas ocorridas no fim da década de 60 através da noção de “equilíbrio dinâmico” de um sistema, uma tendência que absorveria e neutralizaria o conflito. **E então nós o vemos referindo-se sarcasticamente à campanha ambiental de Nixon como uma evidência de uma neutralização, um fechamento autoritário imposto a um sistema social, refletida na apropriação de protocolos ecológicos, ou o que Maldonado chama de “moda da ecologia.”** Como é colocado por ele em uma das muitas e extensas notas de rodapé de seu livro: “De fato, de um dia para outro, como se eles estivessem respondendo a um *Diktat*, todos os principais veículos da imprensa americana — *Time*, *Newsweek*, *Life*, *Fortune*, *Business Week* e até mesmo *Playboy* — ficaram extremamente interessados no tema.” Consequentemente, para Maldonado, a transformação era simples: “O escândalo da sociedade está culminando no escândalo da natureza.” Mas o verdadeiro escândalo, para o qual Maldonado permanece insensível apesar de seu discernimento crítico, encontra-se na naturalização de “ambiente” como um sistema significativo.

Enquanto Maldonado enxergava movimentos como os de maio de 1968 (e sua consequente dispersão) como uma espécie de promoção de “tentativa de equilíbrio” por parte do sistema social (como se tal sistema possuísse uma quase matemática autonomia), Castells, em Nova Iorque, os identificava justamente como um momento excepcional de desafio à ordem que sugeria novas formas de apropriação do espaço e portanto novas espacialidades no mesmo território. Subjacente a isto está o fato de que tal noção generalizada de “ambiente” como o local privilegiado da vida e da ação humana (e o “desenho do ambiente” como substituto da própria arquitetura enquanto profissão e disciplina) acabaria no fundo construindo um quadro discursivo que na prática pasteuriza o dissenso, pois se estamos tratando de “ambien-

te”, então tratamos de um conjunto de processos quantificáveis e analisáveis não segundo um olhar social e político, mas segundo um olhar puramente técnico e, portanto, negociáveis. No caso da arquitetura participativa, este cenário fica ainda mais grave na medida em que tais elementos do “ambiente construído” passam a fazer parte de um jogo em que os anseios e desejos dos participantes transformam-se em elementos de uma trama sujeita a um olhar crítico do técnico, que os coloca junto aos demais elementos ambientais.

Pensemos no contexto histórico vivido naquele momento. Entre as muitas novas descobertas e transformações pelas quais passaram as sociedades ocidentais, uma delas nos é particularmente significativa, ainda que aparentemente banal a partir de um olhar mais superficial: trata-se da divulgação, pela primeira vez na história, das imagens integrais do planeta Terra vistas a partir do espaço por parte de agências e organizações com forte conotação militar como a NASA. Não esqueçamos, por exemplo, da famosa canção do músico brasileiro Caetano Veloso em que este acontecimento ganha ares quase revolucionários enquanto possibilidade de alteração profunda de certos paradigmas existenciais vividos até então: a partir de 1966, quando a primeira imagem foi divulgada, o ser humano passaria mesmo a viver em um único e integral ambiente, sem aparentes fronteiras ou barreiras. É claro que a ingenuidade de tal discurso não sobrevive a um olhar minimamente atento à corrida militar vivida naquele momento, mas a divulgação que tais imagens tiveram nos meios de comunicação de massa permitiu uma apropriação delas por parte de movimentos contraculturais de modo a ganharem certa dimensão poética e um significado quase utópico.

Voltemos ao ativista Stewart Brand e ao periódico *Whole Earth Catalog* de que falamos no capítulo 2, o qual alguma influência teve na definição de uma cultura arquitetônica contracultural nos anos 1970. Brand liderou nos anos 1960 uma campanha pela liberação das imagens integrais da Terra e, tendo sucesso, passou a utilizá-las como imagem de capa de seu periódico. Felicity Scott tece os seguintes comentários a respeito dele (op. cit:166, grifos nossos):

[...] se o *Dome Cookbook*<sup>25</sup> foi o primeiro de muitos tratados semelhan-

---

25 Publicação do tipo “faça-você-mesmo” de Steve e Holly Baer cuja distribuição e publicação era financiada pela Fundação Lama, entidade contracultural de que falamos no capítulo 2 e que defendia uma arquitetura participativa baseada nos domos geodésicos de Buck-

tes, ele dificilmente foi de fato o responsável por patrocinar o movimento alternativo que se seguiu. As “sacadas” de [Buckminster] Fuller foram também a força motora de um guia contracultural do tipo “faça-você-mesmo” muito mais influente, também publicado em 1968: o *Whole Earth Catalog* de Stewart Brand. Concebido como um “dispositivo de acesso e avaliação,” o *Whole Earth Catalog* empregava a mídia impressa a serviço de uma nova “ferramenta de informação.” **Com a intenção de empoderar o indivíduo a fim de que ele “conduza sua própria educação, encontre sua própria inspiração, molde seu próprio ambiente,** e compartilhe sua própria aventura,” as entradas logo variavam de dentes-de-porco (úteis para indicar adesão à campanha do pré-candidato Democrata em 1968 à Presidência representando o Partido Internacional da Juventude e membro de uma fazenda comunitária, Pigasus) a ferramentas para parto domiciliar, auto-hipnose, ativismo radical, psicodélicos e alucinógenos. Outros tópicos incluíam apreensão de drogas, teoria da informação, cibernética, computadores, guitarras elétricas, [...], **assim como estruturas infláveis, a revista Architectural Design, Moshe Safdie, Archigram [...].**

Talvez tenham sido estas imagens integrais da Terra (“whole earth”) que tenham incentivado o arquiteto e designer Buckminster Fuller (um dos mitos fundadores da história da arquitetura moderna estadunidense, ainda bastante ativo nos anos 1960 e 70) a cunhar a expressão “espaçonave Terra” e a adotá-la como modo de se referir a uma forma de atuar sobre o território que grande relação estabelecia com a maneira como a palavra “ambiente” vinha sendo utilizada pelos arquitetos neste período. Como demonstramos, a cultura arquitetônica a ele associada ganhou grande repercussão entre os arquitetos que se pretendiam “alternativos”, e, como lembra Frampton, vem de uma tradição construtiva que em um período anterior se confunde com os megaestruturalistas e metabolistas (“além da cultura marginal da cúpula geodésica do Oeste americano, o maior impacto de Buckminster Fuller deu-se no Japão e, acima de tudo, na Inglaterra, onde um desenvolvimento contínuo “Dymaxion” pode ser rastreado, desde os primeiros projetos de estrutura espacial e cúpula de Cedric Price e Peter Cook até a obra recente da Foster Associates”, 2008:346–347)

---

minster Fuller, assim como em construções em mutirão com terra e outros materiais não industriais. O *Dome Cookbook* circulou bastante entre estudantes e jovens arquitetos estadunidenses, assim como entre comunidades alternativas e propunha uma espécie de autoconstrução com agregação de tecnologia contemporânea.

Fuller parece ser um dos personagens centrais desta trama que temos traçado, ainda que sua presença se dê de forma quase invisível ao longo dela, pois a influência que Fuller desenvolveu sobre as arquiteturas consideradas “alternativas” acabou sendo no mínimo curiosa, pois tratava-se de um sujeito que, durante um longo período, colaborou ativamente com o desenvolvimento de tecnologia e estratégias para as forças armadas nos EUA. Segundo Reinhold Martin (op. Cit.:33-34):

Fuller [...] vinha trabalhando para os militares desde 1940 desenhando, entre outros, “radomos” geodésicos desmontáveis e leves [...]. Durante este período, Fuller teorizava exaustivamente (senão idiossincraticamente) sobre as implicações de um modelo cibernético baseado em sistemas, guiado por respostas, daquilo que ele chamava “universo,” ou a rede global tecno-econômica de redes em que a arquitetura e a engenharia agora operavam. E no fim dos anos 1960, tendo se tornado uma espécie de herói improvável da contracultura, ele devotava muita de sua atenção em transformar as espadas em arado, ou, como ele próprio colocava, em converter a produção tecnológica do complexo industrial-militar de uma “matança” para uma “vivença”<sup>26</sup>.

Neste sentido, o Jogo Mundial<sup>27</sup> foi originalmente projetado para ser jogado em um domo geodésico construído por Fuller para a Agência de Informações dos eua na Expo '67 em Montreal. Não tendo ocorrido lá, ele tomou vida própria e passou a ser jogado de um modo mais ad hoc por outros vários contextos institucionais, sobretudo por estudantes. O Jogo Mundial é um jogo da “vida”, da gestão de populações e recursos tendo como objetivo a sobrevivência da espécie humana enquanto espécie, ao invés de uma categoria particular de humanos. [...]

Utilizando-se de mapas, estatísticas e outros meios de abstração, o Jogo Mundial busca reorientar o sistema global a partir de dentro, jogando com a própria ideia de uma direção palpável, coletivamente desenhada, para o que Fuller chamava de “Espaçonave Terra.”

Por trás disto, segundo o mesmo Martin, estaria uma tentativa quase desesperada de dotar a profissão (assim como a própria disciplina da arquitetura, ainda que ela mesma sofresse nesse momento um processo de alargamento que talvez a negasse como tal) de um sentido mais íntegro e associado à vida

26 No original: *from “killingry” to “livingry”*.

27 Desenvolvido por Fuller como uma espécie de jogo de tabuleiro com temática ambiental e global. Ao invés de ser um “wargame”, ele seria uma espécie de “jogo da paz”, ainda que esta palavra estivesse mal definida.

humana como um todo, assim como a sua presença no planeta, em meio a um contexto em que todas as ilusões e proposições utópicas do período moderno anterior pareciam ter sido definitivamente enterradas. Ao deixar de ser uma disciplina ou um campo da arte bem definidos, a arquitetura (seja na forma do “desenho ambiental” de Ambasz, seja no jogo delineado por Fuller), passaria a assumir uma importância vital para a própria humanidade enquanto espécie. O “ambiente construído” passaria a ter um sentido mais nobre, mais vital. Ele prossegue:

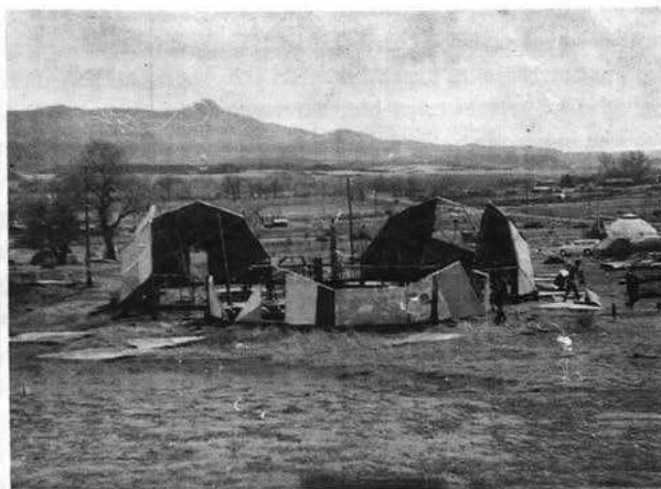
[...] Em jogo aqui está a capacidade presumida da arquitetura de modelar as leis governando as transformações históricas, de maneira comparável à clássica vocação da disciplina como construída pelo Renascimento, de mapear os axiomas cósmicos nas superfícies interiores de um domo com a mistura de subtextos religiosos e seculares. A diferença está em que, no caso de Fuller, assim como em muitas práticas operando nas margens do pós-modernismo, a estabilidade de um tal projeto, destituído de sua autoridade metafísica a priori e condenado a habitar infraestruturas técnicas e seculares como o domo geodésico, leva a que a proposta seja questionável desde o início.

O discurso relacionado ao “desenho ambiental” encontrou forte ressonância em determinados campos da academia — particularmente na revista *Design Studies*, que durante muito tempo foi coordenada por Henry Sanoff, que já promoveu artigos de John Turner, John Habraken, Christopher Alexander, entre outros, assim como temas ligados às ciências do comportamento, psicologia ambiental, etc.

O já citado Anthony Ward, arquiteto e professor neozelandês que vem trabalhando com processos participativos na arquitetura e no planejamento urbanos desde os anos 1960, nos lembra, por exemplo, de como a *Environmental Design Research Association* (EDRA) promoveu relevantes pesquisas na área ao longo das últimas décadas, levando mesmo à burocratização do tema e a sua total despolitização, visto que, uma vez transformado em “ciência” — embora o mesmo considere a condição da arquitetura como “arte” excessivamente mistificadora —, o projeto passa a ser mera ferramenta técnica de legitimação da imposição de consensos. A EDRA surgiu de um grupo de trabalho no MIT sobre o tema da metodologia de projetos no início dos anos 1970 e em seu sítio na internet proclama-se uma filha dos anos 60, os quais teriam sido um período de “novos horizontes” e “novas visões.”<sup>28</sup> Segundo Ward, porém (1993:51):

---

<sup>28</sup> Segundo o texto que se encontra em <http://edra.org/content/history> (visitado em janeiro de 2012). Trata-se de um fragmento de um texto anterior de Henry Sanoff.



# DOME \$ 1.00 COOKBOOK

by Steve Baer

3rd printing - December 1969

© copyright 1968, 1969 by Steve Baer  
all rights reserved

published by

cookbook fund - Lama Foundation

Holly Baer secretary

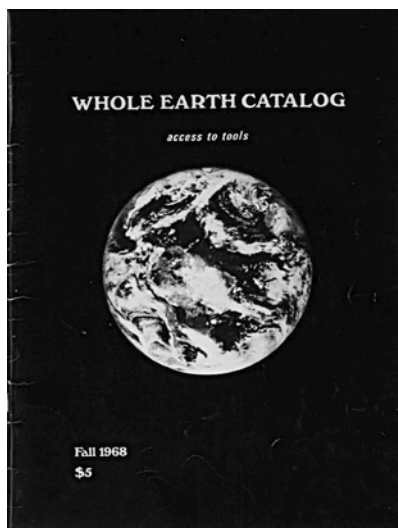
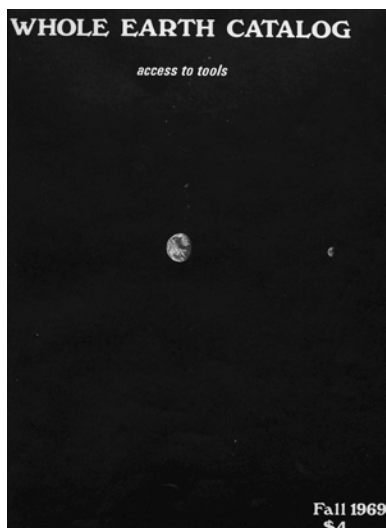
Box 422 Corrales N.M.

New Published .25  
Fool Shot  
Soon To Be  
PUBLISHED  
"TIME LOCK"  
BY  
H-D  
IN JANUARY  
1970

also published  
FLOW  
.25 SHOT I  
.25 SOL  
SHOT I

4.10. *Dome Cookbook*, 1969, capa.

tendências e transversalidades



4.11, 4.12 (acima) e 4.13 (página oposta). *Whole Earth Catalog*, 1968–1988, exemplo de capas.

Enquanto organizações como a EDRA continuavam a incluir entre seus membros numerosas vozes políticas de orientação diversa, a Associação como um todo adotou uma política de pragmatismo político, acomodando-se a um campo restrito do discurso social e político. Presa a preceitos tradicionais do conhecimento como um artefato neutro, ela manteve-se pela neutralidade política, pela qual ela esperava acomodar pontos de vista ideológicos de amplo alcance. Esta política de acomodação e melhoramento, entretanto, pode ter prevenido o desenvolvimento de uma argumentação que levaria ao desafio das próprias políticas expressas pela Associação. Em busca de uma paz ideológica e de sobrevivência acadêmica, a edra então acabou por colaborar involuntariamente na supressão do debate social crucial, o que teria ainda ajudado a levar à ascensão do neoconservadorismo. Alternativamente, por ter recebido membros com posições ideológicas que compunham todo o espectro político, colaborou ainda na sua própria destruição. Ela teria, incontestavelmente, de mudar.

Desde o início dos anos 1970, muito do que foi publicado em *Desenho Ambiental* demonstrou uma ênfase crescente na tecnologia de análise, nas simulações computadorizadas, em um empirismo altamente estruturado ou ainda nas modificações ambientais conceituais no interior dos limites estabelecidos pelo status quo político e social.



MARCH

# Whole Earth Catalog

\$1



## THE WORLD GAME

"I travel around the world a great deal, and everywhere I hear humanity saying, 'We are not against any other human beings; we feel the world ought to work properly.' Everywhere they say it's our politicians that get us into trouble. This is the majority viewpoint all around the earth today."

—R. Buckminster Fuller

See page 50

O questionamento final que podemos construir a partir desta trajetória é o que segue: tradicionalmente o discurso da participação tem sido utilizado justamente para contrapor uma construção de conhecimento (ou de arquitetura, ou de cidade, ou de “ambiente”) considerada “autoritária” e sobretudo “tecnocrática” a outra considerada mais popular, não menos científica mas muito mais democrática e desconstituída das mitificações próprias do discurso técnico (o qual caracterizaria o discurso autoritário dos processos não-participativos). Como se mostrou acima, no entanto, foi justamente a tentativa de produção de processos “participativos” bem fundamentados e bem descritos, tecnicamente embasados e quase dotados de uma dimensão científica e lógica, eventualmente ligados à disciplina dos Métodos de Projeto (e não esquecendo da influência que exerceu e ainda exerce uma figura como Henry Sanoff) que geraram um discurso “participativista” neutro, pasteurizado e reduzido de dimensão política.

## usuário

Lembremos certa assertiva de Kenneth Frampton em sua História crítica da arquitetura moderna (2008:351–352, grifos nossos):

Em seu livro *Supports: An Alternative to Mass Housing* (1972), N. J. Habraken abordou primeiro o problema de construir estruturas residenciais capazes de satisfazer as necessidades variáveis de seus usuários, e John Turner e William Mangin começaram, em 1963, a escrever sobre sua experiência como consultores das cidades espontâneas que os “grileiros” estavam fazendo surgir ao redor dos perímetros de grandes cidades da América do Sul. [...]

Sem dúvida, problemas de tal magnitude estão além da esfera da arquitetura enquanto disciplina autônoma e até mesmo à margem do processo de assentamento na terra e construção do modo como costuma ser entendido. Ainda assim, a escala do problema, sua visibilidade e a necessidade de enfrentá-lo de um modo que pudesse ajudar os “grileiros” a construir com maior eficácia (a decisão de proporcionar-lhes água e saneamento básico, na maioria dos casos) criaram um clima geral em que a fórmula da *Neue Sachlichkeit* — que já tinha quarenta anos — para o saneamento de bairros miseráveis seguido por uma reconstrução maciça, foi pela primeira vez submetida a uma reconsideração radical. Habraken argumentou que a abordagem toda precisava ser repensada não só a propósito do Terceiro Mundo **como também do descontentamento cada vez maior dos usuários nas economias industrializadas.**



4.14 e 4.15. Buckminster Fuller em colagem (*acima*) e promovendo uma sessão do Jogo Mundial (*abaixo*). Scott, 2007.



A criação de modos alternativos de lidar com tal situação, tanto no caso do mundo desenvolvido quanto no do subdesenvolvido, mostrou-se ilusória, e a **panaceia da “participação do usuário”** (difícil de definir adequadamente e ainda mais difícil de conseguir) serviu apenas para nos dar uma consciência mais aguda da intratabilidade do problema e do fato de que ele talvez só possa ser efetivamente abordado em etapas, por respostas apropriadas a situações específicas. [...] Não há dúvida de que todo esse empreendimento resultou na construção de moradias de qualidade e diversidade extraordinárias, muito embora o modo os desejos dos usuários acabaram sendo interpretados continue sendo uma questão sujeita a controvérsias.

O que interessa nas palavras de Frampton (escritas, lembre-se, em um texto do tipo “manual de história da arte”, panorâmico demais para que ele pudesse se explicar melhor sobre o significado de seu argumento) é o fato dele se utilizar das aspas em “participação do usuário” e a maneira incisiva como ele se refere a ela utilizando-se de expressões como “panaceia.” Embora seu raciocínio seja claro e bem estruturado, ainda assim faz transparecer um certo preconceito típico da categoria dos arquitetos (talvez inusual em um historiador, contudo) com o tema da participação. De todo modo, ressalta uma preocupação específica que compunha o quadro discursivo sobre o tema da participação que vínhamos traçando: a presença do “usuário” como uma espécie de categoria relevante na composição destes discurso.

Como ressaltamos no início deste capítulo, causa-nos certa curiosidade o uso específico desta palavra ao invés de outras igualmente aplicáveis (“participante”, “interlocutor”, “ocupante”, “sujeito”, etc). O fato dela ser tão relevante para arquitetos e teóricos do período — ao menos aqueles com os quais temos trabalhado — pode nos levar a algumas conclusões prévias: o foco na ideia de “usuário” pode indicar uma certa necessidade de dotar a arquitetura — e sobretudo a prática do projeto de arquitetura — de algum rigor metódico, pois esta categoria abstrai de tal forma o participante do projeto que o introjeta no processo mais como um dos dados do projeto do que propriamente um dos agentes de seu desenvolvimento. O usuário passa a ser uma espécie de informação em meio à trama de múltiplas dimensões que diz respeito à produção da arquitetura (como o sítio, a legislação, as condicionantes econômicas e construtivas, etc) ou apenas mais um elemento do programa de necessidades.

De fato, o pesquisador britânico Jeremy Till tece considerações interessantes a respeito desta problemática (2009:41–44, grifos nossos):

Em sua meticulosa documentação da moradia em Pessac, Philippe Boudon argumenta que a combinação do projeto original de Le Corbusier com as irrepreensíveis tendências “faça-você-mesmo” de parte de seus habitantes levaria a uma inevitável inundação daquele pelas urgências da vida cotidiana destes. “O fato relevante”, escreve Henri Lefebvre, o filósofo do cotidiano, em sua introdução ao livro de Boudon, “é que em Pessac Le Corbusier produziu um tipo de arquitetura que acomodava-se à conversão e a ornamentação escultórica. [...] **E o que adicionaram os moradores? Suas necessidades.**”

Suas necessidades. Tão simples quanto isto. Com efeito, trata-se de fato tão simples que nós nos perguntamos por que um grande filósofo importar-se-ia com isto. É necessário, porém, afirmá-lo com toda a força filosófica a fim de reforçar que a arquitetura nunca pode controlar totalmente as ações de seus usuários. **Na arquitetura, e assim se pretende, as necessidades são persuadidas em funções e portanto sujeitas a um controle normalizador. Funções (matemáticas, científicas, lineares) são, no entanto, muito diferentes de necessidades (repletas que são de desejos, diferenças e demandas) e no fundo, está claro, em Pessac as necessidades dos moradores emergiram para solicitar a arquitetura.** A distância entre funções e necessidades é apenas uma entre as muitas brechas que separam a arquitetura como ela pretende ser e a arquitetura como ela é.

A transformação de necessidades (que, por si só, já são simplificações por vezes exageradas e por vezes deturpações mesmas dos anseios e desejos dos sujeitos envolvidos nos processos de produção e uso da arquitetura) em funções corresponde, grosso modo, à operação fundamental nos métodos de projeto clássicos adotados desde o auge da arquitetura dita funcionalista ou de “estilo internacional”. Os arquitetos que lidaram com processos participativos nos anos 1970 buscavam de alguma maneira superar esta condição limitante e talvez autoritária da arquitetura precedente por meio do foco no “usuário.” Não reconheciam, porém, ou talvez não conseguissem reconhecer, que este suposto “usuário” — mesmo quando integrado aos processos de projeto mas transformado em um conjunto de dados tabulados e processados linearmente — fosse, no fundo, mais uma abstração a somar-se à grande abstração do “programa de necessidades.” A “usabilidade” abstrata do projeto passa a ser apenas mais um de seus requisitos burocráticos.

Mas, afinal, o que caracteriza o “usuário” de uma obra arquitetônica? Um morador “usa” sua residência de que maneira, enquanto ele vive nela ou

a habita? Um estudante sem dúvidas “usa” uma escola para aprender ou para adquirir treinamento, mas a escola para ele é mero equipamento a ser manipulado ou mesmo um lugar onde se manifestam eventos importantes de sua vida? Parece que por trás da tentativa de abstrair o “participante” ou “vivente” da arquitetura em mero “usuário” dela (para além da analogia com um objeto de design ou com uma “máquina de morar”, que parece-nos já considerada ultrapassada entre os arquitetos e teóricos dos anos 1970 com quem temos dialogado), encontramos algumas possíveis tentativas de ou tentar dotar a arquitetura de um caráter mais metodológico e científico, como vimos frisando, dado o rigor com que seriam tratadas as “demandas” dos “usuários”, ou mesmo de dotá-la de uma caráter mais humano, pois sendo reconhecido que o usuário seja mesmo uma abstração, o foco nele legitimaria a presença da arquitetura no mundo e a importância que ela teria para as pessoas. Em um momento em que arquitetos em todo mundo discutiam uma possível crise do projeto (expressa seja pelas discussões entre cinzas e brancos, entre venturianos e rossianos, etc), a tentativa de alguns arquitetos “participativistas” em dotar sua arquitetura de legitimação social justamente por conta do foco nos usuários parece-nos um caminho possível para entender o problema.

Possível mas insuficiente. Há algumas dimensões mais estruturais que percorrem esta trama e que são fundamentais para entender a questão mas que não aprofundaremos neste momento pela existência de outros estudos nesta linha. Particularmente, remetamos à forma como Sérgio Ferro, ainda no início da década de 1960, discute os “usos” que os moradores fazem de suas casas em contextos de classe diferenciados<sup>29</sup>: o morador de bairros periféricos, usualmente construindo por meio da ajuda-mútua de seus vizinhos, em situações precárias em que qualquer barraco se transforma em elemento essencial à sua sobrevivência e reprodução, toma a residência como valor-de-uso, ainda que pretendendo dotá-la de valor-de-troca com o tempo. Já a casa burguesa é plena de valor-de-troca, seja pela grife do arquiteto que a assina, seja pelos materiais nobres que emprega, seja pela forma como a casa passa a ser utilizada como vitrine para seu status social e econômico, transformando-se em mais um de seus investimentos.

Nesta perspectiva, portanto, a ideia de “foco no usuário” como um princípio de humanização do projeto talvez perca suas aparentes boas intenções e

demonstre sua ingenuidade. Para avançar sobre o problema recorreremos ao pesquisador britânico Adrian Forty, conhecido por produzir uma história da arquitetura e do design menos afeita aos grandes heróis e aos eventos paradigmáticos e mais preocupada com a forma como esta arquitetura e design imbricavam-se no tecido social e ideológico mais amplos e em como as imagens produzidas por arquitetos eram apropriadas e representadas. Ele argumenta (2004:312) que a palavra “usuário” raramente compunha o vocabulário da arquitetura do período moderno, vindo a ser mais largamente utilizada apenas a partir da década de 1950, ganhando grande força conceitual e especial presença nos mais variados discursos arquitetônicos apenas nos anos 1960 e 70. Destaca ainda que após este período a palavra caiu em desuso e nos anos 1980 e 90 passou a ser utilizada com outros significados e intenções.

Para Forty a palavra “usuário” ganhou certo protagonismo no imaginário arquitetônico por conta não só da emergência das políticas de bem-estar social na Europa como, e em decorrência disto, da maior quantidade de encomendas públicas de edifícios e equipamentos nos quais o “cliente” era desconhecido e genérico. O autor tece um comentário interessante sobre esta origem do termo por ele construída: escolhendo a palavra “usuário” ao invés de “ocupante”, “habitante” ou mesmo “cliente” (palavra que depois seria bastante usada por Sanoff, preocupado em estudar as relações “arquiteto – cliente”), os arquitetos dos anos 40 e 50 pareciam sugerir uma certa incapacidade inerente aos sujeitos a quem suas obras seriam destinadas em contribuir na formulação de seu programa de necessidades. Urgia estudar tais programas, portanto, de modo mais racional, a fim de evitar possíveis erros de projeto — nada mais distante, aliás, de uma proposta freireana de produção dialógica de conhecimento.

Ainda segundo Forty (id.:ibid., grifos nossos):

[...] O “usuário” não tolera tentativas de ser dotado de qualquer particularidade: tão logo ele comece a tomar a identidade de uma pessoa, de uma ocupação específica, de classe, de gênero, habitando um fragmento específico do tempo histórico, ele começa a desmoronar enquanto categoria. Privado de sua generalidade abstrata, seus valores desintegram-se; pois seu mérito é o de permitir a discussão da apropriação das pessoas em um edifício ao mesmo tempo em que suprime as diferenças que de fato existem entre elas. **Descrevendo-os simplesmente como “os usuários” tira deles, ou de qualquer sub-grupo deles, suas particularidades**

discordantes e não-conformistas, dotando-os de uma homogênea — e fictícia — unidade. Foi justamente esta tendência à abstração que fez o filósofo francês Henri Lefebvre desconfiado da expressão.

Há duas dimensões relevantes nesta fala. Primeiramente o aspecto mais estrutural do “foco no usuário”: trata-se mesmo de um discurso em que os conflitos de classe, gênero, etc, são minimizados ante a necessidade de dotar a arquitetura de um caráter mais rigoroso e aparentemente mais metodológico — lembremos por exemplo da crítica feita pelo pesquisador Anthony Ward às práticas da EDRA, citadas vários parágrafos atrás, e à tendência de disciplinas como Metodologia de Projeto e Avaliação Pós-Ocupação em transformarem os edifícios e produtos da arquitetura em elementos pasteurizadores dos conflitos sociais e políticos, onde apenas é necessário conferir o desempenho técnico relativo ao cumprimento de requisitos abstratos de projeto. A segunda dimensão — que nos interessa mais neste momento — refere-se ao problema da identidade para além do conflito social na sua expressão mais estrutural. Tratam-se dos anseios e desejos mesmos das pessoas envolvidas com a arquitetura. Lembrando Paulo Freire (2005:173–174), podemos ainda identificar a sujeição dos ocupantes da arquitetura aos limites abstratos de seus meros “usuários” como uma forma de invasão cultural disfarçada:

Desrespeitando as potencialidades do ser que a condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural do invadidos, impondo a estes sua visão de mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão.

Neste sentido, a invasão cultural, indiscutivelmente alienante, realizada maciamente ou não, é sempre uma violência ao ser da cultura invadida, que perde sua originalidade ou se vê ameaçado de perdê-la.

Por isto é que, na invasão cultural, como de resto em todas as modalidades de ação antidialógica, os invasores são os autores e os atores do processo, seus sujeitos; os invadidos, seus objetos. Os invasores modelam; os invadidos são modelados. [...] Os invasores atuam; os invadidos têm a ilusão de que atuam, na atuação dos invasores.

A invasão cultural tem uma dupla face. De um lado, é já dominação; de outro, é tática de dominação.[...]

Como manifestação de conquista, a invasão cultural conduz à inautenticidade do ser dos invadidos. O seu programa responde ao quadro valorativo de seus atores, a seus padrões, a suas finalidades.



A partir do pensamento freireano poderíamos mesmo dizer que na medida em que o “usuário” abstrato da arquitetura — mesmo quando usuário participativo, pois, segundo certas orientações da arquitetura do período, transformado em um conjunto de respostas a um questionário previamente estabelecido pelos autores dos projetos — legitima um programa ou uma determinada ação projetual, ele próprio é modelado, e não o contrário.

Forty se utiliza da maneira como Lefebvre trabalha as ideias de valor-de-troca e valor-de-uso para avançar sobre o problema: as sociedades modernas teriam privado seus sujeitos de uma experiência do espaço não intermediada pelo capital ou pelo valor-de-troca, de modo a que elas próprias passassem a assumir a condição de abstrações, introjetando-a. De alguma forma, o “foco no usuário” que rondou a arquitetura dos anos 1970 — e sobretudo a arquitetura “participativa” do período — reflete talvez uma tentativa dos arquitetos em tomarem sua causa e sua profissão como tarefas nobres e não meramente sujeitas à ação do capital (como se este foco, apesar de toda a contradição que ele enseja, fosse no fundo o instrumento de legitimação da arquitetura perante sua condição de valor-de-troca, pois estudando as características dos “usuários” ela fatalmente apresentaria valor de “uso”). Não por acaso, escritórios mais sinceros — e mais cínicos — como os de Koolhaas que viriam a protagonizar a produção no período posterior (caracterizado por globalização e financeirização) abandona completamente este quadro discursivo — mesmo promovendo interessantes discussões programáticas. E mais que uma tentativa de resistência contra o que seria a influência perversa do capital sobre a arquitetura, o foco no usuário integra este quadro também como forma de legitimá-la afetivamente, pois ela responderia melhor, ainda que ilusoriamente, aos desejos de seus ocupantes. Lefebvre, contudo, defendia justamente o uso — criativo, livre, autônomo, provocativo — do espaço (ou da arquitetura) como forma de resistência a esta “usabilidade” dos arquitetos.

Outros motivos estão em jogo. Lembrando que entre os arquitetos que trabalharam com o tema da participação nos anos 1970 a tensão “modernidade x pós-modernidade” não estava ainda tão clara — alguns dos quais reconheciam-se como herdeiros de um modernismo com face mais humana, próximos de uma tradição associada a movimentos como o Team X, outros procuravam mesmo romper radicalmente com os preceitos modernos — não podemos ainda deixar de entender esta febre do “foco no usuário” como uma tentativa de promover um evento derradeiro do projeto moderno, fi-

nalmente pleno de significado pois dotado de uma racionalidade que priorizava o entendimento do modo como as pessoas efetivamente usariam as obras arquitetônicas.

Adrian Forty ainda destaca (id.:314):

[...] O “usuário” e a análise extensa das “necessidades dos usuários” permitiu a arquitetos acreditarem que, independente de serem empregados por ministros ou pelo governo, as pessoas para quem eles de fato trabalhavam eram os ocupantes dos edifícios. Ao privilegiar “o usuário”, poderia se argumentar que as expectativas no interior de uma democracia de bem-estar para os destituídos de poder serem tratados como de “igual valor” se realizavam plenamente. Pode-se ainda dizer que o propósito do “usuário” nos anos 1950 e 60 encontrava-se parcialmente em satisfazer o próprio sistema de crenças dos arquitetos, a fim de legitimar suas alegações de estarem trabalhando para classes desprivilegiadas, enquanto de fato trabalhavam para o Estado; e parcialmente em permitir à arquitetura manter seu lugar particular e peculiar no interior da democracia de Estado de bem-estar social como um serviço que providenciava a aparência de uma sociedade movendo-se rapidamente na direção de uma igualdade social e econômica, quando na realidade tais diferenças persistiam.

Uma das tentativas de dotar os usuários da arquitetura de maior autonomia se deu na forma como o tema da flexibilidade passou a integrar este mesmo quadro discursivo ao longo dos anos 1970. Herdeira da tradição megaestrutural presente seja em Cedric Price (e seu Palácio da Alegria, no qual os sujeitos apropriar-se-iam livremente de uma estrutura aparentemente genérica mas com a marca de seu autor — e portanto sujeita a sua normatividade), seja em Yona Friedman (e sua arquitetura “móvel” na “cidade espacial”), esta abordagem sobre o problema da transformação dos objetos arquitetônicos ao longo do tempo encontrou em John Habraken, como vimos no capítulo 2, seu provável maior expoente: advogando uma arquitetura em que a estrutura (os “suportes”) permitiria uma livre configuração dos espaços por parte de seus ocupantes, ao mesmo tempo que respondendo a uma célebre frase de Friedman (“A função segue a forma”, ironizando a famosa frase atribuída a Louis Sullivan). Segundo Frampton, a proposta de Habraken (op. cit.:352):

[...] Habraken e sua *Foundation for Architectural Research* (SAR), em Eindhoven, fizeram o máximo possível, em termos tecnocráticos, para levar a promessa de Yona Friedman (uma abordagem infra-estrutural aberta, sua “arquitetura móvel”) à sua conclusão lógica. Com esse objetivo em

mente, propuseram uma estrutura de suporte de baixa altura e múltiplos pavimentos, cuja planta era distribuída de forma indeterminada a não ser pelas vias de acesso, pela cozinha e pelo banheiro. Fora dessas zonas, o ocupante estaria livre para dispor a planta do volume que lhe fora alocado do modo que lhe parecesse mais conveniente. Lamentavelmente, Habraken quis dotar essa matriz espacial de componentes industrializados, fabricados segundo a diretriz da indústria automobilística e levados a um nível de sofisticação técnica e tolerância estrutural que ainda está por ser alcançado, mesmo nos programas de casas pré-fabricadas desenvolvidas na União Soviética. Além disso, como Friedman, ele tendia a menosprezar o fato de que grande parte da liberdade “inerente” ao sistema desapareceria automaticamente assim que se visse sob os auspícios do capital monopolizado.

Habraken considera como um dos mais bem acabados exemplos de sua política de “construção aberta” o projeto Molenvliet de Franz van der Werf, localizado próximo a Roterdã. Trata-se no fundo de uma espécie de capricho para o conjunto de moradores de classe-média do local: a flexibilidade que há em produzir plantas e fachadas diferenciadas a partir de uma mesma estrutura (algo que, de algum modo, existe desde os estudos tipológicos feitos pelos engenheiros-arquitetos do século XIX) é destituída de qualquer significado político mais amplo, reduzindo-se a uma característica de consumo do espaço.

Assim como a palavra “usuário”, Forty (op. cit.:142) também identifica o período a partir dos anos 1950 como aquele em que não só a palavra “flexibilidade” surge com alguma força semântica nos discursos arquitetônicos como quando ela passa a aparecer neles cada vez mais. Também associa este discurso a uma cada vez mais presente tentativa de dotar o projeto moderno de uma maior humanização, reduzindo seu inerente determinismo e desejo de totalização. Forty nota, porém, que para além da crença cega na tecnologia como meio de atingir a flexibilidade apenas pelo desejo de flexibilidade, assim como para além do desejo de reduzir o caráter determinista da arquitetura, um terceiro discurso “flexibilista”, que ele associa aos situacionistas e em menor medida a Friedman, encontra no desejo de uma arquitetura flexível a vontade não de evocar o projeto moderno, racional e tecnológico, mas justamente de questioná-lo e propor uma apropriação mais livre e criativa do espaço. Esta intenção, de todo modo, encontra limitações e contradições justamente quando ela tenta se transformar em projeto.

Outras leituras são possíveis. Talvez a ênfase no discurso sobre a flexibilidade envolvesse, contudo, uma tentativa de resposta à forma como o usuário se transformasse de fato em uma abstração do processo de projeto. Visto que não seria possível fugir a esta abstração, a “humanização” da arquitetura viria de sua “impenitência”: mantida aberta, ela ficaria sujeita às necessidades e anseios futuros dos seus ocupantes. Este raciocínio é de algum modo elegante na voz daqueles personagens (Habraken, Kroll e em certo sentido Walter Segal) mas esconde algumas armadilhas. Primeiramente, a “arquitetura aberta” que é criada pode facilmente se transformar em mero item de consumo (como no caso que acabamos de citar) visto que as possibilidades de “customização” do projeto não se revelam mesmo como uma forma de potencializar uma efetiva ação poética e estética da parte dos ocupantes, mas resumem-se a uma espécie de qualidade que ajuda a vender um produto.

Segundo Silke Kapp (2005, grifos nossos):

[...] Se o funcionalismo do primeiro Movimento Moderno se orientara pela representação positiva da “boa” sociedade e por suas necessidades supostamente naturais, mais tarde, a serviço da reconstrução de países em Guerra Fria ou governados por ditaduras, isso se torna impossível. Fica evidente que não há como criar objetos coerentes e baseados na satisfação de necessidades, se essas necessidades se contradizem entre si. [...]

Nessa situação, há três saídas lógicas para a produção arquitetônica formal. A primeira é abandonar por completo a querela das funções e concentrar-se nos problemas imanentes da forma [...]. A segunda saída é abandonar o pressuposto da integridade e deixar os objetos abertos, o que significa deixar também as funções abertas, como na prática de Yona Friedman ou Lucien Kroll. Essa é a saída menos explorada pelos arquitetos por enquanto, mas, a meu ver, a mais plausível, embora abale profundamente o estatuto da profissão. Finalmente, a terceira saída é tentar manter integridade e funcionalidade. [...]

Há algo de provocativo nesta formulação: à primeira vista parece ingênua, visto que contrapõe as “boas intenções” da arquitetura moderna à sua inviabilidade nos “países em guerra fria ou governados por ditadura”, quando, ao contrário, como lembra Otília Arantes, é justamente em condições como estas, de afirmação do capitalismo, que o modernismo cumpriu sua função histórica. Mesmo assim, revela em um pano de fundo as ansiedades e

questionamentos a que se submetem os sujeitos da produção arquitetônica, quando encaram situações aparentemente contraditórias.

Questionamo-nos se não há um caminho de efeito reverso nessas experiências, quando em outro contexto são apropriadas por novas formas de demanda e de produção. Ao apontar como as mais “plausíveis” as opções de Friedman e Kroll, parece indicar como inevitáveis certas possibilidades no futuro próximo do capitalismo: primeiramente o arquiteto perde seu papel demiúrgico de determinante único das configurações espaciais humanas, transformando-se em programador sujeito às determinações do que antes eram seus objetos de trabalho (os usuários). No entanto, a perda dessa dimensão não vem acompanhada de um avanço real, mas de uma nova forma de subordinação. Ao receber a prerrogativa de produzir plataformas flexíveis de agenciamento espacial (em direção oposta à tecnoutopia dos anos 60, metabolistas e megaestruturalistas), estaria se transformando não em um agente de mudanças sociais, mas em uma espécie de operário intelectual, cuja função se torna regressiva nos contextos atuais: alimentar o mercado de consumo de massas de opções de customização espacial<sup>30</sup>.

Em segundo lugar, pode-se ainda argumentar que as ideias de “abertura”, “heterogeneidade”, “flexibilidade”, “diversidade” que compõem a estética do “open building” advogado por Kroll, Habraken e outros indicaria no fundo um espelhamento das transformações estruturais sofridas pelo capitalismo à medida em que este adentrava estágio financeiro de acumulação flexível. Ou pelo menos, apropriada com um sentido totalmente diverso, e talvez em alguma medida antagônico, àqueles que lhe dão origem nos anos 1960 e 70. Com efeito, o capitalismo em suas manifestações recentes tem se caracterizado por incorporar um vocabulário que outrora parecera transgressor (o caso mais notório é o do universo da ecologia, sustentabilidade, e consumo “consciente”): cabe, portanto, questionar em que medida a defesa da autonomia presente na arquitetura que estudamos não passou a se confundir com a agenda da liberalização da economia, opondo o caráter “libertário” original a uma situação “liberal.”

Em segundo lugar, as possibilidades de transformação futuras, destituídas do caráter dialógico que elas teriam em um momento anterior e mais co-

---

30 Conferir o trabalho, por exemplo, de arquitetos como Kieran e Timberlake e Anna Klingmann, que sugerem atitudes profissionais que priorizem o branding nos espaços e a potencialização da sensação de escolha por parte dos consumidores da arquitetura.

letivo do projeto, pois agora são individuais e restritas, seguem em última instância uma normatividade que é, bem ou mal, definida pelos autores originais daqueles suportes, pois operam segundo os limites projetuais. Em jogo está aqui, mais uma vez, a invasão cultural de que nos fala Freire: o “usuário” seria mais uma vez “modelado” segundo princípios autorais nada dialógicos, pois mais uma vez se prevê um usuário abstrato cujo comportamento será o de alterar o projeto. Dotar de maior autonomia os ocupantes dos edifícios por meio das estruturas de suporte é de fato uma tentativa louvável de fazer amadurecer uma arquitetura menos estática e hermética, mas da forma como este ideário foi posto em prática nos anos 1970, o resultado foi em grande medida questionável.

Em um outro sentido, tomemos a proposta de Christopher Alexander em dotar os usuários de maior autonomia por meio da manipulação dos “padrões” ambientais, arquitetônicos e urbanísticos que ele propõe. Se por um lado trata-se novamente de fazer com que os agentes diretamente envolvidos no processo de produção do espaço que eles virão a ocupar estejam conscientes e experientes na manipulação dos elementos envolvidos na construção deste espaço, por outro lado, eles ficam sujeitos à forma como o articulador dos padrões (no caso, o arquiteto) os recorta e distribui aos demais. Além disso: ficam sujeitos à própria leitura de mundo deste articulador, visto que os padrões de Alexander nada mais são que uma síntese interpretativa do mundo que, aparentemente neutra e genérica, acaba por reunir preconceitos que no fundo são eurocêtricos. Mais uma vez o autor (e articulador) dos padrões assume um papel de poder no jogo participativo. Alexander insistia que a manipulação dos padrões pelos sujeitos envolvidos na produção da arquitetura seria um instrumento emancipatório relativamente aos métodos tradicionais de projeto (e particularmente em relação ao desenho, ao qual ele opunha o trabalho de construir). De fato, ao abdicar do desenho como instrumento essencial de formulação e transmissão de seu pensamento, quando envolvido em um trabalho de participação em arquitetura, o arquiteto está mesmo tentando abdicar de sua posição tradicionalmente arrogante perante seus pares, visto reconhecer que é necessário buscar uma linguagem comum entre técnico e leigos. No entanto, a produção dos padrões (ou seja, a própria produção da linguagem) parece ser imposta de forma não muito diversa daquilo que Freire chama de “educação bancária.” Embora a produção de novos padrões seja sempre estimulada, o processo todo (que é inegavelmente interessante, caso bem aplicado) pode ser facilmente deturpado.



4.16. Revista AD, n.11, 1973, capa.

*tendências e transversalidades*

Isto parece ser mais grave na aplicação das ideias de Sanoff: neste caso, a produção da arquitetura e da cidade é de fato tomada como uma espécie de jogo de tabuleiro e as opiniões dos usuários são facilmente burocratizadas e tabuladas a fim de promover um dado resultado. Mais uma vez, o processo pode ser deturpado a fim de que sejam impostos consensos e de que a participação seja usada como instrumento de legitimação do resultado obtido. O arquiteto por vezes é apresentado como uma espécie de um articulador de jogadores em uma mesa. Ainda que ele pareça destituído de seu papel demiúrgico tradicional e propenso a dialogar com os demais atores, no fundo ele ainda mantém uma estrutura de poder relevante. Ainda que em uma relação dialógica as estruturas de poder não necessariamente se extinguem, elas tendem a ser tratadas criticamente. Questionamo-nos, contudo, se nos casos em questão, ao contrário, a manipulação “participativa” das relações de poder não pareceriam já introjetadas nas ferramentas metodológicas, facilitando a sua deturpação. Trata-se de uma investigação, porém, que transcende as capacidades deste trabalho no momento, constituindo-se de uma pauta para estudos posteriores.



# 5 inquietações: à guisa de conclusão

No início deste ano de 2012 uma notícia aparentemente banal e de pouco interesse para a maioria das pessoas correu o mundo e provavelmente reacendeu alguns distantes sentimentos nos personagens que lidaram diretamente com toda a cultura participativista presente dos anos 1970 que procuramos descrever em nosso breve trabalho. No dia 12 de janeiro o New York Times<sup>31</sup> noticiou que o governo dinamarquês estaria tentando forçar a comunidade moradora de cidade livre de Christiania a comprar a gleba de cerca de trinta hectares que ela ocupa “irregularmente” há quase meio século.

A “cidade livre” de Christiania foi ocupada pelos primeiros *squatters* em 1971, os quais instalaram-se na área de uma antiga base militar dinamarquesa próxima ao centro da capital Copenhague. Ao longo dos anos a jurisdição sobre a área passou por diferentes esferas, do município ao Estado dinamarquês, respondendo mesmo a formas especiais de legislação. A comunidade local, no entanto, sempre se considerou autônoma, adotando um sistema local de democracia direta baseado na tomada de decisões por meio do con-

---

31 Sally McGrane, “Free-Spirited Enclave’s Reluctant Landowners Fear Capitalism’s Harness”, *New York Times*, 12 de janeiro de 2012.

senso. À medida em que foi assumindo certo caráter “exótico” em relação ao restante de Copenhague, a comunidade de Christiania passou a ter algumas de suas excentricidades toleradas, como o comércio local de maconha (que só passou a ser reprimido em 1994). A orientação conservadora dos mais recentes governos dinamarqueses, porém, levou o Estado a questionar a posse da área e, como forma de resolver o problema, sugeriu-se que os moradores adquirissem o terreno que ocupam por um valor simbólico (cerca de 15 milhões de dólares, quantia muito inferior às estimativas do valor efetivo da terra e do conjunto dos imóveis) — e até mesmo um empréstimo bancário foi facilitado. A área abriga hoje cerca de mil residentes.

Apropriando-se do lugar e adotando uma espécie de urbanismo espontâneo, autogerido, os *squatters* de Christiania promoveram provavelmente o exemplo europeu mais bem-acabado (e talvez o mais inusitado) do que pretendiam Cedric Price, Peter Hall, Reyner Banham e Paul Barker quando eles escreveram o famoso artigo “Non-plan. An experiment in freedom” publicado na revista *New Society* em 1969, de que falamos no capítulo 3 de nosso trabalho. Christiania hoje é um bairro de classe média razoavelmente bem integrado à cidade, mas mantendo ainda certa aura transgressora. Trata-se, de todo modo, de um experimento contracultural que foi absorvido pela cidade capitalista e hoje convive com ela quase harmoniosamente — seu caráter contra-hegemônico talvez seja hoje mais uma característica exótica e peculiar do bairro, interessante para seus visitantes, do que propriamente o resultado dos desejos de transformação social de seus moradores. Estes, no entanto, continuam a nutrir sentimentos de aversão à propriedade privada: consideraram um ultraje a proposta do governo de repassar a eles a propriedade daquele solo. Comprar ou não a terra que aqueles cidadãos usavam (visto que para eles a ideia de propriedade não faz sentido) gerou um terrível impasse para os moradores. A solução — de que falaremos logo mais — foi ao mesmo tempo genial e hilária, ainda que, de algum modo, trágica, pois indica no fundo uma certa inexorabilidade com que aquela cultura participativa dos anos 1970 sucumbira à ordem hegemônica.

Mais até do que um exemplo das intenções manifestas no artigo “Non-Plan,” a “cidade livre” de Christiania talvez seja o exemplo mais bem acabado de todas as tendências, vertentes, abordagens e campos de força mobilizados ao redor do tema da participação que procuramos descrever neste trabalho: envolve desde uma forte atitude contracultural de afirmação da autonomia de seus sujeitos até uma ocupação politizada e repleta de significados do

espaço urbano, incluindo uma arquitetura espontânea em seu conjunto de casas que reflete diretamente os desejos e anseios de seus moradores, constituindo-se em um perfeito exemplo de uma arquitetura sem arquitetos. Se é perfeito exemplo deste conjunto de elementos do quadro discursivo que traçamos, também o é de suas plenas contradições: Christiania pode quase ser considerada uma espécie de pequeno e isolado bastião de resistência, por vezes até ingênuo, em um imenso planeta de favelas, no qual, para a maior parte da sua população, a ocupação fundiária irregular é o único instrumento de sobrevivência possível — isto quando ele não é duramente reprimido. Christiania é excepcional seja pela sua história, pelos seus moradores e até mesmo pela forma tolerante com que o capital a tem tratado (evitando o conflito e a expulsão de seus ocupantes). Christiania parece, ainda, ser em tudo o contra-exemplo do Pinheirinho, bairro em São José dos Campos, no estado de São Paulo, que tem sido alvo do noticiário nacional e internacional à época da conclusão deste trabalho, por conta da truculenta violência policial e institucional que foi mobilizada para que a área, que tem sido palco de um assentamento irregular há quase uma década, fosse desocupada.

...

Este trabalho não se conclui. Nossa intenção desde o início foi a de contribuir a um debate tendo em mente a elaboração de um conjunto de reflexões a respeito de um tema que, em um contexto histórico e social específico, foi objeto de inegável e fascinante protagonismo. No entanto, as questões que levantamos permanecem abertas e sujeitas a estudos mais aprofundados no futuro.

Se este trabalho surgiu de um conjunto de inquietações anteriores, o seu desenvolvimento nos levou inegavelmente a desenvolver uma série de novas inquietações. Elas tratam de temas que acabaram por ficar marginais em nosso estudo mas que revelam-se importantes.

## **o universo do trabalho e da arte**

O arquiteto e professor Sérgio Ferro costuma lembrar sempre, em seus textos e em suas palestras, de uma citação do socialista utópico e artista inglês William Morris — de quem emprestamos também uma outra citação, usada para abrir este nosso trabalho, pois trata-se de um sujeito cujas ideias sem dúvida estabelecem alguma relação com toda a temática com a qual vimos trabalhando.

*inquietações: à guisa de conclusão*

Segundo Ferro, o fascinante Morris dizia que a “arte é a expressão da alegria do homem em seu trabalho,” ou, resumidamente, que a arte nada mais é que a alegria no trabalho.

Se há algo que ficou de fora de nossa análise da arquitetura participativa da década de 1970 foi a esfera do trabalho — mesmo nos casos em que esta problemática seja mais explícita, como na obra de Walter Segal e em menor medida em algumas das obras de Lucien Kroll. Esta escolha, porém, foi de algum modo proposital, por dois motivos principais. O primeiro se refere à condução que tomamos para o nosso trabalho: avaliar o quadro discursivo do período por meio dos textos e das manifestações, ao invés de analisar as obras e experiências em sua condição material e objetiva.

Para que tomássemos esta última orientação, teríamos de partir para um processo de pesquisa empírica que inviabilizaria toda a proposta (ela teria de ser feita no local, junto aos personagens que participaram dos processos que estudamos, etc). O segundo motivo se refere à base teórica para discutir o trabalho: falta-nos ainda uma base mais sólida de leituras do marxismo e do pensamento marxiano para proceder a tal empreitada.

Independentemente dos resultados deste trabalho, porém, entendemos ser necessário produzir uma reflexão mais ampla sobre a relação entre a participação e a produção da arquitetura em suas bases objetivas e materiais. Neste sentido, trata-se de partir do quadro discursivo que acabamos de traçar e de discutir e partir para um debate mais aprofundado sobre as relações que ele estabelece com as obras em si e as contradições que isto gera: qual a real participação dos produtores da arquitetura neste processo? Se o conhecimento arquitetônico que propomos deva ser necessariamente dialógico, baseado em experiências sensíveis e partilhadas, de que forma a estrutura de classe tradicional presente na produção da arquitetura teria sido questionada nestas experiências?

A forma como Ferro concebe o papel da arte na arquitetura — uma arte coletiva, fruto do trabalho livre de um conjunto de sujeitos livremente associados, trabalho manifesto pela produção autônoma de artefatos dotados de expressão estética em um processo coletivo de criação do espaço habitável — também nos parece uma posição intelectual privilegiada para avaliar em novas dimensões a forma como se dá de fato a “participação” de todos nos processos arquitetônicos. Se o trabalho é livre, então todos passam a ser “arquitetos.”

A abordagem de Ferro é fascinante, mas talvez não consiga abarcar todas as inquietações com que lidamos. Como vimos ao longo da trajetória da arquitetura participativa da década de 1970 que traçamos neste trabalho, foi recorrente entre vários arquitetos e teóricos a tentativa de fazer afastar a arquitetura do universo da arte e aproximá-la mais e mais do universo da ciência (embora cada um destes conceitos fosse, em geral, mal formulado a cada vez que era aplicado). Mesmo alguns autores mais recentes e mais críticos de todo esse processo, como Anthony Ward, enxergam na aproximação da arquitetura ao universo da arte uma ferramenta de mistificação das decisões projetuais. Parece-nos uma abordagem equivocada: talvez seja a própria esfera da arte e da estética, encaradas segundo uma dimensão dialógica, partilhada e sensível, aquela em que possamos nos afastar sobremaneira da forma burocratizada com que os processos de participação foram sendo mais e mais caracterizados ao longo da década de 1970.

Um campo privilegiado para estabelecer um diálogo crítico com o da arquitetura participativa provavelmente seja o da arte-educação. Trata-se de um campo disciplinar com vasta experiência e ampla produção acadêmica — e que, por vezes, é ignorado pelos arquitetos, que muito poderiam aprender com a forma como temas como a sensibilidade e a subjetividade são abordados pelos autores ligados à arte-educação. Trata-se ainda de um campo que não admite, de forma alguma, que a arte seja um mero instrumento para atingir outros fins no processo educativo nem que a arte-educação deva ser objeto de instrumentalização por parte de outras disciplinas: ela busca, no fundo, a construção comum de um conhecimento próprio entre educadores e educandos.

Na mesma medida em que a arte-educação não deva ser instrumentalizada em relação às outras disciplinas no processo de ensino-aprendizagem, também não entendemos que, caso ela seja objeto de diálogo com uma possível “pedagogia crítica da arquitetura”, ela seja também instrumentalizada a fim de obter resultados arquitetônicos. Ao contrário, trata-se de estabelecer um diálogo disciplinar a fim de melhor enquadrar a temática da sensibilidade e da subjetividade dos envolvidos na produção de uma arquitetura menos arrogante.

Além disso, é preciso no futuro aprofundarmos o estudo e a crítica dos vários movimentos de “ativismo” e de arte no espaço público que têm ocorrido nas últimas décadas. Parece-nos que os artistas têm trabalhado mui-

to melhor a relação com o “público” mais amplo do que os arquitetos que atuam em uma frente participativista — de maneira muito mais dialógica, inclusive —, dado o aspecto burocrático das experiências de projeto participativo que procuramos ressaltar ao longo deste trabalho.

## **agenciamento espacial: a nova retórica do arquiteto como ator social**

Se na década de 1970 o tema da participação assumiu um certo protagonismo arquitetônico — senão na mídia profissional geral, pelo menos entre os arquitetos ditos “alternativos”, entre alguns dos mais posicionados à esquerda e entre aqueles ligados a movimentos contraculturais —, envolvendo de pesquisas acadêmicas a grandes projetos públicos, hoje parece que estamos diante de uma nova palavra de ordem em parte do meio acadêmico: agenciamento espacial (*spatial agency*).

Jeremy Till, pesquisador britânico que em alguns momentos citamos neste trabalho, parece ser um defensor árduo do uso desta expressão: ele defende uma atuação do arquiteto que se articule com os demais agentes da produção do espaço, de tal modo que o arquiteto passe a ser uma espécie de “agente espacial” ou “agenciador espacial”. Segundo o mesmo Jeremy Till e Tatjana Schneider (2009), isto sujeita o arquiteto a um problema de conflito entre poderes e forças sociais diversas, fazendo com que ele abandone sua posição demiúrgica que, senão é neutra, está sempre do lado mais poderoso. Deslocando seu papel para o de um “agente do espaço”, ele estaria potencializando o “empoderamento” dos demais sujeitos, usualmente menos poderosos na relação de forças que define a produção do espaço arquitetônico. Se há algo de ingênuo nesta colocação há também algo de perigoso. Já comentamos a respeito de como a palavra “empoderamento” era objeto de profunda desconfiança por parte de Paulo Freire: ela indica no fundo a manutenção do controle do poder e apenas sugere a sua negociação.

Temos certo receio de que a forma como esta nova “palavra da moda” (“agenciamento”) passe a ser usada entre os arquitetos e teóricos mais progressistas repita a maneira como a expressão “ambiente construído” (e seu respectivo “projeto ambiental”) foi mobilizada ao longo dos anos 1970, envolvendo por vezes a pasteurização dos conflitos sociais (sobretudo em um contexto em que a “mediação de conflitos” configura um tema que está em voga desde meados da década e 1990).

## christiania hoje

Os moradores de Christiania precisavam dar uma solução ao impasse que foi produzido pelo governo dinamarquês, como apontamos no início deste capítulo. Após um longo processo de discussão, os moradores chegaram à conclusão de que seria impossível permanecer morando ali sem que de fato assumissem a propriedade daqueles terrenos, ainda que a contragosto. É aí que esta tragicomédia ganha ares interessantes. Não desejosos em trair seus próprios princípios, valores que eles vêm cultivando há quatro décadas, os moradores de Christiania formaram uma fundação sem fins lucrativos de livre associação. A fundação assumiria a propriedade de todo o terreno e passaria, então, a conceder licenças de uso das residências aos atuais (e aos eventuais futuros e novos) moradores — trata-se, em certo sentido, de solução não muito diversa daquela adotada pelas cooperativas de habitação uruguaias, guiadas por um igual conjunto de valores associados à democracia direta e participativa. Até aí não há nada de novo.

Para apimentar, porém, a situação, os moradores resolveram começar a vender “ações” desta fundação. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pode comprar uma destas “ações” — elas têm valor simbólico (“pague o quanto puder/quiser”) e a quantia arrecadada compõe um fundo usado para saldar o financiamento que foi tomado para adquirir o terreno. Neste sentido, qualquer pessoa do mundo que comprar as tais ações e passar a compor a Fundação passará a ser “coproprietária” das áreas agora “privadas” de Christiania.

Em certo sentido, o que os moradores produziram foi uma espécie de operação artística, cujo objeto é o próprio capital. Senão uma grande performance, esta venda de “ações” da propriedade de Christiania é, no mínimo, uma grande piada com as práticas tradicionais do capitalismo. As “ações” de Christiania chegaram a circular, por incrível que pareça, na Bolsa de Nova Iorque, como revela o artigo publicado no *New York Times* (op. cit.) — e absolutamente ninguém levou a sério esta operação, como era desde o início esperado (com exceção dos operadores da bolsa novaiorquina, que ficaram, segundo aponta o mesmo jornal, um tanto quanto irritados e incrédulos com a coisa toda). Todos entenderam o caráter jocoso desta brincadeira com o capital e com a ideia mesma de propriedade. Ora, se cada uma das pessoas do mundo pudesse comprar uma “ação” (e neste caso a palavra em inglês — “share” — faz bem mais sentido) daquela propriedade, então todos seriam



5.1 e 5.2. “Arquitetura sem arquitetos” em Christiania, na cidade de Copenhagen, Dinamarca (<http://blog.ounodesign.com/2009/01/31/handmade-houses-in-christiania/>).





os donos dela. O espaço passa a ser, então, “público”. Nega-se a propriedade utilizando-se dos instrumentos que são próprios dela (como a compra e a venda).

De fato, trata-se de uma *piada* — ou uma *performance* — interessante. Hilária e genial, como tínhamos apontado. Mas trágica. A “cidade-livre” de Christiania permanece um território contra-hegemônico lutando para não ser submetida à ordem perversa de um *planeta de favelas* (para lembrarmos da obra de Mike Davis) em que uma experiência tão singular acaba por ser vista apenas como uma “ilha da fantasia”, seja pela direita, seja pela esquerda.

Iniciamos este trabalho descrevendo um evento ocorrido em um experimento de democracia direta, o qual se deu em Nova Iorque durante o ano de 2011 — experimento repleto de contradições e problemas, mas ainda assim, inspirador. Concluimos, portanto, com uma “cidade livre” que em tudo representa o que de melhor se produziu na década cuja arquitetura nos propusemos a estudar. Hoje ela se encontra incorporada pelo capital. Continua firme na tentativa de desafiá-lo, ainda que de dentro, mas sua subjetivação a ele é inegável. As contradições que ela aponta, no entanto, são o que realmente a tornam excepcional e igualmente inspiradora. Se ela nos mostra a total impossibilidade de transformação estrutural que é inerente a uma prática sobre o espaço ingênua nutrida das vãs e “ilusórias tentativas de conferir à arquitetura uma roupagem ideológica” (como ensina Tafuri), ela, por outro lado, confirma que não há nada que valha mais que a experiência de décadas de resistência, de uma revolução cotidiana cujos frutos são claros e que não é feita de dogmas ou de sectarismos mas de uma prática que, como Paulo Freire aponta, seja dotada de humanismo, amorosidade e diálogo.



## referências bibliográficas

- ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray. **A Pattern Language**. Towns, Buildings, Construction. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- ALEXANDER, Christopher. **The Oregon Experiment**. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Notes on the Synthesis of Form**. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- ANDERSON, Perry. [1998] **The Origins of Postmodernity**. Londres: Verso, 2006.
- ARANTES, Otília. [1998] **Urbanismo em fim de linha** e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 2001.
- \_\_\_\_\_. [1993] **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 2000.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira**. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP em 2010.

- \_\_\_\_\_. “O lugar da arquitetura em um planeta de favelas” in **Opúsculo**, n. 11, 2008. <disponível em [www.dafne.com.pt/pdf\\_upload/opusculo\\_11.pdf](http://www.dafne.com.pt/pdf_upload/opusculo_11.pdf)>
- \_\_\_\_\_. **Arquitetura Nova**. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002. <disponível em [www.usinactah.org.br/files/livro-arquiteturanova.pdf](http://www.usinactah.org.br/files/livro-arquiteturanova.pdf)>
- ARNSTEIN, Sherry. [1969] “A ladder of citizen participation.” Disponível em <<http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html>>
- AURELI, Pier Vittorio. **The Project of Autonomy. Politics and Architecture within and against Capitalism**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. **Ensino da arte**. História e memória. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10**. Arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARROS, Francisco Toledo. ‘**Mas como?** Não importa (?), é belo!’. Trabalho final de graduação apresentado à FAUUSP em 2004. <disponível em <http://pt.scribd.com/doc/47406139/Tfg-Chico-Barros-capitulo-1-Critica-Base-Ao-Ensino-de-Arquitetura>>
- BENJAMIN, Walter. [1940] “Sobre o conceito da história” in **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 222-232. <versão em inglês disponível em <http://www.marxists.org/reference/archive/benjamin/1940/history.htm>>
- BLUNDELL-JONES, Peter; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy. **Architecture and Participation**. Londres: Routledge, 2005.
- BOUCINHAS, Caio. **Projeto participativo na produção do espaço público**. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP em 2005.
- CHAUÍ, Marilena. “Cultura, democracia e socialismo” in **Cidadania cultural**. O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, Françoise. [1965] **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- CRESPO, Omayra Rivera. **Procesos de participación**. Proyectar, construir y habitar la vivienda contemporánea. Tese de doutorado apresentada à Universidade Ramon Llull em 2009.
- DUTTON, Thomas (org). **Voices in Architectural Education**. Cultural Politics and Pedagogy. Nova Iorque: Bergin and Garvey, 1991.
- DUTTON, Thomas; MANN, Lian (org). **Reconstructing Architecture**. Critical Discourses and Social Practices. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- FRAMPTON, Kenneth. [1980] **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A história da arquitetura a partir do canteiro**. São Paulo: GFAU, 2010.
- FONSECA, Sérgio César. “Educação e atualidade brasileira: Paulo Freire e a aproximação com as ideias de Anísio Teixeira” in **Anais do III CBHE**. Curitiba, 2004.
- FORTY, Adrian. **Words and Buildings**. A Vocabulary of Modern Architecture. Londres: Thames & Hudson, 2004.
- FOSTER, Hal. **Design and Crime** (and other diatribes). Londres: Verso, 2002.
- FREIRE, Paulo. [1996] **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. [1992] **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. [1971] **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. [1968] **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. [1959] **Educação e atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- FRIEDMAN, Yona. [1971] **Toward a Scientific Architecture**. Cambridge: MIT Press, 1975.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire**. Uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire. Brasília: Unesco, 1996.
- GARCÍA-HUIDOBRO, Fernando; TORRITI, Diego Torres; TUGAS, Nicolás. **El tiempo construye!** El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: génesis y desenlace. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- GHIRARDO, Diane. [1996] **Arquitetura contemporânea**. Uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GRINOVER, Marina; RUBINO, Silvana (org.). **Lina por escrito**. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.
- GROSSMAN, Vanessa. **A arquitetura e o urbanismo revisitados pela internacional situacionista**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HALL, Peter. [1988] **Cidades do amanhã**. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século xx. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARVEY, David. [2000] **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. [1990] **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HUGHES, Jonathan; SADLER, Simon (org.). [1999] **Non-plan**. Essays on Freedom, Participation and Change in Modern Architecture and Urbanism. Oxford: Elsevier, 2007.
- JUNQUEIRA, Maria Alice; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil**. Arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- HABRAKEN, John. **Supports**. An Alternative to Mass Housing. Londres: Architectural Press, 1972.
- KAPP, Silke. “Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia” in MALARD, Maria Lúcia (org.). **Cinco Textos Sobre Arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp 115–167. Disponível em <[http://www.mom.arq.ufmg.br/o5\\_biblioteca/acervo/kapp\\_por\\_que\\_teoriam.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/o5_biblioteca/acervo/kapp_por_que_teoriam.htm)>.

- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. "Against Determination, Beyond Mediation" in **Agency**. Working with uncertain architectures. Nova Iorque: Routledge, 2010.
- "Leaderless, consensus-based participatory democracy and its discontents" in **The Economist**, 19 de outubro de 2011. Disponível em <<http://www.economist.com/blogs/democracyinamerica/2011/10/occupy-wall-street-3>>, visitado em janeiro de 2012.
- LEFEBVRE, Henri. [1968] **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEFÈVRE, Rodrigo. **Projeto de um acampamento de obra**. Dissertação de mestrado apresentada à FAUSP em 1981.
- \_\_\_\_\_. **Notas de um estudo sobre os objetivos do ensino de arquitetura** e meios para atingi-los em trabalho de projeto. São Paulo: FAUSP (mimeo), 1978.
- LIMA, Mayumi Watanabe. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Nobel, 1995.
- MAGALI, Sarfatti Larson. **Behind the Post-Modern Facade**. Berkeley: University of California Press, 1992. <disponível em <http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft7c60084k>>
- MARICATO, Ermínia. "Nunca fomos tão participativos" in **Carta maior**, 26.11.2007. <disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=3774](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3774)>
- MARTIN, Reinhold. **Utopia's Ghost**. Architecture and Postmodernism, again. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- MCGRANE, Sally. "Free-Spirited Enclave's Reluctant Landowners Fear Capitalism's Harness" in **The New York Times**, 12 de janeiro de 2012. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2012/01/13/world/europe/danish-squatters-in-christiania-warily-try-ownership.html>>.
- MÉSZÁROS, István. [2005] **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MIYASAKA, Elza Luli. **Re:visão**. Habitat nos anos 1960. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos em 2011.

- MOM. “Arquitetura e participação: a caminho da produção de interfaces e não de espaços acabados”. Disponível em <[http://www.mom.arq.ufmg.br/10\\_arquitetos/quadro.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/10_arquitetos/quadro.htm)>.
- NAKAMURA, Pedro. **O projeto como ferramenta do diálogo**. Trabalho final de graduação apresentado à FAUUSP em 2010.
- NESBITT, Kate. [1996] **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica: 1965–95. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- OCKMAN, Joan (org.). **Architecture Criticism Ideology**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1984.
- PEHNT, Wolfgang (org.). **Lucien Kroll**. Buildings and Projects. Nova Iorque: Rizzoli, 1987.
- REDIN, Euclides; STRECK, Danilo; ZITKOSKI, Jaime. [2008] **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SADLER, Simon. “An Architecture of the Whole” in **Journal of Architectural Education**, v. 61, n. 4, 2008, pp. 108–129.
- SANDEVILLE JR., Euler. “A paisagem do município como território educativo” in PADILHA, Paulo; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila (orgs.). **Município que educa**. Fundamentos e propostas. São Paulo: ed,l 2010.
- \_\_\_\_\_. Paisagens partilhadas. Tese de livre-docência apresentada à FAUUSP em 2010.
- \_\_\_\_\_. “Paisagem” in **Paisagem e ambiente**, n. 20; 2005, pp. 47–59.
- SANOFF, Henry (org.). **Participatory Design**. Theory and Techniques. Raleigh: edição do autor, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Designing with Community Participation**. Nova Iorque: McGraw Hill, 1978.
- SARAHANA. “Slavoj Žižek speaks at Occupy Wall Street: Q&A transcript” in **Impose Magazine**. Disponível em <<http://www.imposemagazine.com/bytes/slavoj-zizek-speaks-at-occupy-wall-street-qa-transcript>>, visitado em janeiro de 2012.



- SEGRE, Roberto. [1986] **Arquitetura e urbanismo da revolução cubana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SCOTT, Felicity. **Architecture or Techno-Utopia**. Politics After Modernism. Cambridge: MIT Press, 2007.
- SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy. "Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency" in **Footprint**. Delft School of Design Journal n. 4, 2009; disponível em <<http://www.footprintjournal.org/issues/show/agency-in-architecture-reframing-criticality-in-theory-and-practice>>.
- SOUZA, Diego Inglez. **Reconstruindo Cajueiro Seco**. São Paulo: Annablume, 2010.
- STEVENS, Garry. [1998] **O círculo privilegiado**. fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora UNB, 2003.
- TAFURI, Manfredo. [1980] **The Sphere and the Labyrinth**. Cambridge: MIT Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. [1973] **Architecture and Utopia**. Cambridge: MIT Press, 1976.
- TEYSSOT, Georges. "Aldo van Eyck and the Rise of an Etnographic Paradigm in the 60s" in **Revista Joelho**, n. 2, pp. 51–67.
- TILL, Jeremy. **Architecture Depends**. Cambridge: MIT Press, 2009.
- TURNER, Fred. **From counterculture to cyberculture**. Stewart Brand, the Whole Earth Network and the Rise of Digital Utopianism. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- TURNER, John Charlewood. [1977] **Housing by People**. Towards Autonomy in Building Environments. Londres: Marion Boyars, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Freedom to Build**. Dweller Control of the Housing Process. Nova Iorque: MacMillan, 1977.
- TYRWHITT, Jaqueline; BELL, Gwen (org). **Human Identity in the Urban Environment**. Harmondsworth: Penguin, 1972.
- TZONIS, Alexander. **Towards a Non-Oppressive Environment**. Cambridge: MIT Press, 1976.

WARD, Anthony. "Resistance or Reaction? The Cultural Politics of Design" in **Architecture and Behaviour**, v. 9, n. 1, pp. 39–68, 1993. Disponível em <<http://www.tonywardedu.com/content/view/151/98/>>, visitado em janeiro de 2012.

WARD, Colin. **Housing**: an Anarchist Approach. Londres: Freedom Press, 1976.

## **siglas utilizadas**

AA	[London] Architectural Association
AD	Architectural Design
APO	Avaliação pós-ocupação
ARC	Architects' Revolutionary Council
CIAM	Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna
EDRA	Environmental Design Research Association
FSF	Free Software Foundation
GNU	GNU's not Unix
IAUS	Institute for Architecture and Urban Studies
Memé	Maison Médicale
MOMA	Museum of Modern Art
NAM	New Architecture Movement
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NEP	Núcleo de Estudos da Paisagem
RIBA	Royal Institute of British Architects
SAR	Foundation for Architects Research
WEC	Whole Earth Catalog



**anotações**





Este caderno foi composto em LINUX LIBERTINE (uma fonte tipográfica aberta e livre, desenvolvida e distribuída segundo as licenças GPL e OFL), corpo 10pt. Para mais informações, visitar o sítio de internet do projeto: *linuxlibertine.org*. Projeto gráfico desenvolvido por Natália Gaspar. Impresso em fevereiro de 2012.